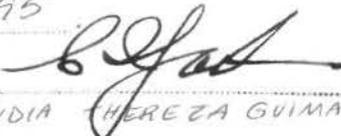


Este exemplar é a redação final da tese  
defendida por Mariluci Novaes

e aprovada pela Comissão Julgadora em  
17, 03, 95

  
PROFA. DRA. CLÁUDIA THEREZA GUIMARÃES DE LEMOS

**OS DIZERES NAS ESQUIZOFRENIAS:**

**uma cartola sem fundo**

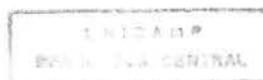
**por**

*Mariluci Novaes*

**Tese apresentada ao Departamento de Linguística  
do Instituto de Estudos da Linguagem da  
Universidade Estadual de Campinas  
como requisito para a obtenção  
do título de Doutor em Ciências**

**Orientadora: Cláudia Thereza Guimarães de Lemos**

**CAMPINAS - 1995**



*Todo movimento lento  
Cada coisa que se vê  
Em todo e qualquer momento*

**(M., 1991)**

## AGRADECIMENTOS

A Cláudia, presença amiga e generosa, pela confiança em meu trabalho, por ter me transmitido a humildade e a persistência diante do vir-a-saber sempre a se tornar enigma em outro lugar.

A Raja e a Nina pela leitura atenta no exame de qualificação e pelas observações precisas que certamente engrandeceram meu trabalho.

A M., G., P. e R. por seus dizeres.

Ao Serviço de Psiquiatria e Psicologia Médica do Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, pela autorização para o meu trabalho de entrevistas e coleta de dados, no período de agosto de 1991 a julho de 1992.

Aos colegas da biblioteca do IEL, a Haroldo e a Ana Maria, pela ajuda valiosa na obtenção do material bibliográfico indispensável a esta tese.

A CAPES pela concessão de bolsa de doutoramento no período de 1991 a 1994.

## RESUMO

Este trabalho não se propõe a formular uma hipótese acerca da esquizofrenia. A esquizofrenia aqui sai de seu lugar tradicional de doença de um indivíduo para uma forma de dizer de um sujeito: o sujeito na esquizofrenia e o dizer na esquizofrenia. É, portanto, um trabalho sobre uma forma de dizer, sobre seus efeitos de estranhamento sobre o outro, aquele que é convocado como leitor ou como ouvinte.

Na primeira parte elaboro uma reflexão acerca do papel da linguagem na caracterização da esquizofrenia enquanto doença. A partir do DSM-III (*Diagnostic Statistical Manual*), o principal manual de diagnóstico na psiquiatria praticada no Brasil, problematizo as noções de indivíduo e de sujeito determinantes para o diagnóstico, advindas da Psicologia. Essas noções são sustentadas por uma visão em que a linguagem é transparente e o pensamento é por ela representado. Problematizo, ainda, a busca de teorias de linguagem e conceitos da Linguística com o objetivo de fundamentar a credibilidade da designação "linguagem esquizofrênica".

Na segunda parte, a partir de dados obtidos em entrevistas com alguns indivíduos diagnosticados como esquizofrênicos e de material escrito produzido por eles, situo a esquizofrenia nos dizeres, como efeitos de estranhamento no outro. Efeitos de estranhamento que vêm de se estar na diferença, a partir de um já-estar na semelhança. Diferença e semelhança são

refletidas enquanto efeitos que vêm de estruturas diferentes: a estrutura neurótica, a partir dos processos de condensação nos chistes, e a estrutura psicótica, a partir daquilo que proponho nomear composições ou formações anagramáticas nos dizeres nas esquizofrenias.

Na terceira parte, problematizo a oposição sentido/não-sentido, enquanto efeitos de estranhamento num outro na língua e no discurso, a partir de uma instância que surge além das fronteiras do sentido e do não-sentido: o real. Na ordem do real, o lugar da alíngua atende à necessidade teórica de se tocar o imprevisível na língua constituída e no discurso, mas altera substancialmente a direção teórica da questão sobre os dizeres nas esquizofrenias. A questão do que torna o dizer um dizer na esquizofrenia só pode ser formulada desse lugar, um lugar em que a diferença encontra-se estruturalmente imbricada à semelhança, e não de um lugar em que a diferença pode vir a se tornar um instrumento de exclusão.

## ÍNDICE

### PARTE I: A ESQUIZOFRENIA NO DIZER

INTRODUÇÃO: A loucura é falada por aqueles que se apresentam como dotados de razão .....	9
1. INDIVÍDUO: O LUGAR DA ESQUIZOFRENIA NA PSIQUIATRIA .....	16
1.1 DSM-III ( <i>Diagnostic Statistical Manual</i> ): um elenco de rótulos .....	22
1.2 O poder sobre os sentidos .....	31
2. A PROCURA DA CIENTIFICIDADE NA INVESTIGAÇÃO DA ESQUIZOFRENIA .....	39
2.1 Que linguística é essa que poderia manter o cognome "linguagem esquizofrênica"? .....	45
2.2 Um dizer, um sujeito e um outro outro estão em jogo .....	67
Notas .....	72

### PARTE II: AQUILO QUE ESTRANHO PODERIA SER DITO POR MIM

INTRODUÇÃO: o movimento do vir-a-saber (as filiações teóricas) .....	76
1. O OUTRO NO EFEITO DE ESTRANHAMENTO .....	82
1.1 Os efeitos no movimento de retorno .....	86
1.2 Quem diz? .....	95
1.3 O outro, quem é? .....	106
1.4 A convocação do outro nos chistes .....	116
1.5 A convocação do outro nos dizeres	

nas esquizofrenias .....	124
2. O CONFLITO ENTRE SENTIDO E NÃO-SENTIDO .....	131
2.1 Um chiste diz o que tem a dizer, enquanto os dizeres nas esquizofrenias... ..	135
Notas .....	151
PARTE III: O QUE VOCÊ DIZ NÃO FAZ SIGNO	
INTRODUÇÃO: a mágica frustrada da escritura .....	156
1. ABRACADABRA ... O QUE SAIRÁ DA CARTOLA? .....	168
1.1 O que subsiste por si mesmo na língua que provoca efeitos de inteligibilidade e de interpretabilidade .....	174
1.2 O que subsiste por si mesmo no discurso que provoca efeitos de compreensão .....	196
2. OS DIZERES NAS ESQUIZOFRENIAS: UMA CARTOLA SEM FUNDO .....	207
CONCLUSÃO .....	218
Notas .....	219
Bibliografia .....	220

*PARTE I: A ESQUIZOFRENIA NO DIZER*

**INTRODUÇÃO: a loucura é falada por aqueles que se apresentam como dotados de razão**

No livro *História da Loucura*, Michel Foucault (1991) reconstitui a história de alguns procedimentos de exclusão social a partir do final da Idade Média. Apesar de as figuras vítimas da submissão a esses procedimentos serem substituídas de tempos em tempos, os "jogos de exclusão" (cf. p.6) são sempre retomados, a partir de uma mesma estrutura dicotômica de divisão entre indivíduos: os que segregam e os segregados. Assim, a lepra "encarnou a exclusão" numa determinada época. Em seguida, as doenças venéreas ocuparam esse lugar vazio na estrutura até serem consideradas um problema médico e permanecerem no "seu lugar entre as outras doenças" (p.7).

A estrutura geral da exclusão permanece a mesma. Não são os elementos da estrutura, por suas propriedades intrínsecas, que a determinam, mas sim a estrutura que se preserva num movimento de virada de um signo só sair de outro signo: o signo de exclusão desloca-se perseguindo um referente. O jogo da exclusão mantém-se estruturalmente na caça a um signo de ruptura que se constitui negativamente em oposição a um signo de continuidade. Trata-se de um "deslocamento anagramático" (expressão usada por Derrida, 1973:45) de um mesmo signo que já está sob quaisquer desvios e rupturas:

"O fora mantém com o dentro uma relação que, como

sempre, não é nada menos do que simples exterioridade. O sentido do fora sempre foi no dentro, prisioneiro fora do fora, e reciprocamente." (Derrida, *op. cit.*:43)

Algo só encarna o signo de ruptura se houver uma perturbação exterior que mobiliza o elemento de dentro, aquele que, por princípio estrutural, ocupa o centro da estrutura. O que era de fora passa para dentro da estrutura e ocupa o lugar vazio deixado pelo outro referente do signo. É, portanto, por uma necessidade estrutural, que a loucura se transformou num signo de ruptura a partir do século XVII.

Segundo Foucault, o assentamento da loucura na estrutura, no jogo de exclusão, foi precedido de um movimento simbólico de reciprocidade na relação entre a razão (o signo do centro da estrutura, o signo da continuidade) e a loucura (o signo da ruptura):

"A loucura torna-se uma forma relativa à razão ou, melhor, loucura e razão entram numa relação eternamente reversível que faz com que toda loucura tenha sua razão que a julga e controla, e toda razão sua loucura na qual ela encontra sua verdade irrisória. Cada uma é a medida da outra, e nesse movimento de referência recíproca elas se recusam, mas uma fundamenta a outra." (Foucault, *op. cit.*:30)

As relações entre o signo de continuidade (a razão) e o

signo de ruptura (a loucura) não são relações de fronteira, mas relações de extensão, já que a reciprocidade desloca a diferença absoluta para uma contigüidade necessária. Quero dizer, nem a loucura nem a razão tem um lugar próprio fora da relação de contigüidade entre elas:

"Isto é, a loucura só existe com relação à razão, mas toda a verdade desta consiste em fazer aparecer por um instante a loucura que ela recusa, a fim de perder-se por sua vez numa loucura que a dissipa. Num certo sentido, a loucura não é nada: a loucura dos homens não é nada diante da razão suprema que é a única a deter o ser; e o abismo da loucura fundamental nada é, pois esta só é o que é em virtude da frágil razão dos homens. Mas a razão não é nada, dado que aquela em cujo nome a loucura humana é denunciada revela-se, quando finalmente se chega a ela, apenas como uma vertigem onde a razão deve calar-se." (Foucault, *op. cit.*:33)

Se a loucura se torna uma das formas da razão, o funcionamento da diferença parece supor uma síntese originária, ou, pelo menos, parece sugerir que o centro da estrutura é um gesto de fixar uma origem, um centro que organiza a necessidade da estrutura. O que vai tomar a forma exterior de uma ruptura, apesar de estar já-dentro na estrutura (a reciprocidade estrutural e inevitavelmente necessária), vai ser o elemento desestabilizador. Esse gesto é consumado a partir de Descartes<sup>1</sup>,

segundo Foucault:

"O percurso da dúvida cartesiana parece testemunhar que no século XVII esse perigo está conjurado e que a loucura foi colocada fora do domínio no qual o sujeito detém seus direitos à verdade: domínio este que, para o pensamento clássico, é a própria razão. Doravante, a loucura está exilada. Se o *homem* pode sempre ser louco, o *pensamento*, como exercício de soberania de um sujeito que se atribui o dever de perceber o verdadeiro, não pode ser insensato." (Foucault, *op. cit.*:47, ênfases do autor)

Por esse gesto, a razão, enquanto centro, mostra-se como um lugar não natural de centro, um lugar que não é fixo, mas uma espécie de não-lugar a partir do qual a loucura torna-se um acontecimento de ruptura. Um "acontecimento de ruptura (...) no momento em que a estruturalidade da estrutura deve ter começado a ser pensada, isto é, repetida" (Derrida, 1967:231).

Mas como se trata de um gesto e não de um lugar natural, o centro deixa de ser o centro e assim um outro gesto, com certeza, poderia colocar a loucura como centro e a razão como "acontecimento de ruptura" (bem aos moldes do personagem Simão Bacamarte de Machado de Assis). Desta forma, o centro escapa à estruturalidade e tanto pode ser dito na estrutura como fora da estrutura (cf. Derrida, *op. cit.*:230). O que demanda uma procura deste lugar de fora que institui o centro. Seguindo com Derrida,

"a coerência na contradição exprime a força de um desejo", um desejo que se torna lei. Mas como colocar essa lei em vigor?

A necessidade estrutural da divisão radical entre razão e loucura mantém-se até nossos dias, apesar de as relações de antinomia entre razão e loucura terem se manifestado diferentemente desde o século XVII. A estruturalidade da estrutura continua na força de um desejo de divisão radical entre indivíduos: o centro permanece na razão. De que forma a lei entra em vigor? Como o centro da estrutura não é de direito natural, a antinomia radical entre razão e loucura só pode surgir no dizer. Num dizer que vai dar o fundamento necessário para que se coloque de fora a razão no centro da estrutura. A ruptura, o "acontecimento de ruptura", vai se dar na diferença do dizer. O dizer na loucura adquire um estatuto de diferença radical em relação aos dizeres dos indivíduos representantes daqueles que segregam. Ou seja, a loucura surge no dizer daqueles que se apresentam como dotados de razão.

Mas de que natureza é a diferença? É a questão do sentido que impõe o estatuto da diferença. O que vai tornar possível o impensado na razão é o poder sobre os sentidos, sobre os sentidos que os dizeres na loucura não trazem. E por não trazerem, por trazerem sentidos outros, inalcançáveis para aqueles que representam o lugar de centro da estrutura, os dizeres vão ser considerados estrangeiros. O discurso da razão, o discurso daqueles que têm poder sobre os sentidos, conservam, como instrumento de identificação do louco, o dizer. Assim, o discurso da razão fica como origem do seu próprio discurso e

institui o dizer como elemento de coesão daqueles que segregam.

Mas o que garante o poder sobre os sentidos? Procedimentos de observação e de controle sobre o dizer exigem uma condição: a transparência da linguagem. Só se pode controlar o visível e é no que o dizer pode ter de explícito, de literal, de linear, de transparente que a transparência do comportamento desviante do louco também se tornará visível:

"O projeto da ciência da conduta humana, isto é, da psicologia, cuja necessidade começa a se delinear, indissociável nos seus primórdios da procura de objetivos políticos, desenvolver-se-á, assim, em torno dessa tensão liberdade-sujeição, na qual os autores aplicar-se-ão em resolver de formas diferentes:

- quer colocando que a subjetividade é submissa às regras da lógica e da matemática, e que o comportamento interior do indivíduo ... pode ser explicado ... pelas regras da matemática;
- quer evacuando pura e simplesmente a questão da subjetividade para substituir-lhe a noção de *comportamento*, visível, exterior, concreto, portanto real e matematicável (*sic*)." (Haroche, 1988:79, ênfases do autor)

O ideal da transparência responde a um objetivo explícito de compreensão, o que é uma outra forma de poder sobre os sentidos: a não-compreensão é insuportável porque impede o

controle sobre indivíduos. Dessa maneira, a loucura deixa-se entrever nos excessos e nas elipses, enfim, na ruptura da linearidade do dizer. A linguagem, portanto, vai preencher e circunscrever o liame médico-jurídico, na medida em que é o lugar que torna possível a marca da diferença: o louco usa uma linguagem diferente daquela utilizada pelo médico - uma linguagem que instrumentaliza a relação transparente com o pensamento e sobre a qual se tem controle. Há, enfim, a separação também entre linguagens, e não só de indivíduos.

A designação do louco consuma-se pela observação exterior sobre o dizer do indivíduo, por intermédio de um conjunto de regras e de procedimentos de observação, cuja codificação rigorosa coloca o indivíduo-sujeito cada vez mais distante do indivíduo-sujeito observador. A unidade psicológica do sujeito tem que ser a base invariante do sujeito estável. Como o louco não domina o excesso e foge ao ideal de moderação revela-se aí o desvio que vai distingui-lo dos outros indivíduos. Ou seja, todo movimento de saber sobre o indivíduo que se torna objeto de saber vai se dar do exterior para o interior. A questão da transparência da linguagem é fundamental na determinação da diferença, lugar da loucura.

## 1. INDIVÍDUO: O LUGAR DA ESQUIZOFRENIA NA PSIQUIATRIA

A loucura, como signo da ruptura, é a contingência necessária à manutenção da razão como centro de uma estrutura que se sustenta da diferença absoluta. Torna-se um fenômeno empírico que exige ser pensado como "o outro" de um mesmo inalterável, o indivíduo normal. Quem é o louco? O louco é o indivíduo segregado pela sociedade, aquele que perdeu o uso da razão, que não diz coisa com coisa, que tem o juízo fora do lugar. É o irresponsável por atos e dizeres.

Quem é o representante da segregação? É o indivíduo que se apresenta como dotado de razão e que define e determina quem é louco. É na categoria do indivíduo que se situa o lugar da loucura segundo a Psiquiatria, discurso responsável pela manutenção da segregação. Na oposição razão / loucura, apesar do corte radical, ocorre um movimento de referência recíproca: a loucura é uma forma relativa à razão, a loucura só tem sentido e valor no próprio campo da razão. A razão, por sua vez, também é uma forma relativa à loucura e a razão só tem sentido e valor no próprio campo da loucura. Segregados e segregantes são cúmplices, quer queiram ou não.

Todos os lugares comuns acerca da loucura compatibilizam-se com noções do senso comum de que o indivíduo é uma instância homogênea e socialmente responsável. O louco, sendo um indivíduo doente, ocupa o lugar marginal ao agrupamento de indivíduos que se apresentam como dotados de razão. A loucura

encontra seu lugar na dicotomia intransponível com a razão, onde os limites entre razão e loucura amalgamam-se em outra dicotomia intransponível: o médico - aquele que dá a última palavra sobre o estado da loucura - e o paciente - o rotulado oficialmente como louco -, apesar de não se poder atribuir à medicina a definição dos limites (cf. M. Foucault, 1991).

A razão em oposição à loucura é o lugar comum quando se fala de loucura, exatamente porque se trata da determinação de oposições entre indivíduos: os normais (racionais) e os loucos (irracionais). Mas a relação médico-louco está além dessa oposição. É mesmo da ordem da fala e da escuta que se dá a relação médico-paciente. É no universo do dizer que a loucura mostra sua cara. Um dizer que traz consigo uma série de valores e sentidos já aderidos à personagem do louco: a exclusão social, pela qual se desapropria uma pessoa de sua voz; a apreensão equívocada de uma realidade dita objetiva; a representação da inquietude - um espelho que nada reflete de "real"; enfim, são essas aderências que colocam o louco na posição de um objeto de saber.

O reconhecimento da loucura marca a posição da diferença. Apesar disso, aquele que a reconhece se compromete nas relações da loucura. Não é possível manter-se na diferença. A diferença absoluta é insuportável, apesar de ser essa a meta da determinação da oposição entre razão e loucura. Não se pode reconhecer o louco sem reconhecer-se a si mesmo. A necessidade angustiante de colocar a loucura na posição de um objeto de saber é uma exigência estrutural. Dai que todas as antinomias que

orientam o olhar sobre a loucura só se constituem no ponto extremo de dissociação, de antinomia.

A Psiquiatria (e mesmo a Psicologia, já que grande parte dos procedimentos aplicados ao diagnóstico da loucura advém dela) reserva-se o direito institucional de diagnosticar e tratar das doenças mentais: daquilo que no indivíduo o exclui do grupo dos indivíduos racionais. O foco de interesse dos profissionais responsáveis pelo seu reconhecimento é a avaliação e o diagnóstico do tipo de "distúrbio mental" que torna o indivíduo louco.

Ao tomar para si os procedimentos da psicologia<sup>2</sup>, a Psiquiatria coloca um indivíduo-padrão na posição de parâmetro definidor da doença. Um indivíduo de fabricação imaginada na Psicologia e a serviço de um discurso que interessa à Psiquiatria. Dessa forma, institui-se uma relação entre indivíduos-padrão normais e indivíduos-padrão loucos, a qual se constitui, por sua vez, pela relação de fala e escuta entre médico e paciente. Uma relação de fala e escuta que se caracteriza pela aplicação ou não de certos procedimentos que definam a diferença. O procedimento principal recai na aplicação do rótulo "distúrbio mental" ou "desarranjo do pensamento e/ou da cognição".

O rótulo "distúrbio mental" tem várias maneiras de ser descrito na literatura, mas é um rótulo-chave na caracterização da esquizofrenia. Cohen (1982), por exemplo, define a "desordem no pensamento e no processamento cognitivo" como a "não-fluência das idéias", manifestada na "perseveração de palavras" e no

"bloqueio das sentenças". Ele compara a desordem (que chama de 'gagueira cognitiva') à gagueira tradicional:

"I consider stuttering to be a psychosocial disorder and have found it useful in teaching and clinical practice to consider schizophrenic communication disturbances as forms of 'cognitive stuttering'. This analogy has some support when one recognizes that both sets of phenomena involve serious nonfluencies, for example blocking and perseveration. It is true, of course, that schizophrenic nonfluency is ideational, involving the semantic and pragmatic aspects of language function, while stuttering is exclusively phonological." (Cohen, 1982:596)

Por sua vez, Hanfmann em "Analysis of the thinking disorder in a case of schizophrenia" define o "distúrbio mental" como "primitivization of thinking" (1943:327), assim como, de uma certa forma, Cameron (1943) em "Deterioration and regression in schizophrenia thinking". O que todas essas propostas de definição do rótulo "distúrbio mental" apontam é que há algo no dizer que provoca uma ruptura, uma frustração de antecipação daquilo que o ouvinte poderia esperar que alguém dissesse. O médico se vê diante de um dizer que não compreende, um dizer que lhe parece, exatamente por ser ruptura, como "gagueira". Um dizer em cortes, um dizer que lhe parece primitivo porque, a partir de uma fala, padronizada como a fala do indivíduo-padrão normal, aquilo que

não é compreendido pode ser uma "forma primitiva de falar".

Mas, a relação de fala e escuta na determinação da esquizofrenia não se restringe apenas à relação médico-paciente. Há a relação fala-escuta também na queixa da família que se encontra afetada pelos sintomas que relata ao médico e que, às vezes, até antecede ao dizer do próprio paciente. Normalmente é um membro da família que se queixa de alguma coisa que lhe parece estranho no outro. A nomeação da loucura já está latente na queixa. O nomeado louco, por sua vez, não se queixa ou, quando assim o faz, as queixas são de outra natureza. O louco não se sente louco, porque ele não se estranha (o que não quer dizer que não conviva com momentos de lucidez e de loucura). Daí que a iniciativa de procurar o médico não costuma ser dele. Assim, o primeiro estranhamento da família antecede o segundo estranhamento do médico. Em ambos, a palavra daquele que é nomeado louco tem que ser autenticada pelo outro que passa a ser responsável por seu dizer. A verdade ou o delírio tem que receber autenticação do outro. A loucura é, assim, não um estado por si só, como o câncer ou a AIDS, mas algo que comporta sempre o outro, o outro que "diz" a loucura no lugar do louco.

Mas quando o louco fala, o dizer que é a ruptura do dizer-padrão "normal" torna-se um sintoma, um sintoma que tem que ser referido a uma doença. Um sintoma muito particular porque não há uma lesão cerebral que possa ser assimilada ao sintoma, como tradicionalmente se faz no diagnóstico das afasias. Nas afasias, a ruptura na linguagem é vinculada a lesões específicas para cada tipo de "déficit"<sup>3</sup>. Normalmente é na Linguística que é procurado

o estatuto de cientificidade para as rupturas definidas como déficits. Ou seja, "provas materiais", obtidas por tomografia computadorizada e outros exames, comprovam as lesões que se prestam para o diagnóstico do sintoma (a ruptura na linguagem). Esse tipo de atitude clínica diante do sintoma faz parte da prática da medicina em geral. Mas como na medicina o critério de classificação de doenças costuma ser a causa da patologia e, na psiquiatria, as causas das doenças mentais são desconhecidas (apesar de haver várias hipóteses sobre a etiologia das doenças - cf. Häfner et al., 1987), outros critérios passam a ser utilizados na determinação das doenças mentais.

Impossibilitada de encontrar as causas das doenças mentais ("descobrir provas materiais"), a psiquiatria vai recorrer a uma base de diagnóstico e de classificação fundamentalmente estatística. Na maioria das vezes, as doenças mentais são diferenciadas pelo reconhecimento de uma quantidade maior de sintomas de determinado padrão de sintomas, estatisticamente atribuídos a uma doença, na comparação com outros sintomas, em menor quantidade, que estejam fora desses padrões. Alguns trabalhos insistem até na necessidade de se avaliar o grau da esquizofrenia a partir do padrão de sintomas imputado à esquizofrenia, como uma patologia mais geral (cf. French and Kasanin, 1943).

## 1.1 DSM-III (Diagnostic Statistical Manual): um elenco de rótulos

O indivíduo doente é conceituado como esquizofrênico, a partir de características gerais elencadas, segundo critérios relacionados no manual estatístico de diagnóstico de desordens mentais da American Psychiatric Association, o chamado DSM (Diagnostic Statistical Manual), principal manual de referência na psiquiatria exercida no Brasil. Esse manual sofre periodicamente atualizações, mas o princípio básico estatístico de elencar características específicas pela descrição de sintomas, por patologia, permanece constante.

A esquizofrenia, uma classe das doenças mentais, costuma ser caracterizada na relação de fala e escuta entre médico e paciente. Mas o que é a esquizofrenia? É uma doença única ou várias doenças? É uma subcategoria dentro de uma doença, ou não é uma doença? Essas questões são colocadas pela própria Psiquiatria, mas, por permanecerem sem resposta, deslocam-se para lugares, como a Psicologia (e de certa forma à Linguística, como indicarei mais tarde), que possam fornecer alguns procedimentos que garantam um certo estatuto de cientificidade ao reconhecimento dos sintomas da esquizofrenia.

Em linhas bem gerais, a esquizofrenia é definida por alterações de ordem perceptual e/ou cognitiva e/ou afetiva. A procura de determinantes genéticos, geográficos, históricos, culturais tem sido vã. Também é indeterminado o prognóstico dessa doença. Certos doentes nunca voltam a "funcionar bem", outros

funcionam, após um episódio esquizofrênico, melhor do que tinham funcionado a qualquer época antes. Pode implicar um alto ou baixo grau de consciência. O exame da literatura no campo forneceria uma lista virtualmente sem fim de achados e contra-achados fisiológicos (Pokorny:1978), psicológicos e sociais.

Dizer que o indivíduo é esquizofrênico significa dizer que ele apresenta uma série de manifestações que, segundo o manual de diagnóstico, se enquadram na entidade patológica esquizofrenia. A esquizofrenia, portanto, é um conceito médico. A história da esquizofrenia como conceito começa em 1911. Antes, já existiam doentes com manifestações semelhantes às catalogadas atualmente sob o rótulo da esquizofrenia, mas não eram chamados de esquizofrênicos. Não se pode dizer que eles foram "descobertos". Ao lado da história pessoal do doente, podemos falar da história do conceito "esquizofrenia".

A história do conceito "esquizofrenia" começa com Bleuler. O debate sobre o conceito consiste no debate sobre o que Bleuler propôs como esquizofrenia e o que outros psiquiatras pensaram e pensam a respeito disso. É um debate sobre um conceito, que pretende aplicar-se a certos doentes, um conceito sobre certos doentes. O que é particularmente interessante na história do conceito é que Bleuler (o "pai" do conceito) propunha o descentramento da posição do terapeuta para fazer "uma abordagem da loucura adaptada a uma escuta do doente mental" (Roudinesco, 1989:118), mas esse aspecto do conceito foi apagado pela ênfase maior no papel da perícia psiquiátrica: uma certa orientação do saber psiquiátrico rumo ao corte radical entre

normais e anormais - os loucos seriam completamente loucos e os normais completamente normais.

O papel de perícia psiquiátrica ainda é mantido nos centros psiquiátricos de emergência, em grandes cidades, como no Rio de Janeiro, para onde indivíduos sob suspeita de perturbação da ordem pública (e privada) são levados (em carros da polícia ou do corpo de bombeiros) para que o psiquiatra de plantão determine se o indivíduo é louco ou não. Se é louco recebe tratamento psiquiátrico, se não é, é despachado de volta para a delegacia de polícia da área onde houve a desordem. Reconhecer um louco é admitir que ele é um "sujeito de direito" (Roudinesco, 1988:541). Ser louco pode ser a salvação.

Pela versão DSM-III (1980), o manual de referência em vigor nos centros psiquiátricos, a esquizofrenia é caracterizada, em linhas gerais, como um "distúrbio fundamental da personalidade". Mas, em sua caracterização, pode-se encontrar uma série de rótulos, absorvidos principalmente da Psicologia, que primam pela total ausência de rigor teórico. A não-explicitação de como esses rótulos seriam compatibilizáveis conceitualmente com interrogações da própria Psiquiatria reduz o manual a um rol de sintomas que devem ser procurados no paciente, a partir da queixa da família e a partir daquilo que o paciente responde. Como os sintomas são a única coisa que garante os rótulos, também eles ficam por explicar. Ou seja, já que não há lesão que possibilite a correspondência lesão/sintoma, o vínculo entre sintoma e rótulo atua no lugar da explicação. O que se torna extremamente complicado, porque os rótulos, não sendo definidos

nem re-produzidos pela Psiquiatria, passam a dirigir o olhar do profissional e a investigação para a procura de algo que ele tem expectativa de encontrar. O que o profissional pergunta visa a obter a confirmação ou não da correspondência sintoma/rótulo. As perguntas são dirigidas aos sintomas e não ao paciente. As perguntas são orientadas pelo sintoma. A antecipação das confirmações já está nas perguntas. É um jogo de cartas marcadas.

A caracterização da esquizofrenia no DSM-III resume-se no seguinte:

"includes a group of psychoses in which there is a fundamental disturbance of personality, a characteristic distortion of thinking, often a sense of being controlled by alien forces, delusions that may be bizarre, disturbed perception, abnormal affect out of keeping with the real situation, and autism. Nevertheless, clear consciousness and intellectual capacity are usually maintained. The disturbance of personality involves its most basic functions, those that give the normal person his feeling of individuality, uniqueness, and self-direction".

A caracterização da esquizofrenia como "distúrbio da personalidade" reafirma a referência da Psiquiatria à personalidade-padrão homogênea e típica de indivíduos normais. Ou melhor, que os indivíduos normais são todos centrados em torno do conjunto específico de comportamentos e atitudes que garante a

unidade da personalidade. O esquizofrênico seria aquele que sofreu o desmantelamento dessa organização. A unidade da personalidade, anterior à doença, é perdida.

O desmantelamento da unidade da personalidade por "fundamental disturbance of personality" convive com "clear consciousness and intellectual capacity". O que seria "consciência clara" e "capacidade intelectual", enquanto itens de diagnóstico? Como esses rótulos podem compatibilizar-se conceitualmente com "distúrbio de personalidade"? A esquizofrenia não aliena o indivíduo, não anula o sujeito enquanto enunciante de sua própria loucura, não o reduz à palavra da família ou à palavra do médico? O que manifestaria a "consciência clara"? Como é "ser controlado por forças estranhas" ("*controlled by alien forces*") e ter "consciência clara" e "capacidade intelectual"? "Capacidade intelectual" por debaixo de um dizer esquizofrênico? O que define algo que é dito como um delírio? O que é "delírio bizarro"? O que seria o delírio não-bizarro, comum, previsível? Como conciliar "abnormal affect out of keeping with the real situation, and autism" com "consciência clara"? Não me cabe reconstituir o percurso conceitual de apropriação desses itens de diagnóstico oriundos da Psicologia. A minha indagação volta-se para como a psiquiatria pôde absorver noções de outras áreas de saber sem tentar elaborá-las à luz de suas próprias questões.

Se o DSM é o manual prático de aplicação de procedimentos, concebido a partir de dados estatísticos relativos à correspondência sintoma/rótulo, num número x de pacientes diagnosticados como esquizofrênicos exatamente por essa

vinculação, fica difícil quebrar o circuito linguajeiro de rótulos que se mantém pela própria nomeação do rótulo. O que é sintoma, o que é um simples procedimento de nomeação, não fica claro. A perda da unidade da personalidade é uma qualificação ou um sintoma? Seria "uma distorção característica do pensamento" um sintoma?

Considerar que o "pensamento possa sofrer uma distorção" subentende que o pensamento seja uma unidade de reflexão (considerações que escapam à própria Psicologia, de onde possivelmente foi absorvida a noção). Os esquizofrênicos são descritos como aqueles que se caracterizam por um certo pensar, vamos dizer, "esquizofrênico". A descrição dos sintomas característicos da perda de unidade da personalidade coloca lado a lado um estado-padrão de percepção, pensamento, modo de conduta, e um estado desviante da padronização. Os desvios não são tomados como diferença relativamente ao padrão normal, mas como uma positividade que impede a relação de semelhança com esse mesmo padrão normal: o louco é o louco, é idêntico a si mesmo; o normal é o normal.

A configuração do padrão de normalidade e do padrão de anormalidade não se constitui pela anulação daquilo que seria contingente nos indivíduos a fim de se chegar a um padrão universal. O indivíduo-padrão incorporado ao discurso médico, que é também o do discurso da Psicologia, é o indivíduo-sujeito que convém à funcionalidade de uma bateria de diagnósticos. Portanto, não se trata da idealização necessária ao discurso científico, na constituição de um conceito que fundamente o discurso científico.

através da anulação da contingência. O sujeito psicológico, na medida em que é amalgamado à noção de indivíduo-padrão, é uma função de controle e não um conceito.

O esquizofrênico é descrito como aquele que é "controlado por forças estranhas", ou seja, que perde o controle sobre si, controle que seria garantido pela unidade da personalidade. A noção de personalidade está longe de ser unânime na própria Psicologia, de onde ela foi absorvida pela Psiquiatria e de onde ela recebeu o retorno de sua aplicação prática (a noção de personalidade dividida). Essa noção compatibiliza-se com a padronização de indivíduos e com a conformação de comportamentos previsíveis que servem a uma função de controle, tanto na Psicologia quanto na Psiquiatria. O esquizofrênico seria aquele que viola as expectativas geridas pela padronização. Mas ele também deve se enquadrar à padronização da anormalidade ao ser colocado também como uma unidade, uma personalidade doentia, desviante do padrão da normalidade. A personalidade seria a noção-fundamento da individualidade humana, aquilo que permitiria a previsão de ação numa situação determinada (Cattell, 1950, citado em Vidal *et al.*, 1977:446) e que garantiria a adaptação do indivíduo ao ambiente, ou seja, o seu controle.

A contingência dos fatores que caracterizam os estados das esquizofrenias é perturbadora. Mas não é a neutralização das contingências que faz a Psiquiatria e a Psicologia procurar uma noção estabilizadora como a de personalidade. A noção de personalidade aplica-se como uma camisa-de-força a serviço da manutenção de um discurso de distinção da esquizofrenia:

"O dado clínico da evolução sem demência, o caráter contingente dos fatores orgânicos (reduzidos, de resto, a distúrbios funcionais) que podem acompanhar a psicose, a dificuldade teórica, enfim, de explicar suas particularidades (o delírio parcial) pela alteração de um mecanismo simples, intelectual ou afetivo - tais elementos, outros ainda mais positivos, fazem com que a opinião comum dos psiquiatras, como sabemos, atribua a gênese da doença a um distúrbio evolutivo da personalidade". (Lacan,1987:19)

No DSM-III, na descrição do "distúrbio da personalidade" que caracteriza a esquizofrenia, percebe-se que esse "distúrbio" pode ter um instrumento de "expressão" bem peculiar: os delírios - "delusions that may be bizarre". Delírios são dizeres. São fatos de linguagem que, ao estarem associados à descrição dos sintomas, indicam que é pelo dizer que se pode diagnosticar a perda da unidade da personalidade. Naturalmente que outros "desvios" de comportamento ajudam a elaboração do diagnóstico. Mas a descrição de sintomas - como "*disturbed perception, abnormal affect out of keeping with the real situation, and autism*" - indica (mas não exclusivamente) que o dizer não só é o instrumento de leitura de distúrbios no interior, como também instrumentaliza a relação do indivíduo com o mundo exterior - uma relação anormal com uma "situação real".

É uma suposta transparência da linguagem que permite

avaliar o interno pelo externo e a relação do indivíduo com o mundo exterior. O dizer vai ser então um dos instrumentos (talvez o mais eficaz) de análise do médico, para que ele reconheça o indivíduo esquizofrênico. Só por ser a linguagem tida como transparente para eles, é que a "alteração da linguagem" pode ser reconhecida como "alteração do pensamento", visto que a linguagem tem o papel de representar um estado interno. Aquilo que o indivíduo diz revela as profundezas de suas perturbações mentais.

Boller (1982) argumenta que pode ser considerada circular a discussão a respeito da natureza dos distúrbios, se é da ordem da linguagem ou da ordem do pensamento. Distúrbios de linguagem e distúrbios de pensamento, afirma, apresentam manifestações clínicas distintas - a afasia é um dos exemplos de manifestação de desordem exclusiva de linguagem. A "esquizofasia" - nome sugerido por ela para a "linguagem dos esquizofrênicos" - é considerada um problema de desordem do pensamento, já que a forma ("disorders of speech" ou "disorders of language") apresenta-se normalmente sem alterações, enquanto o "conteúdo" (o pensamento) está comprometido:

"Despite these problems of conceptualization and precise definitions, it is useful for neurologists and neurolinguists to separate clearly disorders of speech, disorders of language, and disorders of thought because they have different clinical manifestations, and because they involve different pathogenic mechanisms,

different prognoses, and different therapeutic approaches (...) Even though there may be overlap between these different types of disorders, they are known to occur in isolation". (Boller, 1982:592)

Encontram-se na literatura médica vários trabalhos que apontam uma concepção de linguagem fora do indivíduo, consoante à qual a linguagem seria um instrumento de expressão do pensamento e/ou cognição, que permitiria, por intermédio da produção desviante, distinguir um distúrbio de pensamento ou um distúrbio de cognição. A linguagem, nessa perspectiva, é sempre vista como manifestação da desordem intrapsíquica (cf. Häfner, 1987; Ostwald, 1978; Goldstein, 1943; Cameron, 1943; French and Kasanin, 1943; Mc Dougall, 1926). Trata-se assim da antiga discussão entre externo e interno, corpo e alma, expressão e idéia, etc., que decorre da supervalorização do interno.

## 1.2 O poder sobre os sentidos

Não é de se estranhar, portanto, numa concepção de linguagem como instrumento transparente de expressão de desordens mentais, que a noção de indivíduo seja a mais efetiva na descrição das doenças mentais. O indivíduo seria aquele que tem pleno controle sobre si mesmo e, por consequência, também teria pleno controle sobre a linguagem e seus sentidos transparentes. A perda de controle retira do doente o seu estatuto de indivíduo, com todas as consequências jurídicas, econômicas, sociais,

afetivas, etc., que o coloca numa posição de tutelado pelo estado ou pela família. Ao mesmo tempo, porém, como se viu anteriormente, garante ao louco um lugar na sociedade caso seja reconhecido como doente - um lugar de estrangeiro.

Fica claro que o que se pretende é distinguir um tipo de indivíduo: o esquizofrênico. As noções empregadas para tal distinção partem da padronização do que seja o indivíduo não-esquizofrênico, o indivíduo normal, aquele que tem o "sentimento de individualidade, unicidade e auto-direção" - o lugar do médico. Não é de se estranhar a extrema dificuldade que os médicos encontram na relação verbal com o doente. A posição do médico inviabiliza qualquer penetração no dizer daquele que ele tem que diagnosticar. O esquizofrênico, sendo destituído de sua condição de indivíduo, o que ele é? Será que a noção de indivíduo não se encontra fora de lugar quando o que está em jogo é o dizer?

A continuação da descrição dos sintomas da esquizofrenia sustenta uma ligação inegável entre linguagem e "pensamento desviante":

"The schizophrenic person feels that his most intimate thoughts, feelings, and acts are known to or shared by others, and explanatory delusions may develop to the effect that natural or supernatural forces are at work to influence his thoughts and actions, in ways that are often bizarre (...) In the characteristic schizophrenic disturbance of thinking, peripheral and irrelevant

features of a total concept, which are inhibited in normal directed mental activity, are brought to the forefront and utilized in place of the elements relevant and appropriate to the situation. Thus, thinking becomes vague, elliptical, and obscure, and its expression in speech sometimes incomprehensible. Breaks and interpolations in the flow of consecutive thought are frequent, and the patient may be convinced that his thoughts are being withdrawn by some outside agency".

O "distúrbio no pensamento" torna-se causa da dificuldade de compreensão daquilo que o esquizofrênico diz: ele não controla seu pensamento - "seus pensamentos são controlados por agentes exteriores", os outros participam de seus "pensamentos íntimos". Conseqüentemente, ele não controla seu dizer, ele delira. Se médico e paciente falam a mesma língua, porque os dizeres nas esquizofrenias são incompreensíveis? O dizer nas esquizofrenias pode ser definido pela estranheza, pela incompreensão do outro?

Problemas de compreensão se sustentam na hipótese da transparência da linguagem em relação aos mundos interno e externo, onde só há lugar para um tipo de sujeito: um sujeito controlador de seu dizer. Fica assim evidente de que o lugar da esquizofrenia fica na dependência do outro que atribui ou não sentidos ao que é dito, dizer esse que expressa a "realidade intrapsíquica". Ou seja, a compreensão exige uma posição de

intérprete absoluto, com dispositivo de leitura não-sujeito a falhas. Mas o lugar da alteridade necessária ao ato de "leitura" é apagado, na medida em que os sentidos aplicados à leitura "falam por si". Não é uma alteridade responsável pelo dispositivo de leitura, porque não é um discurso sustentado em nome próprio. O apagamento se dá porque não há reconhecimento da necessidade da referência a uma alteridade que sustentaria o dispositivo de leitura.

As noções de indivíduo e de unidade, postas pela noção de personalidade, convocam a organização e totalidade do mundo intrapsíquico. Que estrutura seria essa que garantiria a organização? De antemão, pode-se dizer que não é a estrutura da língua. A questão da língua não entra em discussão pela Psiquiatria e pela Psicologia. O termo 'linguagem' diz respeito apenas a uma função. Mas é uma estrutura que necessita de um sujeito constituído - o sujeito psicológico - usuário de uma língua. Assim a relação língua / estrutura psíquica é instrumental.

É preciso salientar mais uma vez que se trata de aplicar rótulos ao dizer, daí a impossibilidade de compreender o que é dito não ser entendida como tentativa fracassada de interpretação do que é dito. Não se trata de compreender o que é dito, mas de aprisionar em alguma determinação positiva a causa do comportamento (verbal) desviante. Compreender passa a significar achar a causa.

Nesse sentido a Psiquiatria não foge a seu destino - o destino de toda a medicina que é "descobrir" as causas das

doenças. Mas, no caso das doenças mentais ("doenças" pode ser considerado um termo inapropriado, já que não se sabe as causas dos desvios de comportamento e toda doença subentende uma causa), as causas não-encontradas são substituídas por qualificações que determinam positivamente aquilo que não pode ser referido a uma causa e nessa causa ganhar explicação.

Apesar de a Psiquiatria não usar o termo "sujeito" - somente "paciente" e "indivíduo" -, a noção de sujeito, na Psicologia coincide com um sujeito necessário à Psiquiatria. O esquizofrênico, na qualidade de doente mental, só pode ser definido a partir do sujeito como concebido na Psicologia. É um lugar absoluto, entificado por um sujeito também absoluto. O lugar do "sujeito esquizofrênico" só pode ser preenchido por um sujeito entificado (corpóreo, com RG e CIC<sup>4</sup>), um indivíduo fora do padrão, um cidadão sem cidadania.

A linguagem, enquanto instrumento de expressão das "alterações no pensamento e na cognição", é tida como comprometida: a expressão, enquanto função, e não o que seria expressado. Isto é, a linguagem é um instrumento mal usado, ela não cumpre sua função. Como então confiar nesse instrumento que está sujeito ao mau uso pelo doente mental? Como insistir na busca da "descoberta" da causa da doença, se o seu instrumento mais eficaz de investigação está comprometido pelo mau uso?

A esse respeito não se pode esquecer que não é só no diagnóstico das doenças mentais que o dizer desempenha o papel de instrumento no diagnóstico de doenças: as consultas médicas passam pelo que o paciente diz, principalmente pela escuta do

médico, uma escuta orientada para sintomas. Mas, nas doenças mentais, o papel do dizer torna-se mais evidente porque os exames clínicos costumam fornecer poucos subsídios. O discurso médico, por conseguinte, alça-se a um estatuto de metalinguagem, naquilo que o que é dito torna-se um objeto de investigação independente de sua posição discursiva, enquanto médico, e naquilo que o seu discurso se constitui por ideologia, por controle de um saber que *ça va sans dire* o eleva a uma posição confortavelmente neutra fora da linguagem. A inacessibilidade ao dizeres nas esquizofrenias é o passo adiante na manutenção da estrutura de poder sobre sentidos incontroláveis que esses dizeres insistem em exibir.

Ainda precisa ser considerado com relação ao mau uso da linguagem pelo esquizofrênico, a redução do que é dito pelos esquizofrênicos a uma meia dúzia de rótulos que apagam a especificidade da língua, enquanto estrutura. Na tentativa de se enquadrar um dizer não-compreendido nesses rótulos, apaga-se o que é dito, mas mantém-se a diferença. Isso é necessariamente mantido sob pena de se inviabilizar o projeto de caracterização da esquizofrenia. Nesse sentido, o que um esquizofrênico diz não se distingue do que outro esquizofrênico diz, porque os diferentes dizeres são idênticos na sua função única e exclusiva de indicar "distúrbios de personalidade". A homogeneização da diferença nos dizeres nas esquizofrenias compatibiliza-se com o esquizofrênico-padrão. Assim, vai-se chamar esse "dizer padrão da esquizofrenia" de "linguagem esquizofrênica".

Reconhece-se assim que uma linguagem outra está em

jogo, diferente daquela passível de ser controlada. Mas, qual é o lugar da diferença, se ela é reconhecida para ser imediatamente apagada sob um rótulo que a coloca como o déficit da outra? É no rastro dessa nova questão sobre a diferença na linguagem que muitos autores vão recorrer a teorias de linguagem e a alguns conceitos lingüísticos na ilusão de que teorias e conceitos podem complementar e costurar o déficit, mantendo a linguagem como função de expressão de "distúrbios mentais". De que maneira a linguagem comparece lado a lado com os rótulos utilizados na definição da esquizofrenia?

Resumidamente pode-se dizer uma coisa: os dizeres nas esquizofrenias são fora do comum. A questão da rotulação da diferença como "linguagem esquizofrênica" implica a tentativa de compreensão da causa do inusitado dos dizeres e não da compreensão do inusitado que traz consigo sentidos imprevisíveis. A procura, portanto, nas teorias de linguagem de algo que preencha um vazio de explicação equivale à procura de uma relação de causalidade.

O alvo da busca de complementariedade<sup>5</sup> que permita a compreensão das causas da diferença dos dizeres nas esquizofrenias vai se dar na tentativa de se obter na Lingüística um estatuto de cientificidade naquilo que toca o significado. Compreender os sentidos imprevisíveis - os previsíveis já estão lá no dizer e são imediatamente "compreendidos" - pode levar à compreensão da esquizofrenia. Quem sabe, pode levar a "descobrir a sua causa outra", aquela que a "linguagem esquizofrênica" expressa para quem a toma como transparente. Se os dizeres nas

esquizofrenias, como acreditam, podem ter significações únicas e exclusivas da doença, o diagnóstico da esquizofrenia é preservado na relação assimétrica entre aqueles que representam o lugar de intérprete absoluto do dizer (psiquiatras, psicólogos, etc.) e aqueles que são submetidos ao diagnóstico.

A perpetuação da relação de poder sobre os sentidos do que os outros dizem é uma questão ética que, certamente, mereceria uma outra tese para sua discussão de forma responsável. O assujeitamento a essas relações, por parte daqueles que representam o discurso de controle sobre a determinação ou não do estado da esquizofrenia, é que precisa ser mencionado. O psiquiatra, o psicólogo, os profissionais, enfim, que lidam com esquizofrênicos encontram-se totalmente assujeitados a um discurso que lhes é também imposto. De certa forma, eles também são controlados por "forças estranhas", como os esquizofrênicos seriam. "Forças estranhas" que vêm de um lugar estabelecido socioculturalmente de controle imaginário sobre os indivíduos, de controle daquilo que os indivíduos falam.

## 2. A PROCURA DA CIENTIFICIDADE NA INVESTIGAÇÃO DA ESQUIZOFRENIA

A procura da diferença manifestada no cognome "linguagem esquizofrênica" vai se dar não a partir de um lugar ocupado por teorias de linguagem, mas de lugares estabelecidos na Psicologia e na Psiquiatria, na medida em que teorias de linguagem são chamadas para reforçar, ou melhor, para confirmar a relação de autoridade sobre os sentidos nos dizeres nas esquizofrenias.

O movimento da Psiquiatria para a Psicologia e da Psicologia para a Linguística parece responder ao apelo de domar a dimensão ameaçadora que a língua pode produzir. Trata-se de controlar o incontrolável. Um dizer que não pode ser compreendido é uma ameaça à ordem constituída. A compreensão, portanto, tem um papel de patrulhamento daquilo que os indivíduos dizem. Quero dizer, os estados das esquizofrenias em si já são considerados perturbadores por aquilo que representam de ameaça à integridade física dos outros e dos próprios indivíduos afetados por esses estados. Mas a loucura, de forma geral, encontra sua manifestação mais aterrorizadora naquilo que fala de si. Calar o louco é defender a tradição, a família e os bons costumes. Mas como se pode calar o louco se a loucura encontra no dizer (também na pintura, na escultura, etc.) sua forma de se significar? Cala-se o louco tentando-se domar sentidos não-controláveis por meio de expedientes práticos de diagnóstico das esquizofrenias.

Para situar a relação complementar entre Psicologia e

a Psiquiatria, na medida em que utiliza suas noções no diagnóstico) e teorias de linguagem, usarei como referência parte do material publicado no *The Behavioral and Brain Sciences*, vol. 5, no. 4, de dezembro de 1982, material esse intitulado "Is there a schizophrenic language?" (pp.579-627). O título do periódico confirma a ligação institucional entre psiquiatria ("brain sciences") e psicologia ("behavioral sciences") que se dá numa relação compartilhada de autoridade sobre os sentidos produzidos nos dizeres nas esquizofrenias. Uma relação predatória porque se dá apenas na apropriação daquilo que interessa para manter o controle, sem contudo assumir responsabilmente a sua filiação conceitual.

Trata-se de vários artigos-resposta escritos a partir do artigo-provocação, de Steven Schwartz, que dá o título da coletânea. Minha escolha desse material e não de outros deve-se a sua representatividade relativamente ao uso de teorias de linguagem como complementares às áreas de origem, a Psiquiatria e a Psicologia. Trabalhos mais recentes (Hoffman, 1986; Beveridge e Brown, 1985; Leaper e Emmorey, 1985; Hoffman e Sledge, 1984; Hoffman et al., 1982; Wykes e Leff, 1982, todos publicados no periódico *Brain and Language*, entre outros) não se afastam dessa posição, deixando por isso não serão comentados.

O artigo de Schwartz, que problematiza a questão da chamada "linguagem dos esquizofrênicos", parte de um desafio: quatro trechos de entrevistas são submetidos a seus colegas (três são psicólogos clínicos) para que eles atribuam graus de cinco (ponto máximo que indica o esquizofrênico) a zero (ponto mínimo

que indica o individuo normal). As reações a esses trechos foram: dois deles foram considerados inquestionavelmente como produzidos por esquizofrênicos, porque o "falante pula de um assunto para o outro e produz associações peculiares que soam bem bizarro" - "the speakers jump from one subject to another, produce peculiar associations, and sound quite bizarre" (Schwartz, 1982:579). Comentando isso, Schwartz afirma que esses trechos são além disso "excelentes exemplos de como são as expectativas de clínicos e leigos com relação a como os esquizofrênicos falam" - "excellent examples of how clinicians and laymen expect schizophrenics to talk" (op. cit., id. ibidem). Um terceiro trecho seria, nesse sentido, considerado absolutamente normal, porque "nem é bizarro nem é particularmente obscuro" - "it is neither bizarre nor particularly obscure" -, mas isso se tornaria um problema para os investigadores, porque justamente esse foi produzido por um esquizofrênico.

Schwartz mostra, então, que, apesar de ser um trecho de uma fala de um esquizofrênico, ele não foi reconhecido como tal porque "a fala de um esquizofrênico, você sabe, pode nem sempre ser esquizofrênica" ("schizophrenic speech, you see, may not always be "schizophrenic"). O quarto trecho, "não é bizarro, mas é repetitivo, frouxo e difícil de se acompanhar" - "it is not bizarre, but is repetitive, loose and difficult to follow" - e foi atribuído a ele uma certa qualidade de esquizofrênico. Esse trecho era simplesmente parte de uma entrevista concedida pelo ex-presidente americano Richard Nixon. A conclusão de Schwartz, a respeito desse teste informal, não é tão categórica quanto os

seus comentários a respeito dos resultados. Evidência de que algo escapa às expectativas e as tentativas de determinação?

"Difficult-to-follow speech is not limited solely to schizophrenics. Schizophrenics may say things that appear strange to listeners, but so do normal people and nonschizophrenics patients." (Schwartz, *op. cit.*:579)

O teste de Schwartz levanta muitas questões que serão discutidas diferentemente ao longo desta tese. Essas questões têm a ver com: a expectativa que se tem diante de um dizer, com o estranhamento que se dá quando essa expectativa é frustrada, com as condições de possibilidade de um julgamento absoluto a respeito do que o outro diz - seja para indicar indivíduos esquizofrênicos ou o que quer que seja.

As expectativas não podem evidentemente ser subestimadas. Numa "experiência" semelhante à proposta por Schwartz, no mini-curso que dei na PUC de Campinas, em 1992, durante o qual foram discutidas as noções de "coesão e coerência textuais", apresentei aos alunos quatro textos para que eles apontassem aqueles que possivelmente teriam sido escritos /ou ditos por indivíduos diagnosticados como esquizofrênicos: um texto era de Clarice Lispector. Diante dele, a maioria achou que se tratava de um texto de esquizofrênico, dois textos (um escrito e o trecho de um diálogo) não foram considerados textos de esquizofrênicos, embora tivessem sido falados/escritos por

sujeitos diagnosticados como esquizofrênicos, e o último consistia num trecho de uma entrevista concedida por um diretor teatral de vanguarda a Folha de São Paulo, o qual foi considerado texto de esquizofrênico. Os quatro textos fugiam dos padrões canônicos de coesão e coerência que se esperam de um texto, mas os efeitos produzidos por possíveis "falta de coesão e falta de coerência" eram totalmente distintos, o que não foi percebido pela maioria dos alunos. Ou seja, os resultados foram afetados pela expectativa criada pela minha própria pergunta: quais desses textos foram produzidos por esquizofrênicos? e pela expectativa ingênua (oriunda da ilusão de que os sujeitos controlam seus dizeres) de que os sentidos têm que ser transparentes e organizados de forma coesa. A "desorganização" é imperdoável, o "não-fazer sentido" é angustiante.

Com a reprodução do resumo do artigo de Schwartz, vou tentar desarticular a "trama imaginária" (um termo de Pêcheux particularmente feliz para dar conta dessa tentativa de aprisionar aquilo que nos escapa) que persegue a cumplicidade de teorias de linguagem com um discurso de controle sobre os sentidos, incorporado pela Psiquiatria e pela Psicologia. Mesmo que seja para concluir, como confirma no final Schwartz, que não é uma questão de linguagem - o título de seu artigo é particularmente significativo: "Is There a Schizophrenic Language?" -, por que a linguagem só entra em discussão para ser denegada logo em seguida?

"Among the many peculiarities of schizophrenics perhaps

the most obvious is their tendency to say odd things. Indeed, for most clinicians, the hallmark of schizophrenia is "thought disorder" (which is usually defined tautologically as incoherent speech). Decades of clinical observations, experimental research, and linguistic analyses have produced many hypotheses about what, precisely, is wrong with schizophrenic speech and language. These hypotheses range from assertions that schizophrenics have peculiar word association hierarchies to the notion that schizophrenics are suffering from an intermittent form of aphasia. In this article, several popular hypotheses (and the observations on which they are based) are critically assessed. Work in the area turns out to be flawed by errors in experimental method, faulty observations, tautological reasoning, and theoretical models that ignore the complexities of speech and language. This does not mean that schizophrenics are indistinguishable from nonschizophrenics. They are clearly deviant in many situations. Their problem, however, appears to be in processing information and in selective attention, not in language itself." (Schwartz, *op. cit.*579)

Segundo os artigos na *The Behavioral ...*, no volume citado, que pretendem argumentar contra ou a favor da conclusão de Schwartz, os principais "problemas" (psicológicos, ou melhor, que o sujeito psicológico apresenta ao se tornar esquizofrênico)

detectados na e pela "linguagem esquizofrênica" são:

(1) problemas cognitivos no processamento de informação (e/ou na atenção seletiva), causando desordens na comunicação;

(2) desordens nas associações semânticas;

(3) falta de coesão textual;

(4) desordens de linguagem causadas por lesões cerebrais.

Minha atenção vai se direcionar, nos próximos tópicos, para a "linguagem esquizofrênica", ou melhor, para os três primeiros "problemas" enumerados acima. O chamado quarto problema, colocado claramente como biológico, não pode ser considerado aqui por estar fora de questão numa relação de reconhecimento da "doença esquizofrenia" que subentende uma relação entre o esquizofrênico e o outro (por enquanto, em nossa análise, a posição discursiva do médico).

2.1 Que lingüística é essa que poderia manter o cognome "linguagem esquizofrênica"?

A enumeração dos "três problemas detectados na linguagem esquizofrênica" põe em jogo uma questão primeira, antes

mesmo de se refletir sobre os tais "problemas": de que linguagem se fala? Que concepção de linguagem é essa que permite a complementação "esquizofrênica"? Trata-se evidentemente de uma redução da linguagem a uma função exclusivamente instrumental de expressar o pensamento. É de se esperar que tal visão do senso comum seja usada na busca de certos conceitos na Linguística a fim de se ancorarem "cientificamente" rótulos como "processamento de informação", "desordens de comunicação", "desordens nas associações semânticas", "falta de coesão textual". Na verdade, tais designações indiciam uma séria inconsistência teórica.

A idéia de que os esquizofrênicos apresentam deficiências na atenção e no processamento de informação é antiga na Psiquiatria e na Psicologia. Enquanto o termo "processamento de informação" vem sendo usado mais recentemente, há tempos, na literatura dessas áreas, circula a afirmação de que os esquizofrênicos não processam correta e seqüencialmente suas experiências. Dai a qualificação "perda da realidade". Muitos trabalhos descrevem a esquizofrenia como mecanismo de defesa. Esquizofrênicos teriam problemas na relação com a "realidade". Não processariam "informações" para se defenderem de uma "realidade" hostil. Como a linguagem é vista como tendo a função de mapear o pensamento e a cognição, os "problemas de processamento" seriam revelados pela linguagem - pela "linguagem esquizofrênica".

A manifestação na linguagem desses déficits resultaria em "problemas de comunicação": ao conversar haveria alterações na "seleção e no arranjo das palavras", em função de problemas

cognitivos e de "processamento de informação". Os esquizofrênicos não processariam corretamente as "informações" e, por isso, dizem "coisas esquisitas" (ver Küfferle, 1984; Knight and Sims-Knight, 1982), ou como afirmava Kraepelin (1919:295): "... *they do not pay attention to what is said to them, they do not trouble themselves about the meaning of what they read*".

Schwartz sugere que, por terem problemas no "processamento de informação e na atenção seletiva" (a habilidade de seleção de um determinado estímulo visual ou auditivo - uma palavra por exemplo - no meio de outros), alguns esquizofrênicos "say odd things" (1982:579). O "dizer coisas esquisitas" é um problema de mapeamento de "informação", de "conteúdo" que afeta a linguagem:

"To summarize, language is an abstract set of semantic, syntactic, and phonological rules learned by every speaker. Speech (what someone actually says) reflects the speaker's knowledge of these rules but is also affected by many other factors, including (but not limited to) the situational context, the speaker's motives, the speaker's cognitive ability, and even the speaker's emotional state. Thought is reflected in speech, but it is not the same phenomenon". (Schwartz, *op. cit.*:581)

Se é que se pode considerar algum avanço o reconhecimento de alguma especificidade da língua ("language is an abstract set of semantic, syntactic, an phonological rules") e

o lugar de um sujeito na linguagem (*"the speaker's motive / the speaker's emotional state"*), a inconsistência teórica é de tal ordem que se torna impossível saber o que um conceito de língua pode ter a ver com uma linguagem concebida como transparente e como instrumento de expressão do pensamento.

As chamadas "associações intrusivas" no "processamento da informação", como no exemplo abaixo de Cohen, Nachmani e Rosenberg (1974), constituem-se em outra "evidência" (obtidas em testes de "associação de palavras"<sup>6</sup>) da "linguagem esquizofrênica":

Examiner: Deep

Patient: Like the ocean.

Examiner: Soft

Patient: Soft, like a piece of candy is soft.

Examiner: Candy, did you say?

Patient: Candy. Sealtest good, like a piece of candy.  
Sealtest good-good-good. You know, the candy  
is soft like a baby. You give a baby the  
candy. The baby eat it.

Segundo os autores, indivíduos normais "determinam as propriedades gramaticais, semânticas e sociais de um elemento linguístico, antes de ele ser emitido na conversação". As "associações intrusivas" confirmam que algo vai mal no "processamento de informação". Isso porque para eles as associações só podem se dar no nível do conteúdo. Ainda assim, o

que há de errado, por exemplo, com a associação entre *candy*, *soft* e *baby*, se nos mantivermos no nível do conteúdo? O que a rejeição dessa associação indica é que esses autores sustentam uma visão de linguagem como transmissão de informação. É apenas nesse sentido que a associação de *soft* a *candy* e a *baby* e não a *pillow* ou a *buttock* seria considerada inadequada!

Na linha de que o esquizofrênico não controla seu dizer, outros autores vão se apropriar equivocadamente das noções de competência e desempenho, formuladas por Chomsky, para descrever a ausência de controle sobre a enunciação. Asarnow e Watkins (1982) apropriam-se dessas duas noções para reduzi-las ao senso comum de que a linguagem com déficit espelha o déficit cognitivo. Segundo os autores, os esquizofrênicos teriam problemas na "competência lingüística" somente no período de surto, enquanto no período de "estabilização da doença" o problema passaria a ser no "processamento de informação", problema que seria manifestado por desordens no "desempenho lingüístico". É totalmente equivocado usar a noção de competência para se referir à enunciação. A competência lingüística está totalmente fora de qualquer fato de empiria e, portanto, nada tem a ver com um problema na enunciação. Dessa maneira, a competência lingüística jamais poderia apresentar qualquer tipo de problema num determinado período e depois voltar a um estágio normal. A competência é um saber lingüístico que independe do desempenho. São duas instâncias que mais tarde vão ser radicalizadas, por Chomsky, em *Knowledge of Language*, como conhecimento e uso. O uso não espelha o conhecimento e o conhecimento não está sujeito a

perturbações externas de qualquer tipo, como surto de esquizofrenia. Assim, o que o esquizofrênico diz não pode resultar de um déficit no conhecimento linguístico durante o surto e posteriormente se transformar num problema de desempenho linguístico devido a um déficit no "processamento de informação". E mais ainda, a faculdade da linguagem, para Chomsky, é independente das outras faculdades cognitivas. Daí desempenho ou uso linguístico não poder ser vinculado a desempenho cognitivo.

Trata-se de uma busca desesperada de situar o "lugar da esquizofrenia" numa hipótese de linguagem qualquer (discursiva, pragmática, semântica, sintática etc.), que não chega nem a remeter propriamente a teorias de linguagem, de forma a se garantir o diagnóstico da esquizofrenia.

O passo a seguir pode parecer um avanço, quando se percebe que a "compreensão" escapa porque não há garantia de um sentido único naquilo que os esquizofrênicos dizem. Na tentativa de capturar o que escapa, Buckingham (1982) propõe que se investigue a "linguagem esquizofrênica" sob o ponto de vista das implicaturas conversacionais formuladas por Grice. Segundo o autor, os esquizofrênicos apesar de violarem as máximas da lógica da conversação não devem ser considerados como não-cooperativos:

"The extreme flouting by schizophrenics, however, quite often leaves too many bridges for hearers to span. The patients fail to take the view of the listener into account, but the failure does not appear to be purposeful, and so they cannot rightfully be labeled as

uncooperative (...) an inability to sustain attention could be at the heart of much of the incoherence..." (Buckingham, 1982:594)

Buckingham cita o trabalho de Hoffman *et al.* (1982) que mostra como os esquizofrênicos violam a máxima da quantidade ("dê somente as informações requeridas pela conversação"), através de "overload of detail not required for the specific purpose of the conversation" (1982:592) - excesso de detalhes não exigidos pelos propósitos específicos da conversação. Eles violariam também a máxima do modo ("seja claro e evite ambiguidades") - "schizophrenics fail to provide linguistic antecedents for pronouns" (*op.cit.*:593) - os esquizofrênicos não especificam os antecedentes dos pronomes. As violações, contudo, para Buckingham, decorrem da incapacidade de concentração na conversação. Outros sentidos entram em jogo no dizer, mas esses sentidos "flutuam" porque não são corretamente orientados na conversação (mais uma vez, é considerado que o "sujeito esquizofrênico" usa mal o instrumento da linguagem).

Dascal and Françaço (1983), comentando o trabalho de Buckingham e discordando da afirmação de que os esquizofrênicos são cooperativos (apesar de usarem mal a linguagem, como observamos), vão situar a esquizofrenia num outro lugar. Eles acreditam que o Princípio de Cooperação é violado de uma maneira particular, já que o outro não consegue facilmente discernir qual a implicatura que está em jogo. Ou seja, o outro é que não consegue identificar o sentido que está em jogo - a

responsabilidade da não-compreensão é deslocada para o outro.

Referindo-se a um outro trabalho (Dascal, Wachowitz, Zavarin e Singer 1981), explicam que as violações decorrem do "baixo nível de compromisso com aquilo que falam" - "*the low degree of commitment displayed by them vis-a-vis their utterances*" (1983:19). A responsabilidade da "não-compreensão" que estava no outro volta para o esquizofrênico. Com relação à conclusão de Buckingham de que o problema é a incapacidade de concentração, Dascal e Françaço acreditam que o problema decorre de uma "baixa energia psíquica" nos esquizofrênicos, devido a qual as operações mentais são perturbadas, permitindo que o "contexto linguístico do pensamento" influencie a formação do pensamento:

"One of such purportedly omitted explanations relates the peculiarities of psychotic language to a lowered level of energy in the schizophrenic. The hypothesis is that the schizophrenic verbal garbage is the result of the patient's low capacity to control his mental operations. It seems that schizophrenics do not have the resources for careful and precise linguistic construction. Their language is full of approximations of precise words: the patient will use substitute phrases rather than try to find a precise word because the former demands less from his psychic economy" (1983:23-24).

Dascal e Françaço reafirmam a explicação tradicional de

que os esquizofrênicos apresentam "distúrbios no pensamento", mesmo sugerindo que a linguagem é um dos fatores constitutivos do pensamento e não simplesmente desempenha a função de expressão frente a ele. Ou seja, o problema está no "sujeito esquizofrênico". Tanto Buckingham, quanto Dascal e Françaço, apesar de trazerem outra perspectiva para a investigação das esquizofrenias, mantêm-se na discussão tradicional da procura da caracterização de um "distúrbio de pensamento".

Quando se fala em máximas conversacionais violadas, na verdade, volta-se ao lugar em que Schwartz se coloca quando afirma que há dificuldades para se acompanharem muitas vezes os dizeres nas esquizofrenias. Que lugar é esse? Um lugar do qual é reconhecido que um sentido outro, não-detectável numa visão em que a linguagem é transparente e o pensamento é por ele representado, está em jogo. Um sentido outro que tem que ser "domesticado" por alguma hipótese de linguagem que mantenha seu sujeito em controle. Um sujeito sem controle relativizaria todo um projeto totalizante necessário a um discurso de controle sobre os sentidos.

Certamente, o apelo às máximas conversacionais não desfaz o lugar de reconhecimento da diferença, mas por si só não garante o aprisionamento da diferença em qualquer rótulo. A impossibilidade disso aparece na constatação de Schwartz, já mencionada anteriormente, de que os dizeres dos normais também podem ser difíceis de serem seguidos. O fato de se abordarem as máximas conversacionais, contudo, é significativamente importante porque já coloca em questão a determinação de um sentido único:

as máximas conversacionais implicam pelo menos dois sentidos, um provável sentido primeiro que se torna outro. É um avanço porque é disso mesmo que se trata quando se aborda o inusitado dos dizeres nas esquizofrenias: o imprevisível surge pelo previsível, ou melhor, sem previsível não há imprevisível.

Mas ainda aí encontra-se entranhado um ranço cognitivo que supõe que haja representações mentais de "conteúdos de informação", conteúdos esses transmitidos de um destinador para um destinatário. Se se supõe que alguém transmite algo para outro alguém, supõe-se que haja sujeitos envolvidos nessa "transação de informação" que precisam ser dotados de um saber que os autoriza a passar de um sentido para outro de acordo com a máxima conversacional implicada. Admitir que esquizofrênicos apresentam "problemas no processamento de informação" é admitir que são sujeitos daquilo que é enunciado - que são sujeitos no erro. É admitir, por consequência, que o que dizem significa, mesmo que seja algo não-compreendido. Admitir isso exige um movimento contrário no sentido de restauração da homogeneidade de um sujeito, centrada no indivíduo-padrão, como o diagnóstico de esquizofrênicos pressupõe. Isso é incompatível com uma noção de sujeito psicológico que assimilada a uma noção de indivíduo é tomada como ponto de referência para a designação da esquizofrenia. Em outras palavras, a noção de "sujeito psicológico" não serve para sustentar essa correspondência à noção de indivíduo porque, ao se tornar esquizofrênico, o sujeito se mostra heterogêneo em suas "operações mentais" e, portanto, ao deixar de ser "sujeito psicológico", ele deixa de ser sujeito e

também de ser indivíduo.

A hipótese da linguagem como transmissão de informação não se presta também, por sua vez, para confirmar a correspondência sujeito psicológico/ indivíduo. A transmissão de informação só pode ocorrer entre sujeitos psicológicos porque só eles podem fazer escolhas orientadas a partir de suas representações. Já o dizer, como mera função instrumental, considerado como transparente na sua função de traduzir o pensamento, prescinde de sujeitos que "operem" sobre sentidos. O que fazer então com o esquizofrênico que erra e perde sua condição de sujeito e de indivíduo?

No DSM III, a descrição da "linguagem esquizofrênica" contempla, por outro viés, a hipótese de linguagem como função de expressão e/ou comunicação:

"A possible problem for investigators studying schizophrenic speech and language is that "incoherence, marked loosening of associations, markedly illogical thinking or marked poverty of content of speech" (American Psychiatric Association, p. 188) is one of the DSM III criteria for schizophrenia (particularly when associated with blunt affect, delusions, hallucinations, or grossly disorganized or catatonic behavior). If disordered speech is a criterion for the schizophrenic diagnosis, then it is no surprise that diagnosed schizophrenics show incoherence, loosening of associations, and so on." (Schwartz, 1982:580)

Mais tautológico impossível: se "distúrbios na fala" é um critério de diagnóstico então os esquizofrênicos vão apresentar os distúrbios ... Bem, o que interessa aqui é novamente a convocação de uma hipótese da linguagem que sustente, fornecendo as causas do "problema na linguagem", a correspondência entre "distúrbios no pensamento e/ou cognição" e "distúrbios na fala". Começando pelo segundo critério (o primeiro, incoerência, comentarei adiante), "acentuada frouxidão de associações", pode-se apontar imediatamente a contradição com o critério em seguida de "acentuada pobreza de conteúdo da fala". "Frouxidão de associações" poderia pressupor uma anormalidade em termos de conteúdos já associados entre si. O problema aí seria na associação e não no conteúdo, como o outro critério aponta. Isso pode querer dizer que, pelo primeiro critério, o problema está na escolha "errada" das associações - o problema está no sujeito que escolhe; pelo segundo critério, o problema está na representação mental em si, que é "pobre de conteúdo". Uma hipótese da linguagem como "transmissão de informação" poderia dar conta da "pobreza de conteúdo", mas não de "frouxidão de associações", que já depende de uma "escolha do sujeito" ou de algo que o sujeito desconhece.

É possível que o segundo critério, "pobreza de conteúdo", seja uma forma de se voltar aos eixos de um centramento no indivíduo, onde sujeito e indivíduo se equivalem. A diferença - "frouxidão nas associações" - se enquadra no silenciamento de um outro sujeito que faz "escolhas erradas". Ou

seja, a Psiquiatria não formula uma questão própria a respeito da esquizofrenia, e, por não formulá-la, recorre a "expedientes práticos", importados da psicologia, para diagnóstico. Mas, a questão da linguagem está aí presente, embora a Psiquiatria não reconheça a sua especificidade. A linguagem só é considerada a partir de rótulos "psicológicos" que garantam a posição do sujeito psicológico exterior à linguagem: processamento de informação, seleção orientada de representações mentais (pobres) e de associações de conteúdo, etc.:

"Schizophrenics are easily distracted, somewhat biased toward the strong meaning of words, and sensitive to only a limited amount of verbal context." (Schwartz, *op. cit.*588)

As palavras perderiam "significações poderosas" (fortes?) devido a uma falha no sujeito que se encontra limitado a um contexto verbal mínimo, o que ainda garante a sua unidade. A "falha na constituição do sujeito" precisa ser mantida na caracterização do esquizofrênico, porque se o "problema for na linguagem", salva-se o indivíduo, mas se compromete a diferença, porque qualquer um está sujeito à falha. Daí, não é de se estranhar que a Psicologia e a Psiquiatria não reconheçam que a língua tem uma especificidade que não se enquadra em seus rótulos *a priori*. As categorias da língua apontam para uma materialidade própria - tomando-se aqui materialidade num sentido muito próximo de entidades produtoras de efeitos de sentidos -, diferente de

uma materialidade (no nível da percepção de comportamentos verbais ou não) com base em unidades psicológicas conscientes. Por isso o sujeito psicológico é considerado uma entidade em si mesma, sem qualquer relação com uma alteridade, e sem qualquer relação com a materialidade da língua na qual um sujeito e um outro emergem como efeitos de sentidos. Essa interpretação vai ser desenvolvida nas partes II e III.

Portanto, a incompreensão do que o esquizofrênico diz não pode ser reduzida a um "problema daquele que fala", seja esse problema imputado ao pensamento ou à linguagem. A quebra do contrato que garante o sujeito psicológico numa relação exterior à linguagem ocorre no momento em que o sujeito não pode mais controlar o dizer. Ele deixa de ser uno e homogêneo.

Como vimos, o esquizofrênico costuma ser considerado um mau usuário de sua língua. Seus interlocutores costumam não compreender o que ele diz. Apesar disso, reconhece-se que o esquizofrênico fala a mesma língua do médico - as exceções ficam por conta dos chamados neologismos. Também se reconhece que a "organização gramatical" (os arranjos sintáticos) de seus dizeres normalmente segue os padrões gramaticais dos "normais":

"As a listener, the schizophrenic subject uses syntax as a basis for information processing, just as normal listeners do. As a speaker, the schizophrenic subject forms syntactically adequate clauses and uses a lexicon that is generally familiar to native speakers".  
(Ostwald, 1978:185)

Apesar disso, alguns autores afirmam que, por problemas de "distúrbio do pensamento", os esquizofrênicos deixam de "provide as many cohesive links between clauses as normal speakers" (Ostwald, *op. cit.*:170):

"They fail to provide clear referents for noun phrases that require referents and therefore pose a profound problem for the listener. They send the listener to search for information that does not exist". (Ostwald, *op. cit.*:171)

A falta de coesão textual costuma, então, ser tratada como ausência de pistas sobre a "localização dos referentes". Novamente é imputado ao "sujeito esquizofrênico" a fonte da falha e não àquele que não os localiza. Como a linguagem deixa transparecer o mundo objetivo e o mundo intrapsíquico de forma imediata, e como o outro não "localiza os referentes" nesses mundos, a organização desses dizeres se constituirá em déficit. O papel do outro aqui, contudo, não pode ser desprezado. Está se supondo que nos "textos normais" o outro tem o papel de "localizar referentes", ou seja, tem um papel ativo na compreensão de eventos e ou de coisas desses mundos traduzidos pelo dizer.

Será que não estaria sendo dito que quem atribui sentidos aos dizeres é o outro? Também não será que estaria sendo dito que aquele que diz procura "seus sentidos" no outro?

Certamente, essa "falha" na coesão textual implica que os sentidos não estão já-lá, mas precisam ser localizados. Não se estariam retirando os sentidos do sujeito? Mas assumir teoricamente a "responsabilidade" pela atribuição de sentidos - mesmo que esses sentidos sejam reduzidos aqui a mera referências - seria assumir que o ponto de equívoco no dizeres nas esquizofrenias apoia-se em sentidos previsíveis, aos quais o outro teria acesso. Dessa forma, o ponto de equívoco encontra-se no outro. Mas também se encontra numa linguagem "outra", numa "linguagem desconhecida", a "linguagem esquizofrênica". Mas dizer que o esquizofrênico fala uma outra língua não é o mesmo que dizer que ele é o sujeito de sua enunciação? Isso não contradiria a hipótese da linguagem como função de expressão de "distúrbios mentais"? Não se estaria dizendo também que, mais do que expressar, o dizer significa algo que pode ser inapreensível? Para que o sujeito falante daria "pistas de localização de referentes" se ele não tivesse a intenção (consciente ou inconsciente) de significar?

Obviamente que essas contradições teóricas condizem com uma certa prática de assujeitamento a procedimentos psicológicos que já marcam de antemão as cartas a serem jogadas. O recurso a dois conceitos de uma teoria do texto - "coesão textual" e "coerência" -, visa manter o sujeito psicológico num lugar de saber, um lugar de completude - o sujeito psicológico sabe muito bem o que diz. Supor que esse sujeito seja heterogêneo é impensável. Daí que no caso do "sujeito esquizofrênico" se retira do sujeito a atribuição do sentido (da referência) mas a

ele se devolve o lugar da doença: o que provoca a falta de coesão textual é o "distúrbio do pensamento".

Um trecho de um dizer (escrito), como o que se segue, torna visível a correspondência que é insistentemente feita entre "falta de coesão textual" e "distúrbio mental":

"Digo-lhes que não devem ser elogiados. Cheguei hoje jantei a beça e costume sair daqui da frente. Vamos ter força e fé. Hoje já escrevi bastante. Não quero mais saber. Ai estou com medo. Amor próprio é poder da mente. Escrevo nada final e concretizando. Certeza e calar. Está se solidificando Eu estou escrevendo Por favor. Eu vejo as pessoas se comportarem Hoje é agosto de 1991. Quero que leiam Tempo. Vieram me ver. Eu estou escrevendo. Estou escrevendo. Estou escrevendo. Eu dormi no outro quarto. Eu estou estudando. Mais uma vez eu estou estudando Estou estudando Estou estudando Estou estudando Estou estudando Eu amo a natureza. Hoje o dia é lindo. Hoje é essa lindo dia. (Segue uma série de rabiscos ininteligíveis) a b c de f g h i j k l m o p q r s t u v x z"

.....

M., diagnosticada como esquizofrênica, produziu uma série de escritos que eram entregues à médica que a tratava<sup>7</sup>.

Esse material era utilizado pela médica como referência de "melhoras" e "recaídas". A "falta de coesão textual" ("pular de um assunto para outro" sem dar pistas para o leitor) é considerada sintoma de "recaída", porque indica que o "pensamento ainda está confuso". Vejamos um trecho da "súmula psicopatológica" de M., escrita por sua médica:

"Paciente com a consciência clara (quantitativamente), orientada auto e alopsiquicamente, hipertenzaz, hipovigil, sem alteração das memórias de fixação e evocação. Apresenta difusão e inserção de pensamento; ideação e intuição delirantes; delírios auto-referentes, de culpa e megalômanos; interceptação, dissociação do pensamento e perseveração ideativa ..."

É natural que, na impossibilidade momentânea e na crença de que se pode chegar a compreender o que o esquizofrênico diz, o dizer vai impor uma interpretação, seja qual for o grau de coesão e de coerência do dizer. Um dizer exige uma leitura, uma decisão sobre o seu sentido. Como o médico não pode decidir sobre "o" sentido, a saída é desviar o olhar da especificidade do dizer e transferir a causa da "falta de coesão" para a ordem do pensamento - um "distúrbio do pensamento". Mesmo assim, isso não impede que haja o reconhecimento de algo diferente no dizer. Ele é diferente porque não "há pistas para a localização de referentes".

O reconhecimento da diferença pode ser entrevisto na

afirmação de que *"the schizophrenic speaker must be ignoring or avoiding the listener, and that this interpersonal process was responsible for the communication problems we observed"* (Ostwald, 1978:173). Ou seja, a linguagem "outra" do esquizofrênico parece não ser formalmente dependente da fala do outro; o esquizofrênico ignoraria ou evitaria o outro. Isso não quer dizer que os dizeres nas esquizofrenias não apelem à atribuição de sentidos pelo outro e que não estejam na dependência do outro para significar. A "localização de referentes", como se viu, implica a dependência do outro na coesão do dizer.

Se não há possibilidade de se "construir a coesão" no dizer, como acima, por falha no "dispositivo de leitura" (posição discursiva do médico), a impossibilidade apaga outras possibilidades de coesão através de fragmentos incorporados ao dizer de outros dizeres. Se os dizeres nas esquizofrenias parecem ser formalmente independentes do outro, eles não são independentes de outros outros que estão presentes nos fragmentos de dizeres trazidos para o dizer atual. Cada dizer tem uma certa especificidade que não pode ser tributada a outras ordens (como a do pensamento que teria uma organização própria a ser "traduzida" pela linguagem) e o fato de se considerar uma falha na coesão textual presume que os dizeres têm uma organização ideal, constitutivamente homogênea.

O dizer acima de M. é heterogeneamente constituído. Cada fragmento vem de outros dizeres, fragmentos que são colados lado a lado com contornos próprios, o que impede o encaixe entre eles. Fragmentos como "Digo-lhes que não devem ser elogiados." e

"Cheguei hoje jantei a beça e costumo sair daqui da frente." têm independência textual, o que provoca um efeito de estranhamento. Se o segundo fragmento poderia indicar que se trata de um diário com indicações dos fatos cotidianos, sem nenhuma menção a um outro, o primeiro vem de uma situação em que há a indicação formal de um outro - "digo-lhes". Quem são esses outros incisos no dizer? Possivelmente outros dos quais esse fragmento foi dependente em sua constituição, já que quem preenche o lugar do "lhes" é um outro. O preenchimento da anáfora depende do outro.

Os fragmentos seguintes - "Vamos ter força e fé.", "Hoje já escrevi bastante." e "Não quero mais saber." - talvez se remetam a outros dizeres, mas sempre de forma descontínua. "Vamos ter força e fé" poderia fazer parte da evocação do primeiro fragmento - "Digo-lhes que devem ser elogiados"; "Hoje já escrevi bastante" poderia fazer parte do diário com o relato dos fatos cotidianos e por aí vai. De qualquer forma, seria possível construir uma certa coesão entre os fragmentos, o que não apagaria o estranhamento provocado inicialmente. A "falha na coesão" em si não é uma contingência do dizer, mas uma contingência interpretativa, isto é, o leitor é que não consegue propor uma coesão ao texto.

De uma maneira resumida, é necessário esclarecer que a Psiquiatria, como se viu, é uma prática, um exercício de diagnóstico e recuperação de indivíduos doentes mentais para a vida em sociedade e não se propõe a equacionar uma teoria da esquizofrenia. Mas, ao não formular a sua própria questão acerca das chamadas "doenças mentais" - e essa questão é atravessada

pela absoluta incerteza a respeito das causas dessas "doenças" -, ela toma de empréstimo instrumentos da Psicologia, fundando nisso sua credibilidade.

Vimos também que há uma busca de teorias de linguagem e conceitos da lingüística que fundem a credibilidade da designação "linguagem esquizofrênica". Mas as dissimilaridades nos dizeres nas esquizofrenias se realizam na instância do dizer, instância essa que recusa categoricamente a concepção da linguagem como comunicação de sentidos que existiriam e poderiam ser definidos independentemente do dizer. O uso desse expediente tem um objetivo ideológico claro: cada macaco no seu galho - os galhos dos normais não são os mesmos dos esquizofrênicos<sup>8</sup>.

Integração, síntese, totalidade, unidade psicológica, consciência individual de comportamento, a noção de personalidade extrapola os limites da área da Psicologia e serve a uma noção jurídica de responsabilidade, de intencionalidade e de continuidade. Esse aspecto psicológico-jurídico da noção de personalidade está presente de forma significativa na caracterização da esquizofrenia e de outras doenças mentais.

Mas para romper com essa petição de princípio, cujo princípio de explicação está no dizer - é pelo dizer que se reconhece fundamentalmente a esquizofrenia -, é necessário "desentificar" o sujeito e tratá-lo como um ser no dizer: o sujeito é o sujeito da ordem do dizer. Com isso, a correspondência indivíduo/ sujeito, necessária à manutenção das diferenças necessárias ao funcionamento das relações sociais, torna-se insustentável.

Se o sujeito psicológico é o único compatível com uma estrutura psíquica constituída em sua totalidade e unicidade, a esquizofrenia enquanto lugar atribuído pelo outro (aquele que a diagnostica e a reconhece), será definida pela incompreensão do outro. Portanto, esse lugar vai ser traçado pela contingência do reconhecimento do outro, que mesmo sendo considerado como homogeneamente constituído relativiza a correspondência do dizer com o distúrbio mental.

Com isso, há a demanda de uma outra noção de sujeito que contemple a determinação da diferença reconhecida nos dizeres nas esquizofrenias. A língua, base de funcionamento do dizer, e vista como um corpo fechado de símbolos de expressão do mundo intra e extrapsíquico, precisa ser reconsiderada na sua contingência de depender do reconhecimento do outro: o outro do dizer que nega a língua como sendo a sua própria e a coloca como uma língua estrangeira.

A posição atribuída ao sujeito num determinado procedimento de observação do dizer pode comandar a posição tomada com relação à atribuição de sentidos ao dizer. O conceito de sujeito depende da determinação ou não de sentidos ao objeto base de funcionamento do dizer: a língua. Nas teorias ditas científicas que defendem a autonomia da linguística perante às outras disciplinas, por exemplo, só há lugar para um sujeito da mesma natureza do sujeito psicológico, assumido na Psiquiatria e na Psicologia: o falante ideal, usuário da língua. Dessa forma, é uma busca vã procurar a Linguística para garantir a cientificidade de procedimentos e autenticação de rótulos para

lidar com o estranhamento provocado pelos dizeres nas esquizofrenias.

## 2.2 Um dizer, um sujeito e um outro outro estão em jogo

A noção de sujeito da Psicologia tem uma dependência lógica com algo que ocupa a posição de objeto. No reconhecimento das esquizofrenias pelos dizeres, fica claro que o objeto é o dizer, mas não fica claro quem é o sujeito. Nesse discurso voltado para diagnóstico, o indivíduo-sujeito é visto como homogeneamente constituído e o esquizofrênico é assim nomeado exatamente por não ter nada de homogêneo. A posição do outro-médico frente aos dizeres nas esquizofrenias depende do discurso em que a esquizofrenia é nomeada.

Se aquilo que é dito faz sentido para o outro-médico, aquele que diz é designado não-esquizofrênico. Ele é considerado um indivíduo-sujeito responsável por aquilo que diz e o sujeito torna-se, de fato e de direito, fonte do que é dito. Se, ao contrário, a pessoa à espera do diagnóstico é designada esquizofrênica, porque o que diz não faz sentido para o outro-médico, ela é destituída de sua voz e considerada não-responsável pelo seu dizer. Nenhum discurso se responsabilizará por aqueles sentidos que são imprevisíveis para o discurso em que ela é nomeada esquizofrênica.

Quem, então, destitui o esquizofrênico de sua condição de sujeito? O outro, aquele que se apresenta como indivíduo-sujeito fonte dos sentidos de seu discurso, do discurso

que nomeia ao mesmo tempo o médico e o esquizofrênico: o dizer do médico, um dispositivo de leitura e de escuta. Esse mesmo outro em seu discurso médico que precisa de uma noção de sujeito que sustente a caracterização do diagnóstico da esquizofrenia.

O que diz então? O dizer do outro, um dizer que não autoriza a imprevisibilidade de sentidos outros, que escapem ao discurso médico organizado para uma prática de leitura e de escuta somente para fins de diagnóstico. Mesmo assim, a responsabilidade do indivíduo-sujeito - o médico - sobre o discurso que nomeia a esquizofrenia sustenta-se no desconhecimento da fonte que atribui esses sentidos orientados para o diagnóstico. O lugar do médico - o outro-médico - é paradoxalmente de assujeitamento e de responsabilidade.

O esquizofrênico deve falar outra língua, já que não se entende o que ele diz. Para esse outro objeto, estrangeiro, não há discurso que sustente um indivíduo-sujeito. Se o discurso médico é uma prática de leitura e de escuta orientada para sintomas, os dizeres, propriamente ditos, nas esquizofrenias passam a uma condição de objeto sem sujeito. Algo como uma máquina de falar.

O dizer na esquizofrenia, portanto, torna-se um objeto de um saber impossível, na medida em que é colocado como uma positividade, como uma identidade em si mesma, mas nomeada de fora, de um lugar também de positividade, de identidade. Tanto o outro-médico quanto o esquizofrênico fazem parte de um discurso da não-relação, da diferença enquanto exclusão. Mas a indagação sobre o que faz o dizer um dizer na esquizofrenia não pode partir

de um lugar que destitua aquele que diz de sua condição de sujeito e que tampouco desvie o olhar da especificidade dos dizeres, porque:

(1) uma ordem de dizer outra está em jogo, que não se sustenta numa hipótese de que a linguagem é transparente e espelha o pensamento por ela representado; o não se poder atribuir sentidos ao que o esquizofrênico diz indicia que os dizeres não têm sentidos imanentes;

(2) um sujeito outro está em jogo, que não seja um sujeito consistente em si mesmo, homogêneo e uno - o sujeito da Psicologia; o esquizofrênico é descrito como aquele que não controla seu dizer, que "não diz coisa com coisa" e é "controlado por forças estranhas";

(3) um outro "outro" está em jogo na relação de atribuição de sentidos que não seja o outro-médico com seu dispositivo de leitura e de escuta orientado para diagnóstico; se o esquizofrênico é falado pelo discurso do outro, o dizer na esquizofrenia perde sua positividade, a sua identidade a si próprio, para se tornar elemento de uma estrutura que inclua a diferença e a semelhança, ou seja, que inclua o outro.

Essas três condições apresentam algo em comum: a

desconstrução da divisão radical entre indivíduos normais e esquizofrênicos, o que faz o normal deixar de esclarecer o esquizofrênico. Nessa desconstrução, o dizer deixa de atravessar as antinomias radicais e também deixa de suportar o estatuto de "reprodutor" (ou tradutor) da patologia. O dizer perde a função de trazer à tona os sintomas das esquizofrenias. O dizer deixa de ser transparente. O dizer, ainda, deixa de carregar o estatuto complementar de assimilação do indivíduo ao sujeito.

Mas essa assimilação do indivíduo ao sujeito na Psicologia não é uma posição exclusiva dela e, por conveniência, também da Psiquiatria. Como afirma Henry (1977):

"Le langage étant le propre de l'homme par opposition à l'animal, se trouve placé dans une position remarquable dans le champ de la complémentarité. L'existence du langage est, d'une part, invoquée à l'appui d'une irréductibilité de l'humain à l'animalité, c'est-à-dire de la réalité autonome du couple psychologique/social. En même temps, dans ce champ de la complémentarité, le langage apparaît de manière privilégiée comme ce qui assure l'articulation du psychologique et du social, autour de la notion de communication principalement." (Henry, 1977:91)

A linguagem como "realidade psicológica", pelas funções de expressão e de associação de idéias, dá lugar ao sujeito psicológico, aquele que enuncia e sabe o que diz; a linguagem

como "realidade social", pela função de comunicação, dá lugar ao indivíduo. Dessa forma, a linguagem permite que não haja hiato entre o psicológico e o social. Mas os dizeres nas esquizofrenias escapam a essa circularidade, porque neles não há lugar para o indivíduo (constituído numa função de comunicação), nem lugar para o sujeito da Psicologia (o "sujeito esquizofrênico" não é uno).

Enquanto houver a dominância da complementariedade, enquanto a linguagem estiver ao mesmo tempo dentro (como realidade psicológica) e fora (como realidade social), não haverá lugar para um dizer que rompe com a circularidade. Mas que lugar é esse? Que lugar é esse que quebra a complementariedade e dá lugar à especificidade do dizer? A circularidade entre a linguagem como realidade psicológica e a linguagem como realidade social só pode ser rompida por uma ordem em que os dizeres se constituam como efeitos, efeitos sem causa, efeitos sobre o outro.

## NOTAS

1. O projeto de Foucault, segundo Derrida (1978:31-63), no texto "*Cogito and The History of Madness*", seria deixar a loucura falar por si só. Alguma coisa que seria da ordem da "arqueologia do silêncio" (expressão de Derrida). Derrida faz uma crítica veemente a essa posição de Foucault e propõe uma releitura de Descartes que não autoriza imputar a Descartes o gesto simbólico de separação radical entre razão e loucura. A posição de Derrida, a que endosso, é que a loucura só pode ser falada do lugar da razão.

2. Ver o artigo de um dos autores mais conceituados na psiquiatria, Goldstein, K. 1943. "The significance of psychological research in schizophrenia" in: S. S. Tomkins, *Contemporary Psychopathology* Harvard University Press, U.S.A.

3. Em minha dissertação de mestrado, através de uma análise conceitual de alguns aspectos cognitivos espaciais, linguísticos e aritméticos, envolvidos no cálculo e na nomeação de números, e da verificação empírica, junto a um paciente afásico e com acalculia, elaborei, de forma preliminar, uma crítica a essa tradição teórica de identificação de lesão a sintoma, mostrando que lesões associadas à síndrome da acalculia não conseguem explicar outros "sintomas", como os de ruptura na enunciação e

"dificuldade nas chamadas "sínteses espaciais", que fariam parte da atividade de cálculo. Ver Novaes (1991), "Linguagem e cognição: um estudo através da afasia e da acalculia, tese inédita de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro.

4. É uma situação ambígua esta do esquizofrênico que ao mesmo tempo que é cidadão, com RG e CIC, não o é na condição de estrangeiro, que fala uma língua estranha e que perde seus direitos de cidadão. A situação do esquizofrênico estaria próxima dos estrangeiros que tem RNE (Registro Nacional de Estrangeiros), um rótulo que os separa dos outros cidadãos. Agradeço a Rajagopalan Kanavilil por essa observação.

5. Essa relação de complementariedade entre áreas de saber, que é buscada ilusoriamente pela psicologia (e pela psiquiatria) nas teorias de linguagem, encontra paralelos em outras buscas de se fechar um determinado campo de conhecimento (ver Leite, 1994 sobre a relação da psicanálise com a análise de discurso francesa, originada em Pécheux; ver também Lemos, M.T.G., 1994 sobre a relação da psicolinguística com a psicologia e com a linguística).

6. É interessante observar que o experimento é um experimento de "associação de palavras" e o resultado é um problema na "associação de palavras". Ou seja, o experimento em si já é a própria resposta do que se procura.

7. Os dados coletados em entrevistas e o material escrito cedido a mim, pelos pacientes e pela médica de M., foram obtidos no Serviço de Psiquiatria e Psicologia Médica do Hospital Universitário Pedro Ernesto, durante o período de agosto de 1991 a julho de 1992, com a autorização dos Drs. Washington Loyello e Paulo Pavão para que fossem usados em minha pesquisa.

8. Volto a insistir que não é a medicina que traça essa separação radical, ela apenas a representa.

*PARTE II: AQUILO QUE ESTRANHO PODERIA SER DITO POR MIM*

**"Mas é preciso que o sentido seja dito,  
mesmo que esteja destinado a não ser ouvido."  
(O. Mannoni, 1992)**

## INTRODUÇÃO: O movimento do vir-a-saber (as filiações teóricas)

Estranho, fora do comum, desusado, singular, esquisito, extravagante, excêntrico, misterioso, enigmático, anormal: todas essas acepções travestem os dizeres nas esquizofrenias, mas apenas a última acepção parece pesar mais na designação dos efeitos provocados em seus ouvintes e leitores na Psiquiatria, na Psicologia e, até, no senso comum.

É um dizer cujo não-saber recai sobre o sujeito na esquizofrenia. Como salientou Cláudia Lemos, numa mesa redonda na ANPOLL (1994), num texto de Wittgenstein em que não haja compreensão, o não-saber recai sobre o outro. É ele que não compreende. O reconhecimento da inacessibilidade frente ao texto filosófico e frente aos dizeres nas esquizofrenias deriva de efeitos distintos. Nos dizeres nas esquizofrenias, eu sou excluída porque eu não entendo: ele é louco. No texto filosófico, eu sou excluída porque eu não entendo: ele é um gênio. São efeitos distintos sobre o outro que passam a ser incluídos na própria abordagem dos dizeres (cf. trabalho de C.T.G. de Lemos a sair).

Uma dissociação radical, sem dúvida, entre normal e anormal: aquilo que causa desconforto, por não poder ser amarrado numa unidade de significação, torna-se alheio e, portanto, é colocado numa posição externa, estrangeira - que também é uma acepção do estranho -, na qual não há compromisso com o dizer. Só que a ilusão de uma posição-fora do estranhamento não barra o

efeito de estranhamento, porque o que escapa do familiar não cansa de convocar um movimento de vir-a-saber. É a dimensão de sedução do estranhamento.

O movimento de vir-a-saber convocado pelo estranhamento nos dizeres nas esquizofrenias encontra-se, nesta tese, afetado pela psicanálise lacaniana, naquilo que leva a formular a minha questão: o que faz o dizer um dizer na esquizofrenia? Uma questão afetada pela Psicanálise naquilo que meu olhar de linguista (orientado pelo que veio dos dois Saussures, do *Curso ...* e dos anagramas) vislumbra e não consegue capturar. Não que a Psicanálise seja o lugar da captura, muito pelo contrário, mas naquilo que a psicanálise lacaniana formula acerca dos dizeres e que muda a relação do linguista, como eu, com os dizeres.

Na formulação da minha questão encontro-me afetada pelo conceito de sujeito como efeito pontual no dizer e não pelo conceito de sujeito como função egóica, necessário a uma teoria linguística de enunciação: um sujeito que sabe o que diz, um sujeito fonte de sentidos, um sujeito constituído e anterior ao dizer. Afeta-me ainda o conceito de outro que se torna sujeito, também pontual, ao ser interpelado pelo estranhamento como instaurador da legitimidade da língua constituída e como provedor de sentidos demandados<sup>1</sup> pelo dizer.

O que, em linhas gerais, da psicanálise lacaniana impõe condições ao meu olhar sobre os dizeres nas esquizofrenias? Do "Seminário sobre A Carta Roubada", re-direciono a formulação sobre a "insistência da cadeia significante", naquilo que os dizeres nas esquizofrenias se repetem incessantemente: um dizer

remete sempre ao mesmo dizer. Sobre os três efeitos psicanalíticos determinantes do "discurso"<sup>2</sup>, reconheço a estrutura psicótica na forclusão (*die Verwerfung*) e a estrutura neurótica na denegação (*die Verneinung*) e no recalçamento (*die Verdrängung*). Reconheço as duas estruturas como uma operação de articulação de efeitos distintos nos dizeres nas esquizofrenias e nos chistes e não como uma possível ontogênese dos estados das esquizofrenias. Os chistes são tratados aqui como lugar privilegiado de se refletir sobre efeitos de estranhamento nos dizeres.

Da "Instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud", trago a formulação sobre o sujeito na língua, naquilo que a estrutura da língua constituída preexiste à entrada do sujeito e se mostra como uma demanda de legitimidade ao outro no dizer. Sobre o sentido e o não-sentido, na concepção psicanalítica, reflito em que medida a língua constituída comum ao sujeito e ao outro vem a se tornar estran(ha)geira ao outro e possivelmente ao próprio sujeito no dizer, já que sua relação com a língua constituída parece ser de estranhamento.

De "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada", deixo-me afetar pela noção de retroação naquilo que a materialidade da língua constituída faz efeitos num outro, naquilo que algo é isolado "por um intervalo de tempo lógico do outro" (cf. Lacan, *Escritos*, p. 80). A questão do tempo lógico na retroação sobre o que é dito articula-se com o movimento de retorno para que o que provoca estranhamento persiga os sentidos demandados nos dizeres. Nessa perseguição emergem o sujeito e o

outro nos efeitos de sentidos enlaçados.

De "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano" trago a articulação da noção de ponto de estofo, naquilo que os sentidos demandados nos dizeres exigem um movimento de retorno sobre o dizer e colocam o outro em posições diferentes diante da cadeia significante. O ponto de estofo tem uma função diacrônica no dizer na medida em que o movimento de retorno sobre o dizer se cumpre no último termo, "cada termo estando antecipado na construção dos outros, e inversamente selando seu sentido por seu efeito retroativo" (Lacan, 1978:288). Os efeitos de sentidos são sempre efeitos retroativos. São efeitos de dizer e de escutar. O movimento de retorno cumpre-se naquilo que a escuta e o dizer se constituem em posições distintas diante da língua constituída, naquilo que a escuta se dá sob efeito de estranhamento.

Do Seminário 3: As Psicoses, volto-me para formulações sobre as estruturas neurótica e psicótica, sobre a condensação, o recalque e a forclusão, tentando articulá-las com as "três esferas" do dizer - o imaginário, o simbólico e o real - naquilo que permite a entrada ou a inacessibilidade no dizer, através de seus efeitos sobre o outro.

Do seminário 5: As formações do inconsciente, na versão resumida, transcrição de J. P. Pontalis, retomo a relação entre os mecanismos do inconsciente e os chistes, proposta por Freud, na consideração do lugar do outro como lugar de autenticação do estranhamento na legitimidade da língua constituída. Reflito, ainda, sobre o lugar (simbólico) do O(o)utro no dizer como

"criador do sentido" na substituição de um significante por outro significante. Coloco assim a atribuição de sentidos pelo outro como responsável pelo fim ou não do estranhamento.

Mas no que a psicanálise lacaniana já afeta a reflexão linguística, volto-me para Milner (*Les noms indistincts* - 1983, *L'amour de la langue* - 1978 e *Introduction a une science linguistique* - 1989), na sua formulação sobre o conceito de homonímia, como movimento de virada de uma coisa em outra, naquilo mesmo que produz o estranhamento como efeito nos dizeres nas esquizofrenias. Volto-me, ainda, para a re-elaboração do conceito de alingua, formulado por Lacan, naquilo que os dizeres nas esquizofrenias fogem a qualquer descrição linguística.

Da Análise de Discurso Francesa, iniciada por Pêcheux (*O Discurso: Estrutura ou acontecimento* - 1990, *La langue introuvable* - 1981 e *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* - 1988), trago aquilo que ela propõe para a explicitação do funcionamento discursivo através da relação entre língua e discurso, empiricamente não separados, mas teórico e contingencialmente articuláveis nas "regiões heterogêneas" da equívocidade encontrada nos dizeres nas esquizofrenias.

Da obra de Freud (*Os chistes e sua relação com o inconsciente*, *O estranho* e *Uma nota sobre o bloco mágico*), volto-me para aquilo que toca o estranho e os efeitos dos chistes na relação com o inconsciente. Fundamental, sem dúvida, é a noção de inconsciente que subverte a relação de domínio do sujeito sobre o dizer (antes de Freud) em uma relação de servidão do sujeito ao dizer (depois de Freud). Os chistes se tornam o lugar

privilegiado de formulação da relação do outro com os efeitos no dizer, naquilo que para haver efeito chistoso o outro tem que "aceitar" o efeito como tal. Os chistes aparecem também como demanda de "criação de sentidos" naquilo que algo novo aparece e escapa à língua constituída com sua semântica cheia de promessas de sentidos.

A noção de estranho articula-se com os efeitos nos chistes naquilo que de familiar já está inscrito nos significantes da língua constituída, mas também naquilo que de estranho demanda um retorno sobre essa mesma língua. A condensação (*die Verdichtung*) pode ser vista como lugar de demanda de retorno sobre a língua constituída, como lugar de estranhamento, como lugar de perseguição de sentidos demandados no dizer. Do *Bloco Mágico*, toda uma articulação se faz com a noção de homonímia formulada por Milner (1983) em *Les noms indistints*, naquilo que uma inscrição (no dizer, no bloco mágico), em seu efeito de efemeridade, convoca um certo estranhamento na demanda de que algo se faça signo.

## 1. O OUTRO NO EFEITO DE ESTRANHAMENTO

A esquizofrenia aparece nos dizeres como efeito de estranhamento, como algo que escapa a qualquer antecipação. Como ruptura de algo previsível, aparece também nos efeitos não-lingüísticos da linguagem em funcionamento, em tudo aquilo que mesmo assim passa pela língua, como condição de existência simbólica do homem que atribui sentidos a tudo. Estranham-se comportamentos, atitudes, gestos, etc. ... etc..

Os efeitos de estranhamento também são encontrados nas artes, como na literatura, na poesia, na pintura, na escultura, no cinema, nas artes cênicas em geral. Todas fazem do efeito de estranhamento efeito sobre a própria arte, sobre o outro (empírico) diante da obra e sobre o próprio artista.

Os efeitos (de estranhamento) nas artes, contudo, diferem em alguns aspectos dos efeitos provocados nos dizeres nas esquizofrenias. A perplexidade diante do familiar e da ruptura, que provoca estranhamento, interpela diferentemente o outro, aquele que estranha, o outro empírico, e aquele que é tocado pelos efeitos de sua própria arte, afetado por sua arte. A diferença maior entre efeitos está em que, nos dizeres das esquizofrenias, não há efeitos de estranheza sobre os próprios sujeitos.

O sujeito na esquizofrenia não é afetado por seu dizer. O efeito poético<sup>3</sup>, por exemplo, age sobre o próprio poeta. Ele pode ser o outro de si mesmo até para rejeitar a sua própria

poesia. Ele diz e atua como outro. Já, nas esquizofrenias, não há um efeito do dizer sobre si próprio. Os sujeitos nas esquizofrenias não rejeitam seus dizeres e não são afetados pelo que dizem. Perguntados sobre o que dizem, eles não retomam o que foi dito. O dizer tem um movimento próprio, em espiral, que jamais retorna ao lugar de onde saiu, apesar de paradoxalmente sempre recomeçar do mesmo lugar. É um dizer em eco: o mesmo dizer se projeta em movimento de espiral como se fosse continuação circular e linear de um dizer novo.

É no estranhamento que vejo o lugar dos dizeres nas esquizofrenias: o lugar de pontuação de um efeito-sujeito, na posição de outro, diante do dizer. O estranhamento não se faz na constatação passiva, do ouvinte ou do leitor, de que o dizer é diferente. Estar na diferença é um já-estar na semelhança. Isso se dá porque o estranhamento afeta mais na semelhança do que propriamente na diferença com dizeres que poderiam ser ditos pelo outro. A diferença absoluta é estruturalmente impossível. A diferença é sempre relativa. Na diferença, ainda se está dentro da semelhança.

Um dizer numa língua totalmente desconhecida não é diferente. Não provoca estranhamento, simplesmente exclui. Não é isso que ocorre com os dizeres nas esquizofrenias. Não há exclusão, embora possa haver recusa (meramente ilusória) de se comprometer com o estranhamento, silenciando-o, por exemplo, num rótulo para fins de diagnóstico. Mas não há como silenciar um dizer que afeta o outro e que demanda um vir-a-saber. Sempre algo escapa à camisa-de-força do silenciamento, como exclusão, para

tornar-se estranho em outro lugar.

Que outro lugar é esse e quem é o outro frente ao estranhamento? Naturalmente que a questão não visa a entificação do outro - um outro empírico com RG e CIC - ou Registro Nacional de Estrangeiro? -, mas a determinação de uma posição. Uma posição cúmplice nos efeitos da demanda de legitimação da palavra do sujeito no dizer, de legitimação da língua constituída comum, aquela que promete sentidos. Mas não se trata de uma posição de fechamento em unidades significativas, da compreensão da esquizofrenia.

Trata-se também de algo que dá ao sujeito no dizer legitimidade de estar na língua constituída e legitimidade a sua condição de dizer, no que essa condição traz de sentidos antecipáveis, já legitimados em outros lugares. O movimento de legitimação do dizer, desencadeado da posição do outro, surge da identificação primeira com algo do que é dito - afinal ambos falam a mesma língua e devem compartilhar unidades significativas, formas de antecipação de sentidos. Imediatamente esse algo familiar se esvanece e frustra qualquer movimento de retorno exigido pela promessa de sentidos que não se cumpre. O compromisso com o dizer pode até ser negado, mas a negação só é estruturalmente possível na legitimação primeira.

A posição do outro frente ao dizer é afetada pela posição daquele que diz. Uma se articula com a outra. Não como causa e efeito, mas como duas posições estruturalmente necessárias à legitimação do dizer. Quem sanciona o dizer é o outro; uma posição instaure a outra. Quem legitima o dizer

percebe a demanda de sentido que vem dele. Assim, situar a posição do outro pode vir da articulação primeira do lugar do sujeito no dizer. Não que isso seja uma exigência lógico-temporal da própria necessidade estrutural de articular uma posição à outra, mas um gesto conceitual de dar primazia conceitual a uma posição e não à outra. Afinal tem-se que partir de algum lugar. Um gesto que é uma forma de instaurar a minha questão: o que faz o dizer um dizer na esquizofrenia.

Um gesto que se dá no percurso paralelo que os dizeres nas esquizofrenias traçam em relação àquilo que poderia ser dito pelo outro e que é a base daquilo que se mostra como familiar no dizer. São dizeres que têm um percurso próprio. O outro fica à margem na tentativa de captura de sentidos que possa permitir a sua entrada no dizer, naquilo que pode permitir a tangibilidade de um possível dizer seu com o dizer que ele escuta: o fim do paralelismo, o início da convergência.

O meu gesto surge assim de uma demanda, como todo gesto que instaura a primazia de um lugar na estruturalidade da estrutura (cf. Derrida, 1973, em "Linguística e Gramatologia"). Repetindo a afirmação de Derrida, citada na Parte I, a coerência na contradição tem a força de um desejo. Instaurar um gesto na articulação dos elementos que formam uma estrutura, dando primazia àquele que começa o dizer, é contraditório na medida em que o dizer se constitui na relação entre o sujeito e o outro, ambos - sujeito e outro - emergindo no dizer como efeitos. Um, portanto, não tem primazia sobre o outro.

Mas a força do desejo que faz o gesto de atribuição de

primazia vem do desejo do linguista. Uma demanda de que a língua seja legitimada nos dizeres nas esquizofrenias e de que a demanda do sujeito na esquizofrenia, no dizer, se torne possível numa representação, autenticada pelo outro. Como diz Milner: "toda escritura requer a consistência do representável" (1978:30). Legitimemos primeiramente o sujeito no dizer, mas, antes, uma breve circulação sobre a noção de efeito.

#### 1.1 Os efeitos no movimento de retorno

O termo 'efeito' costuma vir associado a uma concepção linear de causa e efeito - todo efeito é resultado de uma causa. Esse é o sentido comum do termo, como constatamos no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira: (1) produto necessário ou fortuito de uma causa; (2) resultado de um ato qualquer; (3) resultado, consequência; (4) destino, fim, finalidade. Todavia, o uso do termo "efeito" nesta tese tem uma historicidade particular que subverte essa relação linear entre causa e efeito naquilo que põe em jogo exatamente a questão da causa. Os efeitos de estranhamento nos dizeres nas esquizofrenias não têm causa e são efeitos de linguagem.

O começo da historicidade dessa noção subvertida de efeito pode ser situado em Freud com sua hipótese sobre o inconsciente. Em seu artigo "O Estranho", Freud associa a sensação de estranhar algo a um efeito sobre o outro naquilo que o outro redescobre como familiar:

"Pode ser verdade que o estranho [unheimlich] seja algo que é secretamente familiar [heimlich - heimisch], que foi submetido à repressão e depois voltou, e que tudo aquilo que é estranho satisfaz essa condição." (Freud [1919(1972:306)])

Esse efeito de estranho como "algo secretamente familiar" tem ligação clara com sua hipótese do inconsciente "forças em remotas regiões do seu próprio ser":

"O efeito estranho da epilepsia e da loucura tem a mesma origem. O leigo vê nelas a ação de forças previamente insuspeitadas em seus semelhantes, mas ao mesmo tempo está vagamente consciente dessas forças em remotas regiões do seu próprio ser." (Freud, [1919(1972:303)])

Mas é em Lacan que a noção de efeito vai ser articulada claramente a um efeito de linguagem - "a presença do inconsciente, por se situar no lugar do Outro, deve ser procurada em todo discurso, em sua enunciação" (Lacan, 1978:318). Um efeito de linguagem que só pode ser articulado a um sujeito dividido:

"Conceder essa prioridade ao significante sobre o sujeito, é para nós, levar em conta a experiência que Freud nos abriu, que o significante joga e ganha, se podemos dizer, antes que o sujeito se dê conta, a ponto

de que no jogo do *Witz*, do chiste, por exemplo, ele surpreenda o sujeito. Com seu *flash*, o que ele ilumina é a divisão do sujeito consigo mesmo" (Lacan, 1978:324-5)

A relação da causa com o efeito é subvertida na medida em que o sujeito vai ser aquilo que o significante representa para outro significante, naquilo que passa a ser da ordem da escuta:

"O efeito de linguagem é a causa introduzida no sujeito. Por esse efeito ele não é causa de si próprio, ele traz em si o verme da causa que o escinde. Pois sua causa é o significante sem o qual não haveria nenhum sujeito no real. Mas esse sujeito é o que o significante representa, e ele não poderia representar nada senão para um outro significante: a que desde então se reduz o sujeito que escuta." (Lacan, *op. cit.*:319-20)

Ou seja, a causa a que se refere Lacan é uma causa que subordina o sujeito ao efeito do significante" (Lacan, *op. cit.*:323), uma causa numa ordem temporal distinta da relação tradicional entre causa e efeito:

"Percebe-se que é o fechamento do inconsciente que dá a chave de seu espaço, e especialmente da impropriedade

de fazer dele um dentro. Ela demonstra também o núcleo de um tempo reversivo ... bastante sensível já na retroação ... do efeito do sentido na frase, o qual exige, para se encerrar, sua última palavra." (Lacan, *op. cit.*:323)

O efeito de linguagem, portanto, opera por estar presente no sujeito, num ponto de ancoragem de sentidos. Assim, o feito não deve ser entendido como algo positivo que se instala por si mesmo, mas como uma consequência lógica advinda da divisão do sujeito, um sujeito que se escuta. O efeito, assim, surge numa dimensão temporal diferente da linearidade do dizer. Surge como escansão e não como duração (cf. Lacan, 1978:289), como uma vibração de tom na música.

A sucessão cronológica dos dizeres expõe um alinhamento de sinais e signos que dá a ilusão de que há uma continuidade tonal, uma continuidade no tempo: um ir sem volta. Mas a modulação na ação dos efeitos nos dizeres indica que a sucessão real no dizer se dá num movimento lógico e não num movimento temporal. Um efeito, como consequência, se introduz na materialidade da língua constituída em funcionamento, num segundo momento lógico, no movimento de volta sobre o dizer, quando pela escuta a sua emanada de sentidos torna-se ruptura da sucessão cronológica de sinais e signos no dizer. A linearidade rompida pela emergência da demanda encontra na escansão o ponto prestes a servir de ancoragem para que o sujeito surja como efeito e o outro, como sujeito do estranhamento do dizer, também surja como efeito.

A noção de ponto de estofa, introduzida por Lacan, atua como critério operatório na articulação do dizer com o sujeito-efeito e com o outro-efeito, aquele que tem uma posição de outro no dizer. Ponto de estofa, genericamente, é um ponto de convergência de linhas na costura de um estofamento de um sofá, por exemplo. É o ponto de convergência do dizer com sentidos:

"A função diacrônica desse estofa deve encontrar-se (*point de capiton*) na frase, na medida em que ela não cinge sua significação senão com seu último termo, cada termo estando antecipado na construção dos outros, e inversamente selando seu sentido por seu efeito retroativo." (Lacan, 1978:299)

Que função diacrônica é essa senão uma operação retroativa necessária para que o efeito surja como um ponto de estofa, como um ponto de ancoragem? É uma função pela qual o após faz vezes de antecâmara para que o antes possa tomar lugar (cf. Lacan 1978:69). Não se trata de uma volta no tempo, de uma retroação temporal, mas de uma retroação como possibilidade, como um tempo de possibilidade, um movimento lógico (Lacan, *op. cit.*:77).

O percurso da história do termo "efeito" nesta tese segue com Pêcheux naquilo que retoma de Lacan a questão da causalidade sua relação com o efeito e na necessária articulação com o sujeito dividido:

"Assim, ficava contornado (P. refere-se a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha), com toda a obstinação filosófica possível, o fato de que o *non-sens* do inconsciente, em que a interpelação encontra onde se agarrar, nunca é inteiramente recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto, porque o tempo da produção e o do produto não são sucessivos como para o mito platônico, mas estão inscritos na simultaneidade de um batimento, de uma "pulsação" pela qual o *non-sens* inconsciente não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar." (Pêcheux, 1988:300)

É a noção de falta que está em jogo em Pêcheux, naquilo que sua reflexão acrescenta ao termo "efeito". A falta na sua relação de demanda de sentidos, no conflito entre sentido e não-sentido (*non-sens*):

"Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se "manifesta" incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais "apagados"

ou "esquecidos", mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*non-sens* do sujeito dividido." (Pêcheux, 1988:300, aspas do autor)

Mas essa questão da falha na ordem da "pulsação sentido/*non-sens*", como constitutiva da noção de efeito usada por Lacan, se segue nos trabalhos de Lemos, M. T. G. (1994) e Lemos, C. T. G. ("Língua e Discurso na Aquisição de Linguagem", Anais do I Encontro Nacional de Aquisição de Linguagem, Porto Alegre, 1994, a sair). A relação da falha com o efeito é vista em M. T.G. e Lemos (1994) na relação do investigador com a fala da criança - o investigador estranha o que a criança diz - e em C. T. G. de Lemos (1994, a sair) na relação da mãe com a criança - a mãe não estranha o que a criança diz e o que retorna para a criança é sua fala na fala da mãe.

O estranhar vem sempre como efeito de algo que falta para que o dizer tenha sentido. Assim, "qualquer que seja a fala da criança é do lugar do outro que ela recebe sua determinação" (Lemos, M.T.G., 1994:5). Ou seja, é sempre de um outro lugar que a fala da criança é determinada - o lugar do outro-investigador:

"Mas nessa estória é antes a criança que está no lugar do Analista, pois é a sua fala que tem estrutura de interpretação, isto é, que nos divide ao destacar um significante e, assim, nós é que ficamos na posição de sujeito e que dela temos que produzir a significação."

(Lemos, M. T. G., *op. cit.*:105)

Ou seja, essa divisão é da ordem da escuta, na medida

que:

"... a fala da criança, pelo menos nas primeiras fases do desenvolvimento, é tanto material quanto formalmente dependente da fala do adulto, - mais especificamente do Outro materno. Essas abordagens, pois, tiram proveito de algo que, até então, não havia merecido nenhum destaque na pesquisa em aquisição de linguagem: o fato de que a criança "cita" o outro (...) o que há de singular nessa fala é que o outro é citado mas, tal como na interpretação, o investigador/adulto recebe sua mensagem como "estranha", pois não pode nela se reconhecer e, ao mesmo tempo (o que é fundamental), reconhece a "matéria" da língua, sob a forma de enigma, de onde é convocado como sujeito a advir." (Lemos, M. T. G., *op. cit.*:110, aspas da autora)

Ou seja, o efeito está nessa condição de o sujeito se escutar através do outro, pois é só através do outro que o sujeito faz sentido "não apenas das palavras, mas de si mesmo quanto sujeito" (Lemos, M. T. G., *op. cit.*:152, referindo-se ao processo de especularidade na aquisição de linguagem proposto por Lemos, G.T. G.).

O efeito da fala da criança sobre a mãe vai ser diferente. A mãe não estranha o que a criança diz. A



entificação simbólica entre a mãe e a criança é de tal ordem que a criança se ouve, mas não se escuta, e a mãe ressignifica o que ela diz . Ou seja, a fala da criança não tem efeito de estranhamento sobre ela. A criança se escuta através da mãe que ressignifica na sua fala o que a criança fala:

Desde ese punto de vista, oír promueve una reorganización cuando por lo menos, parte de los significantes del otro, desencadena nuevas relaciones entre los significantes del niño, dentro de una cadena dada (sea oracional o textual). Del mismo modo, la producción de un enunciado desencadena reorganización en la medida en que fue oído y resignificado. En la adquisición inicial del lenguaje, el enunciado del niño es oído y resignificado por el enunciado del adulto, ya que sus significantes son formas aisladas, independientes, cuya significación no viene dada por su posición en una estructura oracional o textual. Es sólo en la medida en que los procesos metafóricos y metonímicos se cristalizan en redes de relaciones que el niño pasa a oír/resignificar sus propios enunciados y, más allá de la posición de interpretado, puede asumir la de intérprete de sí mismo y de otro. Las llamadas auto-correcciones son síntomas de ese cambio de posición." (Lemos, C. T. G., 1992:132)

O percurso, portanto, do termo "efeito" traz para a

minha reflexão exatamente a questão do estranhar os dizeres nas esquizofrenias naquilo que o outro é convocado pela demanda de sentidos. Um efeito sem causa outra que não seja causa em si mesmo. Assim como a criança não se estranha, o sujeito na esquizofrenia também não se estranha. Mas no que a criança tem a mãe que a ressignifica, o sujeito na esquizofrenia não é afetado pelo outro. Ele continua não se escutando. Ou seja, para ele não há possibilidade de ressignificação, ele não pode se escutar pelo que o outro diz.

## .2 Quem diz?

Que vem de um lugar, numa relação particularíssima com o dizer, isso parece já estar claro por todo movimento de vir-a-saber que foi considerado no capítulo anterior. É tão particular essa relação que se chegou a cogitar numa linguagem, também particular, a "linguagem esquizofrênica". Como não conseguiu se estabelecer que relação estranha é essa, procurou-se encontrar na linguagem algo de positivo, que, de lá, pudesse considerar a relação um déficit. Tais movimentos não surtiram efeito. Categorias positivas, seja quais forem elas, não aprisionam algo que sempre escapa porque não é descritível, explicável, nem tampouco previsível. O estranhamento parece estar exatamente na corrida contra o movimento de vir-a-saber.

Mas se a relação do sujeito na esquizofrenia com a língua constituída é particularíssima, a sua relação com as diversas posições no dizer também não fica atrás. Posições no

dizer que são efeitos de ruptura e que colocam sérios problemas para uma teoria de enunciação que se articula na relação eu-tu, a partir de uma função egóica - eu. Uma teoria de enunciação que precisa ser revista, que contemple tanto as possibilidades de efeitos organizadores quanto de ruptura.

O sujeito aparece nos dizeres nas esquizofrenias como sendo outros que não ele próprio. O que ele diz, dizem, vem de "forças estranhas" a si, forças que muitas vezes recebem nome e identidade. O sujeito (a)parece no dizer estranho a si mesmo. Mas será que ele próprio se estranha? Será que ao atribuir a forças estranhas aquilo que o sujeito não re-conhece como seu não é manter a unidade necessária para que o dizer seja legitimado pelo outro? Será que a quebra da unidade que legitima o dizer não seria um efeito percebido apenas pelo outro?

O que está em jogo é a cessação da primazia de um efeito organizador consciente no ato de dizer, condição necessária para que o dizer seja legitimado pelo outro. Nos dizeres nas esquizofrenias, vários outros sujeitos, dissociados, comparecem, mas não se estranham, como no dizer vindo de P.:

"Este livro que eu considero "ficção minha" começa com um narrador e segue, a partir de um determinado momento, com a autora que vai se identificar (dividindo-se entre o espírito velho que vive como se fosse um conselheiro e a alma da autora que procura o lado emocional de seu ser).

O livro segue até o final falando sobre a busca de

liberdade individual e sobre as "prisões" e toda forma de amarra que sintoniza no mundo em que vivemos, e além disto o livro fala sobre a tentativa de paz, liberdade e esperança por um mundo melhor. (Todo livro pode ser considerado um ato de loucura se o leitor assim o desejar).

Vamos a ele."

Essa é a dimensão aterrorizadora do estranhamento: uma dimensão que é apontada no dizer vindo de P., ao incluir o não-sentido, ao incluir um coral de vozes dissonantes. Mas também ao incluir um efeito organizador consciente que perturba o leitor. O leitor, que pode considerar o livro um ato de loucura se assim o quiser, é tocado pela loucura. O leitor está dentro do estado da esquizofrenia ao estranhar um dizer que o convoca a legitimá-lo como um ato de loucura ou não. Esse ato é uma demanda de sentidos.

O outro é convocado a assumir uma posição de reconhecimento da demanda. De fora, totalmente excluído, não dá para estranhar. O perceber (pelo outro) que o UM que se imagina centrado, ilusoriamente como fonte de dizer, pode se apresentar de forma fragmentária é angustiante. E pior ainda, porque, mesmo em fragmentação, uma voz controla e centra imaginariamente as outras vozes - o maestro fantasmático do coral. Assim, o estranhamento se estende àquele que diz.

Aquele que diz é empurrado de um lugar para outro, um lugar que não é de estranhamento, já que o sujeito não se

estranha, mas um lugar à deriva, um lugar de sofrimento. Eis o dizer vindo de M.:

"Nós estamos na sala de música.

Eu deixei a vovó cair, eu estou conversando com as paredes. Desculpa, desculpa, desculpa,desculpa. Estou doente, hoje vi muita gente conversando mês de julho, agosto, setembro, outubro, novembro, dezembro. Eu não quero me perder. Eu não quero me perder. Eu estou sozinha. Estou sentindo sozinha Estou sentindo sozinha. Estou sentindo sozinha. Estou sentindo sozinha. Estou me sentindo sozinha. Estou sozinha. Estou sozinha. Eu estou sozinha. Hoje ligaram e disseram que estava uma delícia. Estou mandando sua mensagem por causa da minha irmã Palmolive é o nome do shampoo Neutro amarelo. Olha estou me portando muito bem. Pôxa já escrevi bastante já tudo o que sinto eu gosto de você? Tão dizendo que vai ter churrasco aqui Estamos preparando pro churrasco. Churrasco Estou com Deus, não sei o que irá acontecer comigo amanhã. Não posso gritar Não posso gritar."

A dimensão do sofrimento nos dizeres nas esquizofrenias surge naquilo que o sujeito<sup>4</sup> é jogado de um lado para o outro. O efeito de sofrimento no dizer aparece no efeito de estranhamento e surge na demanda de reconhecimento de sentidos. O outro pode não sofrer, mas não pode não estranhar. Aquele que é jogado de um lado para outro, o sujeito na esquizofrenia, não simboliza tudo e não há sujeito que articule sentidos do imaginário<sup>5</sup>. Vê-se preso nas malhas de suas formações imaginárias que demandam legitimidade de sentidos, mas que não encontra no outro uma posição de reconhecimento de suas demandas.

No Seminário 3: *As Psicoses*, Lacan articula esse não simbolizar tudo no estado das psicoses da seguinte maneira:

"Previamente a qualquer simbolização - essa anterioridade não é cronológica, mas lógica - há uma etapa, as psicoses o demonstram, em que é possível que uma parte da simbolização não se faça. Essa etapa primeira precede toda a dialética neurótica que está ligada ao fato de que a neurose é uma palavra que se articula, na medida em que o recalcado e o retorno do recalcado são uma só e mesma coisa. Assim pode acontecer que alguma coisa de primordial quanto ao ser do sujeito não entre na simbolização, e seja não recalcado, mas rejeitado. Não está demonstrado. Não é tampouco uma hipótese. É uma articulação do problema."  
(Lacan, 1988:97-8)

Esse não simbolizar tudo, o que não é simbolizado aparece no real. Assim nos diz Lacan:

"Na relação do sujeito com o símbolo, há a possibilidade de uma *Verwerfung* primitiva, ou seja, que alguma coisa não seja simbolizada, que vai se manifestar no real. A categoria do real é essencial ser introduzida, ela não pode ser negligenciada nos textos freudianos. Eu dou a ela esse nome enquanto ela define um campo diferente do simbólico. É somente a partir daí que é possível aclarar o fenômeno psicótico e sua evolução." (Lacan, 1988:98)

Assim o que se pode chamar de estado na esquizofrenia constitui-se num efeito de um dizer estranho ao outro, pelo que é dito e por quem diz. O estado na esquizofrenia encontra seu lugar no dizer no lugar de estranhamento, numa posição atribuída pelo outro. A demanda, vinda do dizer de P., de que o leitor julgue o dizer um ato de loucura ou não é também uma demanda de reconhecimento do maestro fantasmático do dizer, aquele que "organiza" as diversas vozes associadas em torno de uma voz central, como uma forma de centramento. Mas a figura do maestro fantasmático não impede que vozes dissonantes no dizer contramodulem o dizer. É, portanto, uma relação particular com a ruptura da linearidade do dizer que situa o sujeito na esquizofrenia em várias posições de enunciação<sup>6</sup> e que situa a demanda de sentidos.

O lugar, portanto, não existe *a priori*, já que se situa na posição atribuída a partir de um outro lugar, alheio ao lugar que espera um nome - "seu nome é esquizofrenia". A ruptura da continuidade de um sujeito - uma continuidade, que apesar do efeito produzido no outro, é "salva" pelo sujeito no dizer, no efeito de unidade apesar da divisão - só é percebida enquanto efeito de estranhamento pelo outro.

O estranhamento que afeta o outro constitui-se de quê? De uma frustração de expectativas - expectativas de redescobrir algo familiar, expectativas de repetição daquilo que se conhece. Expectativas que são da ordem do que é discursivamente antecipável, da ordem do pré-construído, das significações que circulam nos dizeres antecipando sentidos. Questões de antecipação e de equívoco que se esgueiram teoricamente de uma semântica da língua para se ancorarem numa semântica discursiva que também promete antecipações, como vai ser desenvolvido na terceira parte deste trabalho.

Freud, no trabalho sobre os chistes, admite que a repetição é fonte de prazer: o prazer da redescoberta do familiar que dá um "sentimento de poder" [1905(1972:144)]. O efeito de estranhamento provocado no outro pelos dizeres nas esquizofrenias certamente não é uma fonte de prazer. A ruptura da antecipação de sentidos - o estranhamento pelo outro - exige um retorno sobre o dito para que algo seja ressignificado, já que num primeiro momento algo dos efeitos do dizer soa familiar (o que reforça as expectativas).

A frustração se segue porque não há ressignificação

possível no movimento de volta. O outro, na dimensão de intérprete do dizer, na dimensão de atribuição de sentidos que o dizer demanda, vê-se confrontado com a desestabilização provocada pela descontinuidade de formas antecipáveis com formas inantecipáveis. Aquilo que é familiar frustra-se à continuidade da significação que parecia passível de ressignificação. É desse lugar, do outro, de sua extrema perplexidade diante do que é dito que se dá o estranhamento dos dizeres nas esquizofrenias.

O efeito de estranhamento coloca a significação num ponto de suspensão. Os efeitos de sentidos vêm de dentro do dizer, do funcionamento de uma língua constituída comum. Uma língua comum ao outro, mas que a estranha. Certamente que o estranhamento provocado pelos dizeres nas esquizofrenias não ultrapassa o plano da sistematicidade da língua, que poderia ser submetida ao calculável, a base de funcionamento da língua constituída no dizer - a língua como figuração da alíngua (questão a ser vista na terceira parte). O estranhamento dá-se pela semelhança com outros dizeres e permite uma estranha identificação simbólica do outro no dizer.

Identificação por quê? Condições discursivas deflagradoras dos dizeres, que parecem estranhas ao outro, permitem que ele "se reconheça" em algumas unidades significativas comuns. O que tornará o dizer estranho é a tensão entre a identificação simbólica com posições discursivas do dizer e o apagamento da identificação pelo reconhecimento apenas da diferença.

O outro, preso naquilo que o captura como familiar e,

ao mesmo tempo, o repele por ser estranho, se torna cúmplice do que é dito, já que ele também se encontra assujeitado pelo funcionamento da língua no dizer. Quero dizer, aquilo que a ele é familiar e parece significar, por um momento, foge ao seu controle sobre unidades significativas conhecidas. Vejam, num trecho de uma conversa que tive com G., como eu tentei trazer para uma unidade significativa conhecida o que G. dizia quando ele falou a palavra "bagunça":

G: Então ... é, é o seguinte o que tá perturbando hoje em dia se parece o seguinte trago o seio da metamorf... da da bagunça.

INV: Mas você acha ... quem faz a bagunça?

G: Fez a bagunça? Fez a bagunça foi aquela (...)que nós falamos a respeito daquele trato, e nós saindo ... (ininteligível) ... não tá mais, compreendeu?

Procurei tornar a suspensão da palavra "bagunça", ao tira-la abruptamente da cadeia do dizer, um ponto de ancoragem para que uma unidade significativa conhecida (bagunça é feita por alguém) tornasse o dizer familiar para mim. Mas procurei também provocar um retorno do sujeito (ver nota 4 sobre o uso da palavra 'sujeito') sobre o dizer, algo que pudesse fechar o dizer, o ponto de ancoragem, uma contingência necessária ao meu movimento interpretativo.

A cumplicidade nessa estranha demanda minha de retorno do sujeito (ver ainda nota 4) sobre o dizer veio do efeito também

estranho de identificação (identificação na repetição de uma unidade que surgiu como significativa) e perplexidade (no esvaecimento daquilo que parecia uma unidade). Algo totalmente desconhecido suscitaria sensações de curiosidade, de indiferença, ou até mesmo de escárnio ... Mas o efeito de estranhamento, não. Ele provoca desconforto. A minha própria língua me causa desconforto. Estranhar a própria língua é estranhar o colo da mãe.

Observem um outro trecho, mais longo, de minha conversa com G., no qual o efeito de estranhamento diante de minha própria língua aparece com contornos mais "visíveis" num "contorcionismo enunciativo" que tenta capturar o estranhamento de qualquer maneira:

G: Você já analisou o que eu falei pra ele? Você sabe o que que eu acho quanto a isso?

INV: Não, eu queria que você me contasse...

G: Sobre isso?

INV: Pra eu poder te entender.

G: É que nosso mundo é o seguinte: em relação perfeita que quebrou há muito tempo, compreendeu? Um outro mundo no qual se viveu no qual se está fazendo dieta, falando? Então acontece o seguinte: esse mundo é algo que se perdeu sobre mim, sobre a alma, não há salvação, compreendeu?

INV: Hum, hum ...

G: Que parece que o mundo condenado estava tentando me

tirar hoje de observação, muito hoje, então não deu certo sabe?

INV: Hum, hum

G: ... o qual foi enviando, sabe?

INV: Uhm

G: ... (ininteligível)

INV: Então você acha que têm dois mundos?

G: Existe dois ciclos, dois ciclos. Porque o que está acontecendo hoje me parece estar com o significado da paranormalidade, eu talvez sou da parapsicalidade, compreendeu?

INV: Hum, hum

G: É então quanto a isso aí

INV: Você acha então que têm dois mundos?

G: Se têm dois mundos?

INV: Ou é um só?

G: É um só, vários mundos. São cinco mundos, cinco mundos de onde eu saí para o hospital. É um mundo de direção, o material da matéria da mortalidade, sabe? É um mundo civilizado que pegou meu espírito e está atuando dentro desse mundo, desse mundo aí.

INV: Nesse que a gente vive?

G: Nesse mundo, é passo o tempo nesse que a gente vive

.....

O meu "contorcionismo enunciativo" procurou em vão provocar retornos no dizer que abrissem brechas para a entrada no

dizer, que abrissem brechas para o reconhecimento da demanda de sentidos vindas não só do dizer, mas agora também demanda de sentidos vinda de minha posição, como outro, fígada na autenticação daquilo que estava sendo dito.

Mas toda tentativa de movimento de retorno tornou-se caricatural. Caricatural, porque quaisquer sentidos ou pontuações perseguidos não poderiam ser capturados como evidências de significação, mas como traços grotescos de identificação com alguma coisa sob outra. Daí que o que poderia ser ressignificado perde sua força significativa. A condição discursiva daquele que produz o dizer está nessa ambiguidade: o tempo do reconhecimento da demanda é o tempo da exclusão da demanda (uma *Verwerfung* secundária do outro?).

### 1.3 O outro, quem é?

A inacessibilidade aos dizeres nas esquizofrenias vem da inacessibilidade a uma estrutura em que nem tudo está simbolizado - a estrutura psicótica. Na psicanálise lacaniana, a estrutura psicótica surge em contraponto à estrutura neurotica que tem na denegação - *die Verneinung* - e na condensação - *die Verdichtung* um de seus instrumentos de exposição. É uma tentativa de se articular um problema que desponta no dizer: um campo diferente do simbólico.

A noção de real foi cunhada exatamente para articular a diferença (cf. Lacan, seminário 3:98). A noção de real não vem tapar o buraco da diferença entre forclusão (*Verwerfung*) e

denegação (*Verneinung*). O que há é a necessidade de se lançar mão de uma "noção de estrutura que permita se estabelecer referência de algo que é coerente com algo diverso, que lhe é complementar" (cf. Lacan, *op. cit.*:210). Segundo Lacan, o "fenômeno psicótico":

"É a emergência na realidade de uma significação enorme que não se parece com nada - e isso, na medida em que não se pode ligá-la a nada, já que ela jamais entrou no sistema da simbolização (...) quando alguma coisa aparece no mundo exterior que não foi primitivamente simbolizada, o sujeito se vê absolutamente desarmado, incapaz de fazer dar certo a *Verneinung* com relação ao acontecimento." (Lacan, *op. cit.*:102-4)

A *Verneinung* é da ordem do dizer e concerne ao que somos capazes de vir à tona por uma via articulada. A chamada "dialética neurotica" está ligada ao fato que aquilo que é recalcado e o retorno do recalcado são uma só e mesma coisa (cf. Lacan, *op. cit.*:97). A negação no dizer de algo revela assim o mecanismo da denegação de algo que foi recalcado. Já na estrutura psicótica, conforme ainda Lacan:

"O sujeito, por não poder restabelecer de maneira alguma o pacto do sujeito com o outro, por não poder fazer uma mediação simbólica qualquer entre o que é novo e ele próprio, entra em outro modo de mediação, completamente diferente do primeiro, substituindo a

mediação simbólica por um formigamento, por uma proliferação imaginária, nos quais se introduz, de maneira deformada, e profundamente a-simbólica, o sinal central de uma mediação possível." (Lacan, *op. cit.*:104)

E mais ainda:

"Um delírio não é forçosamente sem relação com um discurso normal, e o sujeito é bem capaz de nos participar, e de se satisfazer com isso, no interior de um mundo em que toda comunicação não foi rompida." (*op. cit.*:105)

A acessibilidade do outro aos dizeres nas esquizofrenias vem do que ainda há da relação com os outros dizeres. Vem do que a língua mantém como possibilidade de acesso ao simbólico. A inacessibilidade do outro aos dizeres nas esquizofrenias vem, por outro lado, da impossibilidade de se identificar ao Outro simbólico (condição da interpretação) no dizer, porque, nesses dizeres, lá só pode ser lugar do Outro imaginário, um Outro aterrizador, totalmente desconhecido. A condição da interpretação, que a Psicanálise oferece para olharmos para os dizeres nas esquizofrenias, é da ordem de uma condição que exige uma simbolização primeira para que, pela repetição, possa haver interpretação. Tem que haver um Outro simbólico já-lá no dizer, para que haja identificação e, por consequência, interpretação.

A articulação entre simbólico, imaginário e real encontra-se no próprio dizer. A ordem simbólica é constituinte para o sujeito e para o outro no dizer. A ordem simbólica é que liga e orienta as incidências imaginárias no dizer. Nos dizeres nas esquizofrenias, por não haver simbolização primeira, ocorre o que Lacan chama de "proliferação imaginária" (ver citação acima), o dizer fica à deriva: "tudo que é recusado na ordem simbólica, no sentido da *Verwerfung*, reaparece no real" (Lacan, *op. cit.*:21). Mas um imaginário que por se dar numa outra estrutura não é um imaginário da construção de sentidos mas da proliferação. Por isso é aterrorizador.

Mas o que é a *Verwerfung* (foraclusão) na estrutura da psicose? A foraclusão não deixa nenhum lugar ao pai simbólico, à possibilidade de simbolizar a lei do pai, instituindo a castração simbólica" (Lacan, *op. cit.*:98). Ou seja, a criança permanece presa à relação dual imaginária com a mãe. Assim, no lugar do Outro (simbólico), fracassa a metáfora paterna e só há lugar para o Outro imaginário (a relação dual com a mãe).

Lacan coloca a foraclusão como um critério metapsicológico operatório na discriminação dos processos psicóticos, já que o recalque não explicaria o advento do processo psicótico. Nesse mesmo rastro, a noção de real surge para articular a inacessibilidade ao dizer.

Dessa forma, a distinção entre estrutura neurótica e estrutura psicótica torna-se também operatória na minha reflexão sobre os dizeres nas esquizofrenias, de uma forma particular. O objeto da minha investigação não está no reconhecimento de uma

estrutura ou de outra através do dizer, alguma coisa que poderia redundar no que a Psiquiatria faz a sua maneira ao diagnosticar a doença esquizofrenia pelo dizer. Interessa-me o que dessa distinção se materializa no dizer como efeito sobre o outro no dizer. Mas como a articulação entre o imaginário, o simbólico e o real pode se materializar como efeito no dizer?

"Podemos, no interior mesmo do fenômeno da fala, integrar os três planos, o do simbólico, representado pelo significante, o do imaginário, representado pela significação, e o do real, que é o discurso de fato efetuado realmente em sua dimensão diacrônica (...) o sujeito dispõe de todo um material significante que é a sua língua, materna ou não, e dela se serve para fazer passar no real significações". (Lacan, *op. cit.*:78)

A identificação do outro com efeitos no dizer torna-se complicada porque a condição simbólica de identificação, de interpretação, não se coaduna com os efeitos de sujeito esfacelado pontuados no dizer. Assim, um "Eu" só se tornaria enunciável numa relação "Eu-Tu". Isso não se realiza pelo efeito de estranhamento. O outro, imaginariamente centrado como senhor de seu dizer, não se identifica nos cacos de um dizer esfacelado. O efeito de desconcerto sobre o outro faz com que o sujeito (lugar do dito) não pontue como autor do dizer e responsável pelo dizer e que não haja possibilidade de atribuição de sentidos que permita a identificação do outro com as posições enunciativas que

vem do lugar do dizer.

O sujeito, enquanto efeito pontual no dizer também não se reconhece no dizer do outro, já que qualquer tentativa de amarração de sentidos não afeta o seu dizer. O dizer mostra-se impermeável ao efeito interpretativo do outro. O dizer transcende quaisquer verdades interpretativas, que imaginariamente poderiam ser atribuídas pelo outro. Daí que o outro parece ocupar uma posição neutra diante desse dizer. Reparem o trecho de conversa entre G. e mim, transcrito abaixo:

G: O que tá acontecendo é o seguinte.

INV: Uhm...

G: Hoje em dia ... as pessoas agora não são calmas não, sabe? ... (ininteligível) ...sabe? mais para o interior delas ... (ininteligível)

INV: Uhm ...

G: Mas é o contrário, quanto mais ... (ininteligível)... sabe?

INV: Essas pessoas se infiltram ... (G interrompe)

G: Não é só se infiltrar interiormente tá? Passa pelo próprio interior, sabe? E as pessoas estão se afastando, sabe?

INV: As pe... (G interrompe)

G: As pessoas estão abandonando, sabe?

INV: Uhm ...

G: Deixando de lado, não pode, né? Não pode ser assim. Tem que lutar, sabe?

INV: Uhm, uhm.

G: Tem que lutar, compreendeu?

INV: Você acha que as pessoas estão o quê? Tão, tão ...

(G interrompe)

G: Lutar de uma forma de uma forma bem técnica, sabe? Uma forma técnica, sabe? Não uma forma ...

(ininteligível) ... sabe?

INV: Hum, hum.

G: Porque sou um cara muito técnico, sabe? Compreendeu?

INV: Hum, hum.

G: E a vida à toa, não, sabe? Eu tenho, eu tenho até cabeça compreendeu?

INV: Hum, hum. Você diz assim a vida à toa, como?

G: Como assim a vida à toa? A vida à toa, a vida que ele leva, a felicidade às vezes que ele não encontrou, sem saber (INV interrompe G)

INV: Ah ... entendi

G: ... (ininteligível) ... muita gente que dá boa vida a ele.

INV: Ah, entendi.

G: Tem que identificar ... (ininteligível) ... porque tem um cara espiritualmente a própria vida, certo? Não deve se voltar para o mistério da vida não.

Os constantes movimentos de interpretação desencadeados pelo efeito de estranhamento em mim, na tentativa de me agarrar em certos segmentos do que G. falava (movimentos, sem dúvida, que

lentavam dar coesão ao que era falado), parecem não ter surtido efeito. O dizer apresentava um movimento próprio não afetado por qualquer tentativa de atribuição de sentidos de minha parte, de fechamento em unidades de significação. A minha tentativa de parafrasear os enunciados produzidos por G. mostrou-se inócua. A não-retomada dos efeitos de meus movimentos interpretativos frustrou a evidência que eu procurava para manter os meus movimentos de interpretação.

A condição do dizer nas esquizofrenias parece não se restringir a identificação simbólica com o outro. Mas, por outro lado, palavras e categorias da língua têm sobre ele uma eficácia imaginária, da ordem da proliferação. Talvez essa seja uma possibilidade de dizer para que um "Eu" se torne enunciável num funcionamento particular da língua constituída.

O "Eu" enunciável não parece ser determinado pelo efeito provocado no outro. Esse "Eu" parece não se afetar por qualquer efeito vindo do lugar do outro. Ou seja, o "Eu" não é afetado pela posição, no dizer, de "outro" para esse outro. O efeito interpretativo de um "outro" do outro não tem lugar nesse dizer enquanto alteridade constitutiva. O que parece haver são outras relações do "Eu" com vozes anônimas que comparecem como diferentes fragmentos na enunciação fora da relação eu-tu.

Isso não quer dizer que não haja alteridade contingente ao dizer. A alteridade necessária se dá por esses vários outros anônimos que são convocados pelo dizer e que determinam contingentemente o dizer. Vozes anônimas cumprem o papel necessário de um espaço de inteligibilidade - de algo ser

inteligível para alguém. Parece que a contingência do dito se dá na relação EU- ELE(S) e não na relação EU-TU. Isso naturalmente compromete qualquer tentativa de compreensão, mas assegura a condição do dizer - dizer para alguém. Uma condição de dizer que subverte a teoria de enunciação, uma teoria que se formula ancorada na noção de ego, num sujeito psicológico que instaura a relação enunciativa numa posição de Eu e que sabe do que fala.

A questão da contingência necessária de alteridade para que haja um dizer e de que essa alteridade nos dizeres nas esquizofrenias não se encontra no efeito de uma posição enunciativa do outro não deve ser confundida com a chamada "perda da realidade" ou com um ato de apagamento do outro. O outro tem seu lugar, apenas esse lugar não é o lugar da alteridade contingentemente necessária a um dizer que se faz numa relação EU-TU. Reparem em um outro trecho da mesma conversa:

G: Sabe? ...Então, doutora... Seu nome é?

INV: Mariluci.

G: Mariluci.

INV: Mariluci.

G: Então ... é, é o seguinte o que tá perturbando hoje em dia se parece o seguinte trago o seio da metamorf... da da bagunça.

INV: Mas você acha ... quem faz a bagunça?

G: Fez a bagunça? Fez a bagunça foi aquela (...) que nós falamos a respeito daquele trato, e nós saindo ... (ininteligível) ... não tá mais, compreendeu? Então se

nós ficarmos perto, sabe? Um do outro, fisicamente.

INV: (interrompendo G) Você quer dizer um ajuda o outro  
...(G interrompe INV)

G: Nós vivemos nosso pacto (ou trato?) fisicamente. Nós  
queremos explicar o seguinte: ... (ininteligível) ... e  
deixar pra lá até tudo que fosse preciso...  
compreendeu?

O efeito da minha posição como outro frente ao dizer de G, afeta seu dizer não pelos movimentos de tentativa de agarrar aquilo que me é antecipável. Mas, como efeito de um outro que poderia afetar o dizer por uma identificação imaginária. O outro poderia ter uma função de desencadear a tal proliferação imaginária no dizer de que fala Lacan. O efeito do outro sobre o sujeito na esquizofrenia poderia ter uma certa eficácia nessa proliferação imaginária.

Mas que condições da língua constituída contribuem para o efeito de estranhamento no outro? Vou abordar o estranhamento, como efeito sobre o outro, partindo dos estudos de Freud sobre os efeitos dos chistes. Contrariamente aos chistes que provocam desconcerto, num primeiro momento, e depois esclarecimento - na possibilidade de ressignificação no movimento de retorno sobre o que é dito -, o estranhamento dos dizeres nas esquizofrenias se dá pelo desconcerto (pela familiaridade) e pela suspensão da significação - pela impossibilidade de amarrar o dizer numa unidade de significação. Essa diferença nos efeitos de estranhamento articula-se, sem dúvida, com a distinção entre as

estruturas neurótica e psicótica, mas somente naquilo que se materializa como efeito, naquilo que convoca o outro como legitimador da língua constituída e "criador de sentidos" para os dizeres.

#### 1.4 A convocação do outro nos chistes

O chiste para Freud é um efeito, o efeito sobre o outro - "o efeito daquilo, que, em geral, chamamos um chiste, é qualquer evocação consciente e bem sucedida do que seja cômico ..." (Freud, 11905(1972:22)). Um efeito provocado por estranhamento e como todo efeito de estranhamento efêmero. O fato de ser um efeito sobre um outro desmonta qualquer pretensão de se colocarem os chistes como dizeres que são passivamente compreendidos.

Os chistes são chistes porque aquele que os escuta assim os produz (como chistes). Aquele que elabora o chiste não determina por si só que algo vai se transformar em chiste. Algo originariamente elaborado como chiste pode resultar em ofensa para alguém, por exemplo. Ou seja, Freud ressalta que o chiste exige um outro que lhe dê esse estatuto, "um comportamento ativo do sujeito" (Freud, *op. cit.*:22), independente do efeito de intenção deliberada de quem elaborou o chiste. O chiste exige um acréscimo, algo que o torne um chiste.

Freud insiste em que, apesar da produção dos efeitos dos chistes por um outro-sujeito no e pelo acréscimo ao que foi dito, "a atividade chistosa não deve ser, afinal, descrita como

inutil ou desinteressada, já que tem o propósito inequívoco de suscitar prazer em seus ouvintes" (Freud, *op. cit.*:115). Esse talvez seja um dos pontos de distinção mais interessante, entre o estranhamento provocado pelos chistes e o estranhamento provocado pelos dizeres nas esquizofrenias - não há o efeito de intenção deliberada de provocar estranhamento. Todo o estranhamento é produzido pelo outro nos dizeres nas esquizofrenias, pois não há um Outro simbólico para o outro se identificar e que poderia julgar um efeito intencional.

Mas o que seria intencional é da ordem do efeito de uma mudança de relação com o dizer, mudança na divisão do sujeito que é efeito do que é produzido e efeito daquilo que é julgado como intencional. O que é produzido afeta porque o efeito da escuta não produz o mesmo efeito do que é dito.

A "produção" do chiste pelo outro-sujeito (aquele que ri), num determinado efeito de posição enunciativa - ou a "produção" de um sujeito-efeito pelo chiste -, se dá no que afeta o outro-sujeito num momento pontual, fruto de um ponto de ancoragem no efeito de chiste, situando o sujeito nesse efeito pontual, o efeito do chiste. A percepção da subversão na antecipação de sentidos (materializáveis na língua) provoca a ruptura que abre o momento pontual para que o sujeito surja como efeito do chiste.

Por isso, se ri: o que é familiar dá prazer. O que foi dito torna-se chiste porque algo tem "efeito gratificante" pela repetição de algo conhecido, pela REDESCOBERTA do familiar - "parece que geralmente se concorda em que a redescoberta do que é

familiar é gratificante" (Freud, *op.cit.*:151).

A noção de sujeito, enquanto efeito pontual da posição de ancoragem de sentidos, vem da psicanálise ensinada por Lacan. A noção de sujeito-efeito torna-se necessária para explicar os efeitos dos chistes sobre o outro, porque os efeitos de sentidos do chiste não são os mesmos. A mesma piada ouvida muito tempo depois pode produzir novos efeitos, até efeitos não-prazerosos. Os efeitos prazerosos dos chistes são produzidos tanto pela desestabilização - posição de não-identificação - quanto pela estabilização - posição de identificação, lugar de um sujeito-efeito. Uma coisa desestabilizada vira outra, num efeito de estabilização, e o estranhamento cessa no sucesso ou no fracasso do chiste.

Seguindo o esquema do chiste apresentado por Lacan, em *As formações do inconsciente* (versão resumida s/d), a partir da perspectiva de quem "conta" o chiste: (1) o dizer parte do Outro, recebemos nossa própria "mensagem" sob uma forma invertida); (2) o dizer se reflete sobre o "eu", onde o sujeito se produz como o que fala; (3) o dizer volta ao Outro (de quem fala) e termina o chiste. Assim, o outro não é um qualquer para o sujeito no dizer. O outro é o Outro que sanciona o chiste como tal, Aquele que autentica o chiste e percebe a demanda de sentido. Daí o prazer de quem faz o chiste se poder se completar a não ser no O(o)utro. Ou seja, o lugar do outro no chiste é um lugar simbólico, o lugar do Outro simbólico. Como diz Lacan : "o outro ao que apela o chiste é menos um sujeito real e vivo que um lugar simbólico, quase anônimo" (Lacan, *op. cit.*:8).

O chiste requer no mínimo duas pessoas, diz-nos Freud (1905(1972:120)). Dizer que ninguém faz chiste para si próprio, quer dizer, sem contar para alguém, para um outro empírico, necessário a relação com o Outro simbólico, pode parecer paradoxal. O chiste tem que ser contado ao outro, mas um outro que se constitui numa posição e não um outro com RG e CIC. E não é a pessoa que propõe o chiste que ri dele. Mas ambos usufruem de prazer, embora, como observa Freud, "não estamos em condições de distinguir intuitivamente que parte do prazer procede das fontes de sua técnica e que parte deriva de seu propósito" (Freud, *op. cit.*:122). Na verdade, não se sabe de que se ri.

O que se sabe é que o que faz rir está por vir. No chiste, a proeminência fica com o elemento faltoso, que é completado pelo efeito provocado no outro. Podemos achar muita graça (ou não) do seguinte chiste relatado por Freud: "um médico, afastando-se do leito de uma dama enferma, diz a seu marido: 'Não gosto da aparência dela'. 'Também não gosto e já há muito tempo', apressou-se o marido em concordar." (Freud, *op. cit.*:53). O que faz rir e que está presente como efeito no chiste é a aversão do marido pela esposa. Segundo Freud, dá-se aí um caso de "duplo sentido propriamente dito", já que "nenhuma violência é feita às palavras" (Freud, *op. cit.*:52).

O estranhamento provocado no chiste vem da movimentação de efeitos de sentidos que se deslocam de um para o outro. O duplo sentido a que se refere Freud me parece, na linha de Lacan proposta em *As formações do inconsciente sobre os chistes*, melhor articulado pela noção de homonímia, no sentido dado por

Milner (1983) em *Les noms indistints*. Um elemento por vir, sugerido no momento pontual do desdobramento da homonímia, se instaura no instante de um efeito (a palavra "aparência" provocou o desdobramento de um outro efeito de sentido).

O termo homonímia, proposto por Milner, é uma proposta de se articular com o NÃO-UM, de uma coisa que não se mantém e que vira outra. Nesse sentido, a homonímia faz par estrutural com a sinonímia, lugar da unidade, ou aquilo que seria o lugar de um ponto ideal de representação, numa dependência a um referente. O NÃO-UM se instala porque daquilo que do chiste só pode ser um encontro contingente, uma ordem pretende fazer uma instituição constante. O virar outra coisa não significa virar numa outra coisa determinada, apesar de ser essa a ilusão de quem ri do chiste, de que um sentido vira outro sentido já presente no próprio chiste.

Assim, para Milner, a homonímia dos nomes é constante, já que não se trata de uma distribuição complementar, mas de um encontro contingente. Toda representação é da ordem do imaginário (o dizer do chiste); toda existência é da ordem do real (o NÃO-UM dos sentidos no chiste); e toda escritura é da ordem do simbólico (o efeito do chiste sobre o outro - lugar anônimo do Outro simbólico). A homonímia funciona como uma testemunha da não-relação absoluta entre a forma representável (o nome), seu estatuto simbólico e a nomeação real:

"On comprend alors qu'un discours qui suit d'une telle hypothese ait pour accomplissement le cas, pour effet

la vérité, et pour exercise l'interprétation, qui n'est rien sinon la parole qui fait sens et rencontre."  
(Milner, 1983:54)

Mas será que qualquer movimento homonímico resulta num efeito de chiste? O dizer vindo de M. e transcrito abaixo provoca efeito de estranhamento. Efeito que não vira um efeito chistoso. Que expectativa é essa que irrompe diante de algo por vir que se intui como faltoso e que se frustra na suspensão do movimento da homonímia?

Eu continuo triste

Assim bandidos

Não melhorou por parte

Mas faço pedidos

Imaginação no sufoco

Mas ajudarão aqueles milagres

O louco

Fica no soco

Quer dizer que ela engana

Para que?

Para entrar em cana

Por quê?

No direito por estar em movimento

De noite vou apagar a luz

E cortada a limpo e não soube

dizer cruzes o salsicha tio Scoby eu

estou torcendo por isso

Ai meu Deus que mulher bonita

Hoje namorei um rapaz

Ele é lindo  
Tem os olhos *lverdes*<sup>7</sup>  
Todo o cupido  
Tomei banho e fui deitar  
Todo movimento lento  
Cada coisa que se vê  
Em todo e qualquer momento

Tem-se o efeito de estranhamento, sem dúvida, mas como nomear o que está por vir se uma coisa não vira outra porque essa outra coisa se paralisa no estranhar? A direção da homonímia, portanto, não é generalizada, já que na virada do que é nomeado para outra coisa os efeitos vão ser totalmente distintos. O estranhamento nos dizeres nas esquizofrenias, sob efeito da homonímia porque convoca algo faltoso, é perpetuado na suspensão da virada daquilo que é nomeado para outra coisa. Assim, nenhum efeito se faz sobre o outro ou sobre quem fala. A condição da homonímia está em tornar algo efeito para o outro, um outro que é a contraface do mesmo que se escuta.

O estranhamento não é um efeito imanente e exclusivo dos dizeres nas esquizofrenias. Os chistes como efeitos de estranhamento cessam no momento de instalação de um efeito-sujeito no efeito do chiste. Viram chistes; cessa o estranhamento. O estranhamento nos chistes é estruturalmente diferente do estranhamento nos dizeres nas esquizofrenias porque o estranhamento nos chistes é "bem resolvido". Quero dizer, o movimento da homonímia (uma coisa vira outra) tem um ponto de ancoragem, onde efeitos de sentidos se tornam possível, dentre

vários outros pontos de "consistência do dizível" (Milner, *op. cit.*): um efeito homonímico e que torna o chiste bem-sucedido e não uma suposta polissemia que já prevê os pontos de consistência, os efeitos de sentidos.

A configuração da homonímia diante da polissemia coloca uma questão radical para os efeitos-sujeitos e para os efeitos de sentidos, que vem da própria posição teórica sobre o sujeito e sobre o sentido. A polissemia se configura pela possibilidade de atribuição de múltiplos sentidos ao dizer. Nessa atribuição, os sentidos já vêm prontos nas relações com outros dizeres das mesmas formações discursivas. O sujeito se constitui como sujeito do discurso, como efeito de um sentido já-dado pela formação discursiva. Ele se apresenta como uma figura egóica.

A configuração da polissemia instaura o sujeito no lugar de UM. A polissemia pode produzir vários UNS diferentes nas diferentes constituições de sujeito como sujeitos nos dizeres, mas o efeito de UM não se esvanece. É o sujeito proposto pela Análise de Discurso Francesa de Pêcheux. O efeito chistoso, na explicação de Freud, é da ordem da polissemia (embora não tenha nada a ver com a proposta da AD-francesa), da ordem de que um outro sentido já-dado está à espera de ser capturado no efeito do chiste.

Na polissemia não há divisão, como na homonímia, em que o NÃO-UM e o UM se ancoram pontualmente no próprio movimento da homonímia. O efeito-sujeito na homonímia vira na virada de algo em outra coisa. Algo e uma outra coisa que não são dados de antemão porque a homonímia é equívoco, contrariamente à

polissemia que é uma atribuição de sentido entre várias outras possibilidades. A polissemia não é equívoco, é escolha.

A homonímia se configura pela virada de uma coisa noutra coisa, de um efeito-sujeito em outro e para isso é preciso que aquele que diz ouça o que é dito e se espante, como nos lapsos, nos atos falhos, na prática psicanalítica, nos chistes e em todas as situações em que o que é dito é ouvido como uma outra coisa no instante de nomeação. Por isso que a homonímia não mantém nada, nem a estabilidade do significante, já que também um significante vira outro. A polissemia é da ordem da verdade imaginária, que vem da constituição do sujeito no sujeito do discurso configurado pelo sentido que vem das relações interdiscursivas inerentes a uma formação discursiva. A homonímia é da ordem da verdade real, o sujeito e o sentido se pontuam no instante de um efeito.

Formas de desestabilização encontradas nos chistes, que provocam o desconcerto - o estranhamento -, apresentam particularidades comuns com formas de desestabilização que provocam estranhamento nos dizeres nas esquizofrenias, mas isso não é suficiente para que os efeitos de estranhamento sejam idênticos aos dos chistes. Que formas de desestabilização são essas que provocam estranhamento?

### 1.5 A convocação do outro nos dizeres nas esquizofrenias

A "unificação" (um outro termo sugerido por Freud para explicar o efeito chistoso no "duplo sentido") é uma técnica de

chiste (os conhecidos trocadilhos) e foi definida como: "as mesmas palavras prestam-se a usos múltiplos" (Freud 1905(1972:50)) Eis o chiste que ele nos conta, como exemplo:

"Mais *Hof* (namoro) que *Freiung* (casamento), disse uma espirituosa vienense sobre inúmeras moças bonitas que, admiradas durante anos acabam por não encontrar um marido. *Hof* e *Freiung* são os nomes de duas praças vizinhas no centro de Viena." (Freud, *op. cit.*:51)

Por essa técnica, segundo Freud, um nome, sem sofrer qualquer alteração, permite "duplo sentido" ao se ligar a outro nome que se refere a outra coisa. Para que o chiste tenha sucesso é necessário que ambos, quem conta e quem escuta o chiste, atribuam as mesmas referências ao nome que se liga à coisa referida. Essa explicação aponta novamente para uma polissemia, pela qual uma coisa vira outra não por homonímia, mas por unificação. Os sentidos possíveis são determinados de antemão.

Mas não são todos os efeitos de uma coisa convocar outra que podem se transformar em chiste. Reparem em alguns exemplos em que um nome vira outra coisa, produzindo efeito de estranhamento exatamente porque a virada não se completa pela impossibilidade do outro ser afetado pelo efeito de um movimento homonímico. As palavras abaixo pertencem a uma lista de palavras (como se fosse um dicionário particular) escrita por R.:

CARROS<sup>9</sup> ca-ros ca Robinho

CARAVAN cara vamos

DEL REI como se eu fosse o U Rei substituisse o Raul<sup>9</sup> Del-Rei

GOL como se eu tivesse marcado ponto seguindo os carros  
fizesse uma manobra certa a pé atravessando uma rua  
passando entre dois carros, passando do lado de uma  
arvore, trocando de calçada normalmente quando eu  
visse uma pessoa que era contra os meus principios "não  
risse para mim" quando risse era porque era a favor de  
mim principalmente, se fosse um sorriso amigo

PASSAT<sup>10</sup> passa-te, chevete, che-ve, te

ONIBUS ômi-bus- homem-bus

IDEAL i de al, i de a empresa ao Raul so tem ônibus rubro

PARANAPUAN<sup>11</sup> pa rá na pu anô, como se tivesse que encampar as  
empresas mesmo no governo brizola botasse cada  
ônibus no ânus do Raul

FUSCA furestá, fudido está

MERCEDEZ-BENZ Era como se eu tivesse merecido dez "benz's", 10  
mercedez benz carros

BMW Boi maluco W

ACM<sup>12</sup> A, cê, maluco

DEUS Dê us - Deu - a Raul- achava que não tinha mais perdão  
todos deveriam ir ao inferno

SAUNA Sã, - u, na eu ia para sauna e via o sujeito com uma  
sunga azul clara da cor da camisa do brizola e achava  
que ele estava simulando o inferno do brizola - como se

houvesse um ciclo que se repetia sempre ele ia para fora da sauna terra tomava banho de chuveiro, e voltava para sauna (inferno) para mim o azul claro representava o inferno, e as outras cores o céu, inclusive o preto, e o vermelho

A adesão de R. aos nomes de carros (e aos outros nomes citados), que via na rua, pode indicar uma das maneiras da tal relação particular que os sujeitos nas esquizofrenias tem com a língua constituida. Tudo significa: o sujeito se vê agarrado pelos nomes, tudo se transforma em outra coisa. Dai que se torna estranha a nomeação dessa adesão para o outro, mas não para ele no momento da nomeação e nem no momento que comenta essas nomeações. R. comentava a lista comigo, dizendo que aqueles sentidos que ele dera às palavras se apresentaram no período em que "estava doente". Mesmo assim, ele não estranhava o que havia escrito e que não foi escrito no período do surto (seis meses antes da conversa comigo) e sim poucos dias antes de fazer esses comentários. A divisão de posições diante do nomeado, embora resulte em efeitos-sujeitos diferentes - efeito de uma posição diante da língua de quem se crê doente e outro efeito, diante desse primeiro efeito, de quem mantém o que foi dito mas que acrescenta certas referências, sendo portanto afetado pela minha posição de outro.

Adesão aos nomes próprios, portanto, por alusão, pela ressonância de som, da ordem no NÃO-UM, na medida em que a posição perante o nome adere à outra posição perante a

ressonância do nome e também na medida em que ao nome próprio (não-sentido) é atribuído sentido. Os dois efeitos-sujeitos, um perante o nome próprio como não-sentido e o outro perante o sentido atribuído ao nome próprio, não são contrapontuais, porque o que está escrito, ao ser comentado, não causa espanto. São "parapontuais" porque não se dão no movimento homonímico de um virar outro, da ordem de uma verdade simbólica virar uma verdade real, mas sim de ambos já serem homonímicos na origem, na verdade imaginária de onde é autorizada a homonímia, de onde surge o efeito imaginário de indivíduo (aquele que olha seu escrito) e de onde surge o efeito-sujeito do real. Nas palavras de Milner:

"Mais une fois encore, l'homonymie ronge les noms. Sans doute l'on peut y parer, en distinguant les cas et la conjuncture, le sens et la signification, l'interprétation et l'explication. On peut s'attacher à séparer les vérités: car la vérité qui est rencontre réelle et ne s'atteste que dans l'instant d'un effet à même nom que la vérité symbolique, fixée en tables et contrainte par la rigueur dans le maniement des lettres, et que la vérité imaginaire, fondée sur une adéquation stable entre deux êtres - chose et nom, objet et idée, etc. ..." (Milner, 1983:54-5):

Trata-se, portanto, da emergência do efeito de UM imaginário sob a forma do nome próprio que se inscreve norepresentável, nos dizeres que aparecem sempre como

preexistentes, e que se dispersa no encontro das três verdades. A contingência de encontro das três verdades, embora seja da ordem de qualquer instante de nomeação (cf. Milner, *op.cit.*), disfarça-se em sinonímia (da ordem da consistência imaginária do dizível), como nos nomes próprios do chiste referidos às praças de Viena.

Mesmo com o breve estranhamento provocado pelos nomes próprios das duas praças - *Hof* e *Freiung* - instauram-se efeitos-sujeitos distintos diante dos nomes. Exatamente por esses efeitos compartilharem de uma harmonia sinonímica (efeito do UM) diante dos nomes, eles se inscrevem imaginariamente como unidade e não como NÃO-UM. Nesse sentido, são efeitos da sinonímia imaginária: um movimento imaginário que se completa, o efeito que se torna chiste e todos riem acreditando que estão rindo da mesma coisa. Acaba-se o estranhamento, mesmo que o efeito do chiste tenha pontuado efeitos-sujeitos diferentes em suas verdades.

Apesar de até se poder achar alguma graça em algumas dessas palavras, mesmo sem saber o porquê, pelo movimento de virada efetuado nas duas posições-efeito perante o nome em cima da ressonância de som de um em outro, há também um efeito não-chistoso. Os sentidos que R. atribui particularmente aos nomes não surtem efeito de UM em quem ouve. As palavras adquirem materialidade nos efeitos provocados pela relação singular entre o sujeito e a coisa, provocando estranhamento no outro e resistindo à identificação simbólica do outro, que poderia ter efeito de UM.

A materialidade como efeito escapa ao outro porque ele

não poderia ocupar o lugar da verdade simbólica, o lugar anônimo do Outro simbólico que traria invertida a "mensagem". A relação particular com a língua constituída, que se percebe no material escrito por R., impossibilita o encontro da verdade imaginária com a verdade simbólica, dispersando o que poderia ser unidade na condição imaginária própria dos dizeres.

## 2. O CONFLITO ENTRE SENTIDO E NÃO-SENTIDO

Segundo Freud, o fracasso do chiste é o não-sentido (cf. Freud 1905(1972:154)D). O chiste torna-se bem-sucedido quando cessa o desconcerto (nesse caso provocado pelo absurdo do que é dito), quando um movimento de retorno vira um efeito de sentido - o sentido no não-sentido. Esse é o lugar de efeito dos chistes:

"... o processo psicológico que o comentário chistoso nos provoca, e sobre o qual repousa o processo cômico, consiste na imediata transição dessa atribuição de sentido, dessa descoberta da verdade, dessa concessão de conseqüências, à consciência ou impressão de relativa nulidade." (Freud, *op. cit.*:24-5)

O desconcerto diante do aparente não-sentido é sucedido por esclarecimento na "imediata transição de atribuição de sentido". O exemplo dado por Freud está no seguinte chiste:

"Hirsch-Blyacintb, agente de loteria e calista, se gabando de suas relações com o rico Barão de Rotschild diz - "e tão certo como Deus há de me prover todas as coisas boas, Doutor, sentei-me ao lado de Salomon Rotschild e ele me tratou como um seu igual - bastante *familionär*<sup>13</sup> (familiarmente) (Freud, *op. cit.*:29).

A palavra *familionär* causa desconcerto porque, num primeiro momento, não tem sentido em alemão. O esclarecimento viria do acréscimo do outro ao compor *familionär* a partir de *familiär* e *milionär*. Segundo Freud:

"... uma força compressora é levada a atuar sobre essas sentenças, e que, por alguma razão, a segunda é a menos resistente. Operar-se, pois, o seu desaparecimento, enquanto seu constituinte mais importante, a palavra *Milionär*, que tem êxito ao rebelar-se contra sua supressão, é, por assim dizer, reintegrada à primeira sentença, e fundida com o elemento de tal sentença que lhe é mais semelhante: *familiär*." (Freud, *op. cit.*:32)

O não-sentido inicial está presente na forma originada na própria língua alemã, no deslocamento de nomes familiares - *familiär* e *Milionär* - aos falantes de alemão. O chiste é bem-sucedido porque possibilita ao outro "produzir" um efeito de sentido mantecipavel por sua língua constituida. Mas como o contraste entre sentido e não-sentido ocorre nos dizeres nas esquizofrenias? Que efeitos provoca em você o material escrito num caderno de anotações de O., transcrito abaixo?

TafsQ'TRODERREIQTRDEITRIOI

(OFLÖssTEIBssORIOVTsNONTRALTA

DEDEFRANSrUFLLOMAIREIQE

O dizer acima provoca estranhamento? A tênue familiaridade com sílabas previstas na língua portuguesa provoca desconcerto? A disposição vertical em quatro linhas traz algo de familiar das estrofes de quatro versos? Esses pontos tão tênues de familiaridade não provocam um certo tipo de estranhamento diante da frustração da expectativa de que alguém que fala a língua portuguesa escreve na língua portuguesa? Que há desconcerto, há. Mas de uma ordem totalmente distinta do desconcerto provocado por *familionär*, que condensa duas formas reconhecidas da língua alemã.

Mas será que quaisquer cadeias de sílabas agrupadas em disposição vertical, como uma estrofe, causam o mesmo tipo de estranhamento? Vejamos o dizer escrito por Tzara (transcrito de Denis, J.P., *Langages*, 91, 1988:94):

Ka tanga te kivi  
 kivi  
 Ka tangi te moho  
 moho  
  
 Ka tangi te tike  
 Ka tangi te tike  
 tike  
 he poko anahe  
 to tikoko tikoko  
 haere i te hara

A arrumação dos segmentos em forma de palavras, com uma

disposição silábica não-familiar, mas com uma organização espacial familiar dos segmentos em estrofes, não provoca um efeito gráfico-estético na repetição de segmentos e no número compassado de segmentos por linha? Não seria um estranhamento de outra ordem, diferente do dizer anterior, já que há uma filiação desse dizer a outros dizeres de uma mesma época, os chamados textos surrealistas? Não há uma cadeia de filiação tal que esse dizer ecoa nos outros de mesma filiação surrealista?

O dizer de G. não apresenta qualquer lastro histórico que permita qualquer tipo de antecipação. Os dizeres nas esquizofrenias não têm pré-história, nem história (cf. Lacan,1988). Tampouco apresentam vínculos mais estreitos com a materialidade da língua portuguesa, como no caso de *familiônär* com a língua alemã. De onde podemos indicar temporariamente que aquilo que é familiar decorre de ordens diversas - da língua constituida, da história (uma filiação histórica que permite que efeitos de um dizer se produzam por eco de outros dizeres da mesma filiação), como no dizer, a seguir, de Artaud (Oeuvres Complètes XIII- A propos de Van Gogh parte V):

van Gogh

van Gogh

mouen dabi

taouen arbi saled

mauven dibi

taunten libifa

En dehors de cela tous les hommes de cette huma-

nité ne sont que de la seule teigne d'émoussure.

O conflito entre sentido e não-sentido indicado por Freud como um dos lugares dos efeitos dos chistes se materializa diferentemente, mas sempre provocando estranhamento. Freud, ao indicar o conflito, faz referência explícita a um aspecto dos processos do inconsciente - a condensação, pela qual a "formação da palavra e as características da palavra assim formada" (Freud, *op. cit.*:26) são condições essenciais da produção do chiste. Mas de que maneira a condensação pode ser um fator de estranhamento nos dizeres nas esquizofrenias?

2.1 Um chiste diz o que tem a dizer, enquanto os dizeres nas esquizofrenias ...

A condensação é um dos lugares do estranhamento e da produção dos efeitos dos chistes. Nos dizeres nas esquizofrenias, o que se aproximaria do processo de condensação toma o sentido inverso do efeito implicado no chiste do *familiar*. Nos chistes, o não-sentido dá lugar ao sentido. A homonímia, uma coisa vira outra, é bem-sucedida. No dizer, a ser considerado adiante, o movimento do efeito de algo aproximado da condensação parte do sentido (de uma forma estabilizada na língua constituída) para o não-sentido (forma desestabilizada). Será a simples inversão do movimento do efeito de não-sentido para sentido um fator particular de estranhamento nos dizeres nas esquizofrenias?

A condensação é um termo cunhado por Freud numa relação

direta aos mecanismos do inconsciente e numa relação também direta à estrutura neurotica, lugar do recalque e do retorno do recalçado. Assim, a condensação instaura-se pela elisão de algo que fica por baixo de outra coisa, um resto. Na estrutura psicótica, não há recalque e tampouco retorno do recalçado, já que o recalque é da ordem simbólica.

O que poderia corresponder à condensação nos dizeres nos chistes poderia ser o que sugiro chamar de "formações anagramáticas" ou "composições anagramáticas", numa clara referência ao termo 'anagrama' usado por Saussure. Apenas, como referência, já que, nos dizeres nas esquizofrenias, um dado nome se desdobra em incisais num movimento incessante, sem retorno, o que difere dos anagramas sugeridos por Saussure, em que um nome "aparecia", para ele, sob outros. O nome sob outros era um resto, algo da condição de acréscimo. Nas formações anagramáticas nos dizeres nas esquizofrenias, não há restos. As incisais são da ordem da proliferação de nomes (no rastro da expressão proposta por Lacan de "proliferação imaginária") e não de sobredeterminação de nomes.

Segundo Lacan (*em Formações do Inconsciente*, versão resumida, s/d), há uma série de resíduos metonímicos que constituem os apoios de composição do chiste. Uma estrutura única e homogênea que é também encontrada nos sintomas, nos sonhos, nos atos falhos. As mesmas leis estruturais de condensação e de deslocamento, segundo Freud e Lacan: o objeto alcançado pelo desejo é sempre metonímico. É no dizer que o desejo se torna objeto. Leis, por sua vez, primordiais do funcionamento da língua

constituída.

A condensação, como em *familionär*, deixa restos metonímicos para que o outro os preencha (encher antes que se abram novos restos), mas não os complete. Como num exemplo pessoal que passo a relatar: após assistir a um filme que mostrava uma cena passada na cidade de Nápoles, sonhei que estava numa cidade onde havia um galpão cheio de moças com vestidos de noiva. Logo depois me via num lugar repleto de navios. Os dois nomes - noivas e navios - me levaram ao acordar a formar o nome Novaes, meu sobrenome (sobre o nome?), mas principalmente o nome pelo qual meu pai era usualmente chamado. O deslocamento das formas fônicas nos nomes 'noivas' e 'navios' formam o nome de meu pai. Foi pela condensação em navios e noivas que pude saber que havia sonhado com meu pai e que esse sonho tinha ligação com a cena que eu havia visto no filme. A condensação, portanto, deixa restos metonímicos que nos permite rastrear restos do que ficou recalcado.

Nos dizeres nas esquizofrenias, não há restos metonímicos. Há vazios metonímicos que o outro não consegue preencher. Não há um Outro simbólico para se dirigir a fim de se rastrear esses restos. Há apenas um Outro imaginário.

O dizer, vindo de R. e transcrito abaixo<sup>14</sup>, consiste em duas palavras retiradas da mesma lista de palavras, a que me referi anteriormente. Essa lista de palavras tem uma certa organização a partir de alguns segmentos (unidades previsíveis na língua constituída ou não) que se repetem em outras palavras (segmentos-tema de formações anagramáticas) e de formas fônicas

que se repetem ou se ocultam nas palavras (formas fônicas-tema). Segmentos e formas fônicas funcionam como base para a composição anagramática de outras palavras.

As palavras COMETA e AMARELO e associações, reproduzidas abaixo, não são sequenciais na lista. Elas foram escolhidas porque seus segmentos são recorrentes em outras composições anagramáticas, tanto na lista de palavras como num relato de R. à médica que o acompanhava, que comentarei adiante. Tais composições anagramáticas parecem ser centrais na proliferação de incisivas que se desdobram a partir de segmentos dessas palavras. A minha opção seletiva pelas duas palavras, apesar de poder ser considerada uma intervenção que imputa coesão fictícia a palavras soltas, deveu-se a essa "estranha" recorrência dos mesmos segmentos e das mesmas palavras em duas situações distintas (na conversa com a médica e na lista de palavras) e na continuidade da ancoragem nesses segmentos em outras composições anagramáticas:

#### COMETA<sup>15</sup>

cometer - come-tí-dô, cometidô, comi tinha, cú-meterei, cu-mete-Rei, cu-metido, cu-mitidô, comete, cumi-tia, cu-metia

#### AMARELO

ama ré logo comete, ama-ré-lar pato amarelar, pato-ama-ré-lar, (arma pato amarelo)

A palavra AMARELO, segundo R. me contou durante a

entrevista, refere-se à notícia que leu no jornal sobre o MacDonald que usa a cor amarela em seu logotipo e na decoração das lojas. O AMARELO desperta o apetite nas pessoas. PATO AMARELO é uma arma calibre 12, um tipo de escopeta usada no Nordeste. Isso também R. leu no jornal. O AMARELAR refere-se a "comer em casa". Os sentidos imputados às palavras surgiram na época que R. queria matar o irmão, segundo me relatou, porque o irmão tinha problemas com drogas. As "explicações" de R., se começam a desvendar a formação anagramática presente na palavra AMARELO, não são suficientes e nem esgotam o estranhamento causado. AMARELO se torna uma palavra-dizer. Em outra situação, a mesma palavra AMARELO foi explicada por R. com o acréscimo de outros desdobramentos da palavra.

Como se dá a composição anagramática por incisão de nomes, diferentemente da condensação, por concisão, como no caso do chiste do *familionär*? Como uma lista de palavras isoladas se transforma em várias composições anagramáticas? R. propõe algumas soluções (em forma ainda de composições anagramáticas) para o enigma, numa outra situação em que as mesmas duas palavras COMETA e AMARELO retornam num dizer. A situação foi narrada a mim pela médica que o assistia.

Numa de suas consultas, R. contou que, quando colocava a CAMISA AMARELA (que usava na consulta), pensou em AMARELO como um ATO: AMA (é a menina que ele está a fim), RE (ré é o ânus), LO ... GO COMETE (o ônibus da viação Cometa e seus números, que circula no bairro onde mora). 28 é o número dela na lista de chamada da classe. R. explica que só conseguirá essa mulher se

provar que gosta de mulher: matando seu irmão e seu pai. Seu pai tinha uma BRASÍLIA AMARELA, que não emprestava a ele. A ARMA que usaria chama-se PATO AMARELO. AMARELO lembra MAC DONALD, porque ele leu que o amarelo é usado no logotipo e na decoração do Mac Donald para atrair as pessoas para comerem. Por isso ele se lembrou de COMIDA. De comida lembrou de PATO COM LARANJA, nome de uma peça de teatro. Antes de sair de casa ele falou para o irmão: AMARELAR.

Apesar de essas considerações não consistirem numa narrativa original de R. a mim, a partir das anotações realizadas pela médica, podem ser destacados nomes incisivos às palavras ditas e escritas por R. São três nomes: ANTERO (nome do pai de R.), RAUL (nome do irmão de R.) e MATAR. As pistas para a composição anagramática desses nomes nas palavras são dadas explicitamente por R. ao dizer que precisa matar o pai e o irmão para provar que gosta de mulher. Por que ANTERO E RAUL podem funcionar como anagramas, se esses nomes sequer foram ditos até aquele momento (posteriormente vão surgir), juntamente com MATAR que foi dito? Destacando algumas das palavras ditas por R. e anotadas pela médica, pode-se montar um (entre outros) esquema anagramático em torno do anagrama MATAR /AMARELAR:

AMARELO	ATO	COMETE
CAMISA AMARELA	PATO AMARELO	COMETA
AMA        ARMA	MAC DONALD	COMIDA
RE	PATO COM LARANJA	
LO		

A                    MA                    RE                    LAR

Como aparecem os outros nomes no esquema anagramático proposto? Vou tomar primeiramente a palavra AMARELO, por manter uma sonoridade muito próxima ao nome ANTERO (nome do pai), na mesma seqüência de vogais a - e - o. A palavra AMARELO, devido a mesma seqüência vocálica, pode servir de "manequim" para o nome ANTERO, tomando o termo 'manequim' emprestado ainda de Saussure dos anagramas. O que pode ser mera coincidência - A \_ \_ \_ \_ O como manequim para ANTERO - parece ser confirmado em outras palavras encontradas na lista fornecida por R. O nome ANTERO se insere na composição anagramática de palavras que tenham o segmento 'SA', o qual ele refere explicitamente ao pai:

AMARELO                    CAMISA AMARELA

SA

abreviatura de Sasá Mutema, (pessoas que se enquadravam como Sá, o meu pai anthero, o Governador brizola, como se eles tivessem pedido ao PDS, as pessoas do meu curso do impacto na Tijuca chamavam um colega deles e meu de Sá-Sá toda hora e eu também quando estava desorientado foi na época da minha crise Sa-sa mutema - mutema, monta em cima

CAMISA    ca-mi-SÁ

## **CAMISA DE COMETA**

uma camisa que eu vi numa janela e que a pessoa pedia para eu vestir que significava rapido como se eu tivesse que fazer propaganda dos ônibus cometa antes de eles sairem (comé-tinha, cu meter)

**SAPATO**    **SÁ-pato**    **SÁ "otario"**

O anagrama ANTERO parece estar presente na palavra AMARELO (nas posições vazias do manequim A - - - - O), e, por convocação de um outro nome (SÁ) na composição anagramática de outras palavras que tenham o segmento SA, como nos sintagmas CAMISA AMARELA e, por omissão, em (SA)PATO (ver SAPATO - SA/pato) AMARELO. Por outro lado, o mecanismo que parece separar os segmentos-tema da palavra AMARELO apóia-se na relação de identidade entre a seqüência dos formas fônicas e algumas formas fônicas dispersas nas outras palavras (e na sentença formada a partir das sílabas - AMA RE LO GO COMETE). Uma dada composição anagramática parece entrar no segmento fônico puro, fora da questão de repetir o nome do pai. Retomando a composição anagramática na palavra AMARELO:

**AMA**        associa-se à garota que ele quer namorar

**RE**         associa-se a CU, presente nas derivações da palavra  
**COMETA**

**LO e GO**    servem de conectores na passagem da palavra à sentença

COMETE associa-se ao ônibus COMETA

Essa segmentação da palavra AMARELO é imprevisível na língua portuguesa. Lado a lado com essa imprevisibilidade, há uma segmentação, por unidade, previsível na língua: as duas desinências verbais indicadoras da 1a. pessoa do singular, presente do indicativo e do infinitivo - AMARELO/AMARELAR. Há previsibilidade também na alteração da categoria de nome AMARELO para a categoria verbal - AMARELO, como ocorre em 'canto' (nome) e 'canto' (1a. pessoa do singular do presente do indicativo). A imprevisibilidade e a previsibilidade, portanto, estão juntas na composição anagramática de outras palavras que permitem se chegar ao anagrama MATAR. Como também em COMETE/COMETA - forma verbal/forma verbal -, vindas de COMETA, nome próprio não-segmentável que muda de categoria, de nome próprio para verbo. Mas de que forma é armada essa composição anagramática?

AMARELO	ATO	ARMA	AMARELAR
MA	T	AR	
M	AT		AR

ou ainda:

AMA	RE	LO	GO	COMETE	AMARELAR
MA				T	AR

ou ainda:

AMA RE LO GO COMETA AMARELAR  
 MA TA R

O possível funcionamento para o que estou chamando de composição anagramática não parece ser um encontro fortuito de formas fônicas e segmentos. As formações anagramáticas, em torno do desejo de R. de matar o pai e o irmão para provar que gosta de mulher, não estariam também sendo tecidas no nome VINTE E OITO, o número dela na ficha de chamada da escola e o número do ônibus COMETA, na série de nomes em torno de VINTE, que também fazem parte da lista? Reparem que a proliferação de incisões nas palavras deixa vazios metonímicos que escapam incessantemente. Em nenhum momento a tentativa de desmontar as composições anagramáticas faz cessar o estranhamento:

20

Vi em ti<sup>16</sup>, collar, vi, em ti um, sucessor do collar<sup>17</sup>, vi em ti dois, vi em ti três, vi em ti quatro, viado de quatro, vi em ti sim cu<sup>18</sup>, vi em ti seis (6, como se fosse um clitoris por dentro livros educativos biologia) vi-em-ti 7 gato eu me achava um gato 7, (é como alguém visse em mim um sete (8, 91, 2, 3 etc...) vi em ti-alguma coisa número vi em ti 8, como se 8 fosse uma mulher de perna aberta mostrando, o anus, e o clitoris, vi en-ti 9 (como se o novê fosse um pênis) como se eu mostra-se para todo mundo que eu tinha um pênis, 30 - trinta - como se eu ou alguém tentasse<sup>19</sup> alguma coisa, o Brizola por exemplo ou outra pessoa qualquer a

presidência da república, ou o município de novo PDT - etc...

E onde encontrar o anagrama RAUL? Afinal R. contou à médica que tinha que matar também o irmão e não somente o pai. A pista pode ser dada por uma sigla, que faz parte da lista de palavras:

UERJ

U er ji - U neste caso significa Raul o meu irmão assim como RA, também quer dizer Raul, ji ou j-significa 'guei'

Estranhamente, no conjunto de palavras ditas em torno da palavra AMARELO, não há sequer uma que tenha a forma fônica correspondente a U, que servisse de monófono (outra expressão de Saussure) na composição anagramática dos nomes em torno de AMARELO e COMETA e remetesse para o anagrama RAUL. Um dífono - CU - vindo de COMETA surge em diversas composições anagramáticas. O RA poderia estar em LARANJA, de PATO COM LARANJA? O 'J' de LARANJA também seria uma incisa de 'GUEI', ligado ao nome RAUL? Em FANTA COM LARANJA, podem-se encontrar os anagramas MATAR E RAUL, quando R. faz uma associação indireta com o ato de matar em "apontar o gargalo para alguém"?

FANTA LARANJA

fã tu la arranja como se quando eu tivesse bebendo no gargalo estivesse apontando para alguém

Apontar o gargalo não poderia ser associado a apontar uma arma, o PATO AMARELO? E nesse caso, a palavra LARANJA não teria em sua composição o anagrama RAUL? Se juntarmos ainda estas palavras com outras da lista, talvez possam ser completados os três núcleos possíveis de composições anagramáticas de palavras que apontam para os três anagramas: ANTERO (nome do pai de R.) / RAUL (nome do irmão de R.) / MATAR (o que ele dizia que tinha que fazer para provar que gostava de mulher). Os três núcleos, pelos esquemas anagramáticos propostos acima, já estão presentes e sintetizados na formação anagramática de AMARELO (apesar de RAUL<sup>20</sup> poder estar presente pela ausência nessa formação) e encontrarem-se também expandidos em outras palavras da lista. Volto à composição anagramática do nome RAUL:

RÔ

Era como eu me chamava a mim mesmo, porque as pessoas da minha rua me chamavam de Rubinho, e eu tinha dois colegas que se chamavam binho e Robinho (Robsom que estuda na UFF), e ninguém me chamava de Rubens

HORA

RÔ Rá, era como se o Rô metesse no Rá. RÔ Rubinho rá Raul, quando eu visse 1 hora, seria uma ro rá etc..., 1 e 24, uma e vi entí 4

OBS.: o 'h' de hora tem a pronúncia do 'h' aspirado como em inglês, segundo R.)

O deslocamento fônico de RU para RÓ não se repete em COMeta e CUMeta? O U, que R. indica como RAUL, não estaria nas formações anagramáticas em torno da palavra AMARELO (AMA / RE / LO ... GO COMETE/CUMETE)? É possível ... Segmentos como formas fônicas parecem ser segmentos significativos para R., apesar de não serem necessariamente unidades significantes na língua portuguesa (a oposição lol/lul, por exemplo, não é significativa na palavra 'cometa').

Apesar de formalmente ser uma lista de palavras, esse dizer apresenta à primeira vista uma estranha particularidade: a convivência de unidades lingüísticas com segmentos materiais da língua constituída na composição anagramática de palavras. A segmentação das palavras nem sempre se conforma totalmente a possíveis segmentações por unidades lingüísticas. Assim, dois pontos imediatos merecem atenção: primeiro, a segmentação de um nome próprio (COMETA); segundo, a segmentação por sílabas, que não são unidades lingüísticas.

Se a segmentação não se conforma sempre aos segmentos previstos por unidades da língua portuguesa, qual o seu papel na composição anagramática de palavras? As composições anagramáticas de COMETA e AMARELO por si só poderiam parecer um mero jogo com formas fônicas e pedaços de palavras. Contudo, a promessa de sentidos imprevisíveis a essas formas aponta para relações anagramáticas outras que devem ser buscadas numa outra dimensão, que não a da língua.

Constatam-se, assim, dois tipos de identidade - uma material e outra relacional - responsáveis pela segmentação

significativa para R.. Não há necessariamente referência ao resto do sistema. Um certo valor particular é atribuído a segmentos, em virtude da similitude material entre formas fônicas e segmentos. A similitude material confere a segmentos materiais o mesmo estatuto produtivo de unidades lingüísticas no interior do sistema da língua constituída.

A possível similaridade fônica, por exemplo, entre *lkol* e *lkwl* na palavra COMETA, tornou esse segmento material, por homofonia, numa unidade produtiva analogicamente dentro do dizer de R.. De uma parte, a formação anagramática mostra-se ambígua porque, ao mesmo tempo que atualiza uma participação da homofonia no objeto da língua, ela torna essa mesma homofonia inassimilável pela língua. Os segmentos *lkol* e *lkwl* não são analogicamente produtivos na língua portuguesa, mas para R. eles o são. Isso provoca um efeito de estranhamento no outro, já que se trata de uma forma inantecipável. Se o segmento material *lkwl*, no texto de R., é integralmente tecido na materialidade da língua portuguesa, porque a essa mesma língua escapa a motivação contingente e produtiva do segmento como unidade (ou de qualquer outro)?

Confiram novamente o papel desse segmento nas composições anagramáticas de outras palavras:

COMETA

cometer - come-tí-dô, cometidô, comi tinha, cú-meterei, cú-mete-Rei, cú-metido, cú-mitidô, comete, cumi-tia, cu-metia

VERDE ver-di<sup>21</sup>, 22<sup>22</sup> (maluco) (mal do CÔ)

## CAMISA DE COMETA

uma camisa que eu vi numa janela e que a pessoa pedia para eu vestir que significava rapido como se eu tivesse que fazer propaganda dos ônibus cometa antes de eles sairem (comé-tinha, cu meter)

COca-COLA      CU-cá, CÚ lá

OCULOS      o CÚ lógico

A redistribuição a que a forma fônica [kw] é submetida nas composições anagramáticas das palavras acima, por exemplo, atribui a ela uma identidade própria. Dá-lhe uma forma de figura positiva em seu caráter contingencial. Os anagramas, os segmentos-tema, as formas fônicas-tema parecem desfazer a relação arbitrária entre material fônico e material semântico, que há na língua, porque imprime às materialidades de segmentos e formas fônicas sentidos absolutos e não-arbitrários.

A solidariedade das composições anagramáticas das palavras nos dizeres vindos de R. indica que também segmentos materiais (que tomam a função de unidades produtivas) e não somente unidades lingüísticas podem limitar a motivação das relações de associação nos dizeres nas esquizofrenias. Assim, há relatividade na limitação da criatividade, sob o ponto de vista do funcionamento da língua constituída, na ordem do imotivado (a significância que segmentos materiais da língua e unidades lingüísticas adquire para R.) e na ordem do relativamente

motivado (um certo segmento material transformar-se em unidades produtivas no dizer).

Assim, para continuar formulando a questão desta tese: o que faz o dizer um dizer na esquizofrenia, há uma necessidade estrutural de abordar o mesmo (o familiar) e o diferente nos dizeres nas esquizofrenias pela ordem da língua constituída e pela ordem do discurso, às quais vou me referir com mais detalhes na parte III. Mas como fazer isso sem que caiamos na armadilha, a "trama imaginária", já anunciada em:

"... é dentro da trama imaginária de uma teoria que se negocia a relação com a loucura: a lógica da ciência oposta a a-lógica da loucura: esquece-se que a loucura (e a poesia) fazem também um certo uso da língua, estando diferentemente presas no real." (Gadet et Pêcheux, 1981:60)

## NOTAS

1. O termo 'demanda' é usado neste trabalho no sentido original de *demandare*, como colocar-se a si mesmo e suas necessidades em mãos do outro (cf. Lacan, *As formações do inconsciente*, transcrição de J. B. Pontalis, mimeo).

2. Termo usado por Lacan e não usado nesta tese devido às implicações que tal termo recebe na Análise de Discurso francesa, vinda de Pêcheux, que também se institui aqui como instrumental teórico.

3. Confiram em Jakobson (1985a - "Poetry of Grammar and Grammar of Poetry" e 1985b - "Linguística e Poética), em Milner (1982 - "A Roman Jakobson, ou le bonheur par la symétrie" e em Pêcheux (1990 - *O Discurso: estrutura ou acontecimento*) a questão do poético em relação à língua e o percurso da possibilidade de se tomar o poético como efeito, como "fato linguístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico" (Pêcheux, 1990:51).

4. O uso da palavra "sujeito" é problemático, eu sei. Mas não encontro outra maneira de nomear essa estranha entidade que, nesse ponto de meu texto, refere-se a um corpo falante.

5. Voltarei a essa questão do imaginário não articulado em

sentidos adiante, quando tratar da estrutura neurótica e da estrutura psicótica. São duas intâncias distintas de imaginário. Na estrutura neurótica, há uma certa construção imaginária de sentidos, enquanto na estrutura psicótica há o que Lacan chama de "proliferação imaginária".

6. Quanto a esse fato, é comum a queixa de que "vozes estranhas" dão ordens, ou seja, vozes estranhas entram no dizer sem pedir licença ao maestro. Uma rebelião de vozes dissonantes?

7. Louro e verdes?

8. R. me explicou que quando via os carros na rua pensava que tinha que ir atrás deles: os carros o chamavam.

9. Raul é o nome do irmão de R.

10. Segundo R., para que ele passasse, como se ele fosse do governo.

11. Paranapuan é o nome da empresa dos ônibus comuns que circulam no lugar onde R. mora.

12. Refere-se à Associação Cristã de Moços, segundo R.

13. Vou manter o termo original *familionär* porque a mesma forma funciona como adjetivo e advérbio no alemão. A forma

famíliarmente, em português, exigiria o acréscimo do sufixo -mente, que a meu ver barra o efeito do chiste por ser um acréscimo de outra ordem.

14. Durante a apresentação de R. a mim pela médica psiquiatra que o acompanhava no Hospital Universitário Pedro Ernesto, no Rio de Janeiro, em 29/4/1992, ficou combinado que R. traria por escrito as "palavras que ele costumava pensar e interpretar de modo particular". Na entrevista que realizei com R., solicitei alguns esclarecimentos sobre a relação de palavras e as interpretações escritas para cada uma.

15. Cometa é o nome do fabricante dos ônibus especiais (os chamados frescões) que circulam no local onde R. mora.

16. Vinte - vi em ti Segundo R., vi-em-ti (o 'ti' refere-se a Ilha) porque no bairro moram pessoas que gostavam de Collor e também no Fundão)

17. R. acha que é o sucessor de Collor.

18. Comentário de R.: cinco - sim cú

19. Trinta refere-se a tentar o poder, segundo R.

20. Efetivamente R. tentou matar o irmão com uma faca. Esse foi o motivo de sua internação por um período.

21. Segundo R., refere-se ao verde que tem no bairro onde mora.

22. Segundo R. é o número dos malucos, assim como o 24 é o número dos viados. 22 refere-se também à arma do maluco

PARTE III: O QUE VOCÊ DIZ NÃO FAZ SIGNO

"A estrutura não leva em contas as pessoas;  
ela é portanto terrível (como uma burocracia).

De nada adianta suplicar-lhe, dizer-lhe

"Veja como sou melhor que H...".

Inexoravelmente, ela responde:

"você está no mesmo lugar; logo você é H..."

Ninguém pode reclamar contra a estrutura."

(Barthes, em *Fragmentos de um discurso amoroso*)

## INTRODUÇÃO: a mágica frustrada da escritura

Se é dentro da "trama imaginária de uma teoria" que se pode abordar o mesmo (o familiar) nos dizeres nas esquizofrenias, aquilo que escaparia à ordem de uma língua e à ordem do discurso, como lugar de antecipação de sentidos, se instala num lugar de borda, numa borda contornada por um espelho mágico, no qual o mesmo se coloca como uma outra coisa, como uma sombra de uma outra coisa que já está lá no espelho. Uma coisa que se desconhece, um lugar de atração e de exclusão.

Na metáfora do bloco mágico, utilizada por Freud, em *Nota sobre o bloco mágico* [1925(1972)], uma mágica se opera nesse jogo de faz-de-contas de coisas que aparecem e escapam como imagens no espelho. É uma metáfora que pretende representar o funcionamento do psiquismo. Essa não é minha questão, mas o bloco mágico torna-se uma feliz alusão para se entrar no jogo de sombras pelo qual os dizeres nas esquizofrenias convocam o outro pelo estranhamento. Um jogo em que a homonímia se prende num movimento de escri-(lei)tura, mas não se completa, porque aquilo que o outro não diria não faz signo para si.

Pode parecer desarrazoado convocar a metáfora do bloco mágico para a representação do psiquismo (ver a leitura que Derrida faz do texto de Freud em Derrida:1967, "Freud e a cena da escritura"), ao me situar teoricamente perante um certo efeito homonímico que os dizeres nas esquizofrenias provocam por seu:

estranhamento. A homonímia está longe de qualquer estabilização que uma representação poderia sugerir, do tipo 'algo representa outra coisa'. Mas está na convocação de algo que provoca estranhamento e que faz com que aquele que ouve os dizeres se ponha na situação de tê-los dito, ele próprio.

A alusão à metáfora do bloco mágico procura a efemeridade do efeito de uma inscrição que não se mantém, da convocação que se faz efeito de estranhamento, mas que se apaga sem dar lugar à outra coisa, já que não faz signo. Seu caráter não é representacional, mas pontual.

Não entrarei no cerne da metáfora original (do bloco mágico) que demanda uma relação entre um texto e uma representação do psiquismo pelo texto (ver Derrida, *op. cit.*). Interessa-me a tessitura dos conceitos-chave da metáfora - 'presença' e 'arquitrça' - que, ressignificados a partir dos efeitos teóricos que a homonímia apresenta para o estatuto do estranhamento do outro diante de um dizer, se tornam significantes para minha reflexão sobre um lugar de conforto diante do familiar e um lugar de perplexidade diante do estranho nos dizeres nas esquizofrenias. É numa cena de um espetáculo de mágicas que sobreponho esses dois conceitos ao movimento da homonímia no estranhamento de quem ouve um dizer, naquilo que eles se constituem como efeito de uma coisa sob outra.

Como num espetáculo de mágicas, em que os truques não são visíveis mas reconstituídos imaginariamente (o aparecimento de uma coisa encobre uma outra coisa), os efeitos dos dizeres sobre o outro são imaginariamente re-(e)feitos e, com isso,

qualquer coisa pode virar qualquer outra coisa. A loucura e a poesia, como dizeres (voltando a Pêcheux e Gadet e concordando com eles), prendem-se diferentemente no real (lugar dos truques), num real que, da borda do espelho mágico, reflete o familiar (o conhecido), mas desfocando a presença do mesmo e transformando-o num efeito de semblante de um arquitráço (um traço primeiro). Daí o estranhamento.

Mas o que um arquitráço teria a ver com esse efeito de homonímia, convocado pelo estranhamento do dizer sobre o outro, se o arquitráço é um traço de memória (cf. Derrida, *op. cit.*:185)? O conceito de arquitráço me parece articulável com a homonímia naquilo que implica seu momento de diferença frente à presença de uma coisa que surge como efeito de estranhamento, em sua natureza de rasura. A homonímia dar-se-ia pelo efeito de algo sob o efeito de rasura de outra coisa. Nesse sentido, a natureza do arquitráço de primazia ou de comando sobre a outra coisa (como o prefixo *arqui-* poderia sugerir) tem um caráter irreversivelmente linear, passando incessantemente de uma coisa para outra (de um ponto de presença que vira arquitráço para outro ponto de presença), sem que haja estabilização nem da presença nem do arquitráço.

É um jogo de presenças e de ausências, um jogo de *fort-da*. É um jogo mágico de uma coisa poder virar outra qualquer. Volto-me para Derrida (1967:248, em "A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas") para articular o lugar do outro no movimento homonímico de que algo se faça signo:

"A presença de um elemento é sempre uma referência significativa e substitutiva inscrita num sistema de diferenças e o movimento de uma cadeia. O jogo é sempre jogo de ausência e de presença, mas se o quisermos pensar radicalmente, é preciso pensá-lo antes da alternativa da presença e da ausência; é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo e não inversamente." (Derrida 1967:248)

Ou seja, aquilo que provoca o estranhamento torna-se "referência significativa" e convoca o outro a fazer signo, mas o "movimento da cadeia" não se completa e essa "referência significativa" passa a ser diferença pura. Dessa maneira, os efeitos dos truques no jogo da homonímia no estranhamento colocam o outro radicalmente no jogo sem que ele conheça as suas regras. Não é como num espetáculo de mágica, em que o mágico enfia um coelho numa cartola, provocando a expectativa de que algo vai acontecer: ele pode tirar uma lebre de fraque e cartola, o mágico pode se transformar num coelho de cartola ou o coelho pode se transformar numa coelhinha da *Playboy* com o mágico no colo, ou a cartola e o coelho podem desaparecer. Mas algo acontece.

O que importa é que o outro tem um certo conhecimento das regras do jogo: algo desaparece para dar lugar à outra coisa. Esse é o efeito do jogo: a mágica produz efeitos, os mais variados efeitos. Mas o que o bloco mágico, a metáfora de Freud,

tem a ver com o mundo das mágicas se o bloco mágico é uma máquina de escrever (Freud, *op. cit.*:5-6, citado por Derrida):

"Eis a sua descrição (de Freud): 'o bloco mágico é uma tabuinha de cera ou de resina, de cor marrom escuro, rodeada de papel. Por cima, uma folha fina e transparente, solidamente presa à tabuinha no seu bordo superior, enquanto o seu bordo inferior está nela livremente sobreposto. Esta folha é a parte mais interessante do pequeno dispositivo. Ela própria se compõe de duas camadas que podem ser separadas uma da outra exceto nos dois bordos transversais. A camada superior é uma folha de celulóide transparente; a camada inferior é uma folha de cera fina, portanto transparente. Quando não nos servimos do aparelho, a superfície inferior do papel de cera adere ligeiramente à superfície superior da tabuinha de cera. Servimo-nos deste bloco mágico praticando a inscrição sobre a pequena placa de celulóide da folha que cobre a tabuinha de cera (...) Uma ponta aguçada risca a superfície cujas depressões produzem o "escrito". No bloco mágico esta incisão não se produz diretamente mas por intermédio da folha de cobertura superior. A ponta pressiona, nos lugares que toca, a superfície inferior do papel de cera sobre a tabuinha de cera e estes sulcos tornam-se visíveis como uma escrita escura na superfície do celulóide que é liso e cinza

esbranquiçado. Se quisermos destruir a inscrição, basta destacar da tabuinha de cera, com um gesto leve, pelo seu bordo inferior livre, a folha de cobertura composta. O contacto íntimo entre a folha de cera e a tabuinha de cera, nos lugares riscados dos quais depende o devir-visível da escrita, é deste modo interrompido e já não se reproduz quando as duas folhas repousam de novo uma sobre a outra. O bloco mágico fica então virgem de escrita e pronto para receber novas inscrições." (Derrida, *op. cit.*:216-7)

O bloco mágico é uma máquina de escrever e, portanto, é uma máquina de produzir efeitos, como os espetáculos de mágicas. O bloco mágico como uma mágica faz surgir e desaparecer coisas: o arquitrão se torna presença, uma coisa faz aparecer outra, para logo em seguida desaparecer. Na mágica, uma coisa pode ser deslocada de um lugar para outro: o coelho da cartola pode aparecer no colo de um espectador. Efeito mais que imprevisível. Coisas surgem, coisas desaparecem: o coelho vira galinha, a dançarina é colocada numa caixa e desaparece, moedas saem de narizes, cartas saem das mangas do fraque e pombas surgem do nada.

No bloco mágico, a presença depende de um arquitrão que possa virar presença - "ela própria (a folha que cobre a tabuinha) se compõe de duas camadas que podem ser separadas uma da outra exceto nos dois bordos transversais" (ver citação acima). A natureza da homonímia convive com essa estranha

natureza da inscrição no bloco mágico: a aderência de uma coisa à outra, duas camadas coladas (faz efeito de UM) que podem ser separadas mas não isoladas (faz efeito de NÃO-UM). Uma camada existe pela presença da outra, sob a outra. A natureza da homonímia também convive com esse estranho efeito da mágica de uma coisa se deslocar e fazer-se lugar como outra coisa.

Mas onde fica o outro para quem o estranhamento se faz sob o efeito de uma homonímia que não se completa? Onde fica o outro sem o qual não há jogo qualquer? A dimensão do outro no bloco mágico só pode ser uma relação de espanto, naquilo que se torna escritura a partir de um traço de memória, de um arquiteço. Algo que já era seu é escrito e o afeta. O espanto pode até ser efêmero: as camadas das folhas podem se separar abruptamente e a inscrição se apagar (mas não o arquiteço). É uma relação de espanto como a descrita por O. Mannoni:

"Uma vez - foi no BAPU -, como começasse a escurecer, pedi a um paciente que acendesse a luz, dado que o interruptor elétrico estava ao alcance de sua mão. Ele assim fez mas ficou muito espantado. Pensei em princípio que ele estava surpreso por ter recebido uma ordem desse tipo. Mas o que o espantava, explicou, era a impressão estranha de ter feito o mesmo gesto que sua mãe quando acendia a luz ...Com efeito, até esse momento, ele nunca falara da mãe. No instante de seu espanto diante do interruptor, ele fazia sua entrada em cena - e, com efeito, pôs-se a falar dela." (O.

O outro não se espanta diante dos dizeres nas esquizofrenias. A escuta daquele dizer não se constitui numa fala virtual sua, pela qual ele se espantaria. O outro nem entra em cena, no máximo fica na platéia, perplexo. É um lado da repercussão teórica da metáfora do bloco mágico sobre a significância que adquire o efeito da homonímia como convocação de que algo pode fazer signo para o outro. No relato de O. Mannoni, o interruptor se fez signo e esse signo fez-se no efeito de espanto, de se ver como outro de si próprio. Mas no show de mágica, trata-se de um jogo bem diferente, um jogo que convoca o outro não para o espanto, mas para um imprevisível de certa forma já esperado: as regras do jogo da mágica já são conhecidas. O imprevisível pode até dar lugar a um certo espanto, mas esse espanto será de outra ordem: fácil, fácil o espanto acaba em aplausos, já que algo de si não precisou ser revelado.

É, portanto, pelo outro (o espectador) que o efeito da mágica se faz. A mulher que é serrada dentro da caixa e logo em seguida sai inteirinha dançando o *can-can* se torna mágico. Um efeito de horror (da mulher esquartejada) é substituído por outro efeito, de alívio (porque nada aconteceu). Um efeito vira outro. Nesse sentido, há um certo efeito de homonímia sobre o outro. Mas quando R. segmenta o nome COMETA, implodindo-o, transformando seus pedaços em outra coisa, ele é que está sob efeito da homonímia, efeito esse que afeta o outro, porque também convoca um efeito homonímico, mas que o exclui porque o outro não sabe do

que ele está falando.

Não há espanto, como no caso do paciente de O. Mannoni, porque não há uma escuta que vem de uma fala virtual sua. R. também não se espanta com o que diz. Não há uma escuta virtual como outro de seu próprio dizer. No espetáculo de mágica, você pode até não entender como a mulher se livra do esquiteamento, mas você pode supor que a caixa tinha um fundo falso, ou que a mulher se contorceu toda e ficou num pedacinho da caixa não atingido pelo serrote. Enfim, o fato de você não saber como foi feito o truque não afeta o efeito mágico sobre você, porque imaginariamente você pode reconstruir um truque<sup>1</sup>. Você pode se colocar no lugar do mágico e imaginar várias possibilidades de truques para que a mulher não tenha virado picadinho.

Nos dizeres nas esquizofrenias, não. O outro não pode se colocar na condição de dizer o que é dito, porque ele desconhece os truques, ele desconhece as regras do jogo. Ele não pode tornar imaginário algo que a sua fantasia não permite construir, a fantasia de poder ter dito aquilo. Daí a convocação do movimento homonímico surpreender o outro: alguma outra coisa precisa ser dita para que aquilo possa virar outra coisa, algo que ele poderia ter dito. Só que essa "alguma outra coisa" se torna assustadora, porque é desconhecida. Só resta um recurso para o outro: excluir-se daquilo que é dito.

Uma exclusão de outra ordem daquela que poderia provocar uma língua estrangeira, totalmente desconhecida. Uma exclusão que ecoa no estranhamento e num certo alívio de saber que jamais ele, o outro, diria aquilo que é dito. Mas como essa

certeza é ameaçada pelo que tem de familiar naquele dizer, metaboliza-se o temor com o alívio e aquela "alguma outra coisa" que precisava ser dita para que o outro pudesse dizer aquilo que é dito encontra saída no chamar o outro de louco. É pela palavra que se afasta a ameaça da identificação com o familiar.

O dizer, como o vindo de R., sob efeito da homonímia, gruda na inscrição os dois efeitos (as duas camadas da folha), mas, para que se faça signo, uma camada tem que deixar trans-(a)parecer a outra. Ou seja, o dizer não se produz diretamente, mas por intermédio da "folha de cobertura superior" - a folha de celulóide, a parte visível da inscrição - a língua constituída. O papel de cera, colado a esta e aderido à tabuinha, é da ordem daquilo que recebe as marcas da inscrição sobre a primeira camada ("a ponta aguçada que risca a superfície do papel"), mas que é de outra natureza, de uma natureza que não "se escreve" por si própria, mas que é dada de antemão para que a inscrição na superfície da primeira camada se faça signo.

Essa segunda camada é da ordem do discurso, da ordem da circulação de sentidos antecipáveis. No bloco mágico, esta incisão também não se produz diretamente, mas por intermédio da folha de cobertura superior. Uma camada é necessária à outra para produzir a escritura. A escritura (o dizer) precisa da língua constituída e do discurso (discurso no sentido de Pêcheux).

A língua constituída, então, seria uma espécie de coelho colocado na cartola para dar lugar à lebre ou à coelhinha da *Playboy* ou ao que quer que seja? Nos dizeres nas esquizofrenias, as duas folhas sobre a tabuinha perdem a

aderência: você vê o coelho, vê a lebre e, até, a coelhinha da Playboy, mas não entende o que eles estão fazendo em cena. Não há magia. O mágico falha e "esquece" de fazer desaparecer o coelho, a lebre e a coelhinha da Playboy: tudo fica à mostra. Um tudo de tal ordem, que só se vê sombras, caricaturas. A falha é do mágico que provoca um outro efeito no outro, a suspensão do efeito da magia, a suspensão da homonímia que é convocada na hora em que se vê o coelho entrar na cartola. Mas o dizer não "fica virgem outra vez" (como no bloco mágico quando se apaga a inscrição) à espera de que algo produza efeito sobre o sujeito (o efeito-mágico) para que afete seu dizer e assim esse efeito se torne outro:

"... se quisermos destruir a inscrição, basta destacar da tabuinha de cera, com um gesto leve, pelo seu bordo inferior livre, a folha de cobertura composta. O contacto íntimo entre a folha de cera e a tabuinha de cera, nos lugares riscados dos quais depende o devir-visível da escrita, é deste modo interrompido e já não se reproduz quando as duas folhas repousam de novo uma sobre a outra."

O dizer nas esquizofrenias não fica virgem para "receber novas inscrições" porque, no movimento de interpretação vindo do outro convocado pelo familiar, lugar de um efeito, algo fica lá congelado (como uma imagem congelada no vídeo) à espera de uma virada, uma virada para outro efeito. Chame-o de louco e

para chamá-lo de louco algo do que é dito tem que permanecer. O delírio está aí exatamente para isso, para não deixar qualquer margem de dúvida sobre a loucura, para não se exigir desse outro, atônito frente ao dizer, que ele diga aquela "alguma outra coisa" que precisa ser dita para que ele possa dizer virtualmente aquilo que é dito.

O outro não sabe do que se fala porque ele não sabe tudo que ele possa vir a falar. Um louco fala e não se espanta. É sobre o mágico-louco ou o louco-mágico que recai o não-saber fazer mágica porque ele não sabe fazer desaparecer o coelho - a língua constituída está lá pronta, tal qual o coelho, de orelha em pé, "esperando" que um efeito da ordem da escuta submeta-a à homonímia, para se trans-bordar.

## 1. ABRACADABRA ... O QUE SAIRÁ DA CARTOLA?

Que uma coisa tenha que virar outra para fazer signo, essa parece ser a jogada nos dizeres. O mundo das mágicas e a metáfora do bloco mágico indicam o movimento de virada, esse movimento de virada que me parece estar no centro da questão: o que faz o dizer um dizer na esquizofrenia. Um movimento de virada, um movimento de fazer signo para alguém. Mas esse fazer signo só se cumpre na relação do outro com os dizeres. Que possibilidades de relação são essas? Como o outro se coloca frente aos dizeres? De que estratégias de contenção o outro se arma para aprisionar um dizer numa unidade de significação?

Para refletir sobre algumas estratégias de contenção, partirei de um texto de Orlandi (1988:101-117) sobre a distinção entre inteligível, interpretável e compreensível. Mesmo sendo um texto originado de uma reflexão de uma época e que não condiz com o estágio atual de reflexão de Orlandi, essa proposta mostra uma forma original de se abordar o papel do outro na produção de leitura - "quem lê também produz sentidos" - e tira do texto uma suposta imanência de efeitos de sentidos que teriam que ser capturados pelo leitor, efeitos que já estariam no texto. É uma proposta, portanto, que permite situar o outro em diferentes posições diante dos dizeres.

Apesar disso (e mesmo por isso), as fronteiras entre o inteligível, o interpretável e o compreensível não podem ser facilmente demarcadas nos dizeres de uma maneira geral, e,

particularmente, nos dizeres nas esquizofrenias. A articulação entre essas três posições se torna complicada. É exatamente de um outro que os dizeres nas esquizofrenias adquirem paradoxalmente uma certa inteligibilidade, mas nenhuma interpretabilidade. Onde terminaria o inteligível e começaria o interpretável?

Os três níveis de relação do outro com o dizer nessa proposta permitem-me considerar, fazendo um deslocamento que contempla mais aquilo que afeta o outro e que se instala no dizer, essas relações distintas não como causas da produção de uma certa significação, mas como efeitos da relação do outro com os dizeres. Orlandi propõe três tipos de relações:

a) o inteligível: a que se atribui sentido atomizadamente (codificação);

b) o interpretável: a que se atribui sentido levando-se em conta o contexto linguístico (coesão);

c) o compreensível: é a atribuição de sentidos considerando o processo de significação no contexto de situação, colocando-se em relação enunciado / enunciação.

Os dizeres nas esquizofrenias mostram que essas não são as únicas relações possíveis do outro com um dizer. Ainda mais especificamente, esses dizeres indicam que o outro se coloca em posições variadas diante da língua que vão além da "atribuição de

sentido atomizadamente", por exemplo, no que concerne à inteligibilidade. A semântica da língua constituída não garante nada. No que se refere à interpretabilidade, esses dizeres também indicam outras relações que vão além do "contexto lingüístico" e do "contexto de situação". A coesão e a coerência também vem da relação do outro com os dizeres<sup>2</sup> e não de um estado imanente do dizer a ser apreendido pelo outro. No que se refere à compreensão, a semântica discursiva (ver Pécheux 1988) só garante certos sentidos antecipáveis nas formações discursivas socioculturalmente determinadas.

Que tipo de relação-efeito sobre o outro haveria, por exemplo, a resposta que o sujeito na esquizofrenia dá ao psicanalista, no seguinte exemplo citado por O. Mannoni:

"Ao fazer (referindo-se a Bion) uma interpretação a um esquizofrênico que dilacerara um pedaço de pele do rosto, Bion disse que esse gesto equivalia a arrancar o pênis. O esquizofrênico respondeu-lhe que "pênis" é uma palavra composta de duas sílabas." (O. Mannoni, 1992:140)

Primeiramente, a escuta do que o outro (o psicanalista) diz parece não afetar o sujeito na esquizofrenia. Eu havia feito na parte II algumas considerações a respeito dessa relação estranha entre um "eu" que se enuncia e o outro, mas sob uma perspectiva diferente, que subverte de forma até certo ponto radical uma teoria de enunciação que se sustenta na relação

eu-tu. Mas o que está em jogo nesse exemplo de O. Mannoni ultrapassa essa relação, interdita ao sujeito na esquizofrenia. Trata-se aqui de uma relação muito particular com a língua constituída.

Uma relação particular com a língua constituída não pelo fato de o sujeito na esquizofrenia se colocar perante ela como se a língua fosse totalmente desconhecida para ele, mas numa relação em que se está ainda imerso naquilo que ela pode prometer de significações. Não se separa, em sílabas, palavras de uma língua constituída totalmente desconhecida porque a não-significação, o não ser capturado pelos sentidos, impede qualquer segmentação no fluxo da fala. Uma relação em que uma menção a uma entidade lingüística, a sílaba, é formulada. O fato de a palavra do outro ter sob o sujeito na esquizofrenia algum efeito colocado numa posição outra perante a língua que não seja aquela previsível de espera da promessa de sentidos, apesar de se estar ainda na língua.

Uma posição particular em que o sujeito na esquizofrenia pode espontaneamente se colocar, como os dizeres vindos de R., comentados na parte II, nos mostram. Mas essa colocação diante da língua constituída, provocada pelo dizer do outro, assume uma especificidade de outra natureza. Porque o não estranhar o que o psicanalista diz corresponde ao estranhamento do psicanalista diante do que ele diz. Ambos estão sob o mesmo efeito perante a língua, um efeito de que nada garante o sentido. E essa assimetria dos dois efeitos na relação com a língua constituída, um que implica sentido e outro que implica o

não-sentido, indica que os efeitos da língua sobre o sujeito na esquizofrenia e sobre o outro podem ser semelhantes. Daí que o efeito de inteligibilidade não deve ser considerado numa redução da língua ao código, já que podem ser vários os efeitos de uma língua sobre o sujeito e sobre o outro, inclusive o efeito de não-sentido.

A língua constituída, portanto, não só pode ser o lugar do código (no sentido de que pode trazer significações), como também ser da ordem da equivocidade, na medida em que seus efeitos sobre o sujeito e o outro provocam posicionamentos distintos frente a ela, posicionamentos esses que podem ou não ter efeito de inteligibilidade sobre o sujeito e sobre o outro. Sendo o código mais da ordem de uma teoria da informação do que propriamente da língua, enquanto provocadora de efeitos, a "atribuição de sentidos atomizadamente", proposta por Orlandi em 1988, torna-se excessivamente redutora na medida em que não contempla outras possibilidades de efeitos da língua sobre o sujeito e sobre o outro.

Continuando com Orlandi: "no seu trato usual com a linguagem, o sujeito apreende o inteligível, e se constitui em intérprete" (*op. cit.*:116). Por que o outro, então, diante dos dizeres nas esquizofrenias "apreende o inteligível" e não "se constitui em intérprete"? Quais as fronteiras entre o inteligível e o interpretável? Para refletir sobre essas questões, partirei de um outro lugar (não mais do lugar do código que seria o lugar do inteligível), mas do lugar da língua constituída que antecipa efeitos de sentidos pela ação da língua constituída sobre o dizer.

Voltemos por um instante aos chistes.

O chiste poderia estar preso a um certo efeito de interpretabilidade. No chiste, algo de inquietante é desfeito nesse efeito sobre o outro. Num espetáculo de mágica, a questão não é só reconhecer a virada do coelho em lebre em galinha em pomba ou em que quer que seja. O efeito de inteligibilidade do chiste permite uma passagem imediata a um efeito de interpretabilidade (sabe-se logo se é lebre ou coelhinha da *Playboy* ou outra coisa). Um efeito de uma posição perante a língua constituída (o reconhecimento do coelho - o reconhecimento de sentidos prometidos por ela) dá lugar a outro efeito de outra posição perante essa língua (o reconhecimento de outros sentidos além dos prometidos).

Dessa forma, como no chiste do *familionär* (familiar), composto a partir de *familiär* (familiar) e *Milionär* (milionario), o efeito de inteligibilidade colocaria o outro a um passo do efeito da interpretabilidade. Esse efeito acaba em riso. A inteligibilidade e a interpretabilidade, nesse sentido, seriam efeitos de um fazer signo para o outro, para aquele que ri.

A condensação nos chistes (*familionär* composto a partir de *familiär* e *Milionär*) se desdobra nessa passagem de efeitos, da inteligibilidade para a interpretabilidade. A condensação faz rir nessa passagem. Os efeitos de inteligibilidade e de interpretabilidade vem via identificação simbólica. Ri-se daquilo que se pode se conhecer. Ninguém ri de algo não-conhecido. O não-conhecido atemoriza. A condensação é um jogo de

esconde-esconde, um baile de máscaras onde se dança tranquilo porque há a certeza de que por trás de cada máscara há um rosto, há algo e não um vazio. Não é preciso conhecer todos os rostos dos dançarinos no baile para não se atemorizar. O efeito de inteligibilidade está em se reconhecer que aquilo que se vê é uma máscara e que por trás da máscara há um rosto. O efeito de interpretabilidade vem da identificação com uma certa fisionomia atribuída ao rosto.

Nos dizeres nas esquizofrenias, as formações ou composições anagramáticas fazem parte de um processo de proliferação imaginária que impede um efeito de interpretabilidade sobre o outro, via identificação simbólica. As formações anagramáticas causam estranhamento e não fazem rir. O estranhamento nos dizeres nas esquizofrenias está preso ao efeito de inteligibilidade que não vira efeito de interpretabilidade. Ou seja, vêem-se as máscaras, mas não há fisionomias por detrás delas. Não se trata de um não-reconhecimento radical porque as máscaras trazem contornos de rostos, rostos cujas fisionomias jamais serão re-veladas.

1.1 O que subsiste por si mesmo na língua que provoca efeitos de inteligibilidade e de interpretabilidade?

A distinção entre inteligível, interpretável e compreensível no trabalho de Orlandi (1988) é esboçada a partir da perspectiva de Halliday (1976). A língua constituída (na versão original do trabalho, o código) é considerada, por

excelência, o lugar de provocação do efeito de inteligibilidade, mas, como o exemplo citado de O. Mannoni ajuda-nos a refletir, esse lugar não garante muita coisa já que outras posições perante a língua constituída podem surtir sobre o outro efeitos de equívocidade.

Resumindo a proposta de Orlandi, com minhas palavras, o inteligível é da ordem do código (da atribuição de um sentido cristalizado, já dado no código); o interpretável é da ordem do fechamento do dizer, daquilo que garante a coesão do dizer, ou seja, da atribuição de uma unidade significativa (nesse trabalho de Orlandi, da atribuição de sentido "levando-se em conta o contexto lingüístico"); e o compreensível, da ordem daquilo que instaura o reconhecimento de sentidos sócio-historicamente determinados na sua relação com posições discursivas.

Obviamente que a distinção entre inteligível e interpretável ultrapassa a perspectiva apontada por Halliday. O exemplo de Halliday de que a sentença "Ele disse isso" é inteligível mas não é interpretável, devido à impossibilidade de se atribuir uma interpretação porque as "relações semânticas não asseguram a coerência interna do enunciado", fica aquém da dimensão da relação entre o outro e os dizeres nas esquizofrenias.

A relação entre os efeitos de inteligibilidade e de interpretabilidade mostra-se totalmente outra num enunciado do tipo - "Eu sou o eletroencefalograma" - proferido por G., numa conversa informal comigo. Há um choque entre os efeitos. "Eu sou o eletroencefalograma" provoca um certo efeito de

inteligibilidade, mas nada garante que esse efeito conviva com um efeito de interpretabilidade. O efeito de não-interpretabilidade do enunciado não se deve à falta de coerência interna, como no exemplo de Halliday - "Ele disse isso" -. Há uma frustração diante daquilo que a língua constituída provoca no outro, a promessa de sentidos antecipáveis que permite o "reconhecimento" de posições conhecidas perante a língua. O não-reconhecimento inviabiliza o fazer signo para o outro, o que, supostamente, garantiria a coesão e a compreensão do enunciado. Ou seja, a ilusão da transparência do sentido, nos sentidos antecipáveis, dar-se-ia caso o outro se identificasse com posições conhecidas e comuns ao sujeito no enunciado.

O efeito de interpretabilidade ultrapassa o "plano de contexto lingüístico" (um plano de coesão) que poderia garantir a coerência do enunciado (segundo a perspectiva de Halliday). A minha conversa com G. deu-se no interior de um hospital, onde G. recebia tratamento ambulatorial e onde ele foi submetido ao exame de eletroencefalografia. Vamos dizer que por estar inserido nesse contexto extralingüístico, o enunciado poderia provocar um certo efeito de interpretabilidade, um certo efeito de coerência. Mas isso não ocorreu. E por quê?

Os dizeres nas esquizofrenias, cujas transcrições e textos já foram apresentados nas partes I e II, provocam efeitos de inteligibilidade. Eu diria até que esses efeitos garantem a condição mínima do dizer de se manter como tal. Sem essa condição haveria apenas uma produção linguajeira. Mas os dizeres nas esquizofrenias não são produções linguajeiras. Quero dizer, algo

subsiste por si mesmo nesses dizeres que garante um certo efeito de inteligibilidade e que sustenta o sujeito e o outro na língua constituída. Mas em todos eles, essa condição mínima do dizer não garante um efeito de interpretabilidade. O efeito de interpretabilidade cessaria com o estranhamento? Como isso não acontece, o efeito de inteligibilidade perpetua o estranhamento.

O que parece se constituir uma fronteira nítida entre dois efeitos (inteligibilidade e interpretabilidade) poder-nos-ia levar a cair numa armadilha: a de que uma sistematicidade que se manifesta na relação entre categorias gramaticais, da ordem da língua constituída, garantiria o efeito de inteligibilidade com sua promessa de sentidos e a de que a coerência e a coesão são dadas de antemão pelo "contexto". Como não deixar o coelho cair na armadilha?

A sistematicidade, a que me refiro, seria da ordem da língua constituída, da ordem de relações gramaticais previstas por esse sistema. Isso não evitaria, contudo, que, juntamente com essa sistematicidade que se manifesta, ocorresse um movimento simultâneo de desestruturação de outras relações gramaticais abalando a sua estabilidade e quebrando a promessa de sentidos que poderia vir da sistematicidade.

Assim, os dizeres nas esquizofrenias tornam-se estranhos ao outro porque ele reconhece a própria língua constituída pela sistematicidade que ela manifesta (o efeito do familiar), mas a rejeita como sua pela desestruturação de certas relações gramaticais (o efeito do estranho). Paralelamente o outro se vê colocado numa posição perante a sua língua - "isto me

é familiar portanto eu devo compreender" - e em outra posição perante essa mesma língua por sua desestruturação - "eu não compreendo, portanto, não é a minha língua". Efeitos ameaçadores com certeza já que o outro se posiciona esquizofrenicamente frente a língua, ora como sua língua materna, ora como se ela fosse uma língua estrangeira.

Como não estranhar essa duplicidade de efeitos? A sistematicidade, que se manifesta no dizer, tranquiliza o outro na relação familiar com a língua constituída e dá lugar a uma relação estranha com a própria língua na avassaladora desestruturação de certas relações gramaticais. Dito de outra maneira, como o que é da ordem do sistemático subsiste na desestruturação? O que na ordem da sistematicidade impede a desintegração total do dizer? Qual o limite máximo de desestruturação e o limite mínimo de sistematicidade que garantiria ou não a legitimidade desses dizeres?

Volto ao enunciado "Eu sou o eletroencefalograma". Há um certo efeito de inteligibilidade nesse enunciado que permite que o outro o reconheça como um enunciado da língua portuguesa. Esse efeito sustenta-se, entre outras coisas, pelo efeito de sentido da sintaxe que organiza seus constituintes e que faz o outro reconhecer sua língua. Um efeito de sentido que releva de uma certa posição em que o outro é colocado perante a língua - "essa é uma sintaxe conhecida, é a sintaxe da minha língua". Alguma coisa da ordem do efeito que a sintaxe produz na mediatização de uma relação entre posição no enunciado e sentido. Um efeito de sentido que se sustentaria por si próprio, um efeito

da língua constituída, como uma das "manifestações do que se pode chamar de autonomia relativa da língua":

"A noção de autonomia relativa da língua caracteriza a independência de um nível de funcionamento do discurso em relação às formações ideológicas que nele se articulam, nível de funcionamento relativamente autônomo de que a lingüística faz a teoria. O conceito que permite pensar este nível de funcionamento é aquele de *língua (langue)* (ênfase do autor). A autonomia é relativa, pois na produção e na interpretação do que se chamara *seqüências discursivas* (ênfase do autor), isto é, discursos "concretos", as fronteiras entre o que separa o que releva da autonomia relativa da língua e o que releva da determinação destes discursos "concretos" face às formações discursivas (ênfase minha), no sentido que definimos acima, não podem ser assinalados *a priori*. Em outras palavras, para nós todo discurso "concreto" é duplamente determinado, de um lado pelas formações ideológicas que relacionam este discurso a formações discursivas definidas, de outro lado pela autonomia relativa da língua." (Henry, 1990:58-9)

Se o efeito da língua produzido pela sintaxe coloca o outro numa posição confortável perante a língua constituída, o que explicaria o estranhamento do enunciado? Concordo, com Henry, que as fronteiras entre níveis de funcionamento da língua

constituida e de funcionamento do discurso não podem ser definidas *a priori*, o que marca as posições ambíguas diante dos efeitos que a língua provoca no outro: um de sentido e outro de não-sentido. "Eu sou o eletroencefalograma" atinge o outro com dois efeitos ambíguos (daí o estranhamento), provocando um movimento de homonímia na procura de que o não-sentido cesse, se faça signo.

O efeito provocado pela língua no outro cria um certo espaço de inteligibilidade, um efeito que se desdobra em outro ao convocar uma posição de saber sobre sua própria língua. Um saber (como efeito) da ordem da emissão de julgamento se algo pertence à língua constituida ou não. Essa ambigüidade entre estar na língua, ao ser afetado por um efeito de sentido relativamente autônomo, e não estar na língua, ao ser efeito de uma posição de julgamento de que pertence ou não pertence à língua, pode ser re-teorizada a partir da seguinte colocação de Milner:

"Une fois encore, il faut lever une ambiguïté. En réalité, il convient de comprendre que l'exemple sténographie une proposition dont il est lui-même, en mention, le sujet. Ainsi, l'exemple *le ciel est bleu* sténographie la proposition empirique *(le ciel est bleu se dit)*. Ce n'est donc pas l'exemple en lui-même qui constitue la proposition empirique, mais bien la proposition qu'il sténographie; cette proposition a la forme d'un jugement d'attribution, dont le sujet est une donnée de langue e dont le prédicat est du type *(se*

rencontrer/ne pas se rencontrer), (se dire/ne pas se dire), etc. On peut parler à ce propos de jugement de grammaticalité." (Milner, 1989:51, ênfases do autor)

E mais adiante:

"Le fait est que l'activité grammaticale existe (...) Elle est aussi fort répandue: en vérité, elle est supposée par le moindre système de poésie. Car enfin, toute poésie repose sur un retour du même dans la langue. Pourtant, jamais la perception sensible ne suffit à déterminer ce qui comptera ici comme même et comme différent; il y faut une doctrine autonome, laquelle se fonde nécessairement sur un jugement que le sujet porte sur la propre langue. Implicite ou explicite, ce jugement dans son essence, est grammatical. Or, toute langue est capable de poésie; il en suit que toute langue est capable de grammaire." (Milner, *op. cit.*:53)

Esse efeito da língua constituída sobre o outro que o coloca numa posição de "retorno sobre a própria língua", mesmo fora da poesia, faz parte do efeito de estranhamento que os dizeres nas esquizofrenias provocam. Porque nesse retorno há o julgamento de gramaticalidade, um julgamento da ordem do possível e do impossível. Continuando com Milner:

"On peut émettre un jugement différentiel concernant les données de langue. Le principe de ce jugement différentiel est que tout ne peut pas se dire. Autrement dit, le jugement concerne ce qui en matière de langue est possible ou impossible; il suppose donc qu'il y a un impossible de langue. (...)

*Le possible de langue et le possible matériel peuvent ne pas coïncider*" (Milner, *op.cit.*:55, ênfase do autor)

O efeito de emissão de julgamento é da ordem da escuta virtual do enunciado como se o outro próprio tivesse dito o enunciado. É uma escuta virtual de uma fala virtual, mas que coloca o outro sob um efeito de emitir julgamento de gramaticalidade, de dizer que o enunciado é possível naquela língua. Assim, o efeito de inteligibilidade é um efeito da ordem do possível, da ordem de uma posição perante a língua constituída. Reparem em outros enunciados retirados de uma conversa entre G. e mim, cujos efeitos de inteligibilidade também relevariam do efeito da sintaxe enquanto efeito de uma produção "autônoma" de sentido e de uma posição perante a língua que emite um julgamento de gramaticalidade:

- (a) Deixar a vida é estudar o mistério.
- (b) A lei da vida é não violar o seu interior que só tá violado mesmo.
- (c) Eu estou estudando a metamorfose da mortalidade.

A proposição de Milner (1989), acerca da noção de gramaticalidade proposta por Chomsky, permite que se contemple uma certa condição de inteligibilidade como efeito da língua constituída sobre o outro, e que é o efeito do familiar: o outro que julga a gramaticalidade numa posição outra à do estranhamento. Para um enunciado provocar efeitos de inteligibilidade, de gramaticalidade, ou seja ser julgado como pertencente aquela língua, tem-se que fazer um retorno sobre o próprio movimento de ação da língua no dizer.

Não se faz isso da mesma maneira com todos os dizeres. O movimento de retorno encontra-se de forma diferente na poesia, na literatura, nos chistes, na propaganda. O movimento de retorno implica ressignificação, implica fazer signo. Mas, nos dizeres nas esquizofrenias, o movimento de retorno sobre a ação da língua constituída não se completa no fazer signo. O movimento de retorno garante apenas uma certa legitimidade do dizer, o se estar na língua, enquanto condição de seu funcionamento, enquanto promessa de sentidos. A dimensão humana está salva.

A ação da língua constituída num dizer pode provocar movimento de retorno sempre que o que é dito convoca o outro pelo efeito de estranhamento. O estranhamento convoca o outro para que ele ocupe a posição do dizer como enunciador do enunciado. Ele estranha o enunciado exatamente por julgá-lo possível. Um efeito, portanto, da língua de retorno sobre si mesma que é da ordem do possível ou do impossível, do correto ou do incorreto, do aceitável ou do inaceitável. Agora, esse possível, esse aceitável, esse correto podem não coincidir com o possível

material, como afirma Milner (1980:55), mas é sempre esse possível que garante um limite mínimo de inteligibilidade, que faz com que os dizeres nas esquizofrenias não excluam seus sujeitos da língua, que eles sejam também efeitos da língua constituída.

A condição de se saber uma língua está em julgar seus próprios enunciados e os dos outros. E a condição de se falar uma língua está na busca de um espaço de inteligibilidade, um espaço do possível. Essa condição encontra-se nos dizeres nas esquizofrenias, apesar de a relação entre os sujeitos nas esquizofrenias e a língua constituída ser diferente: um sujeito na esquizofrenia não é capaz de emitir julgamento se um enunciado é possível ou não. Ele não pode se corrigir porque ele não estranha o que diz e o outro pode julgar seu enunciado inteligível ou ininteligível se ele se coloca na posição do dizer, ou seja, se o outro pudesse dizer ou não aquilo que o sujeito na esquizofrenia está dizendo.

Essa busca do espaço do possível reveste-se nos dizeres nas esquizofrenias de uma particularidade que nos convoca, como outro desses dizeres, a tomar uma posição perante a língua constituída totalmente imprevisível: uma posição de estrangeiros frente à nossa própria língua. Uma posição que é um efeito de se estar num lugar exterior à língua. Os lugares de ruptura nesses dizeres, que provocam o estranhamento, são variados. Há uma revelação totalmente imprevisível de combinações de unidades e segmentos da língua. É como o estranhamento provoca o efeito de retorno sobre ela na busca da possibilidade daquele dizer se

manter, os movimentos de retorno exigirão do outro frente ao dizer posições distintas diante das formas de sistematicidade em que a língua constituida se põe em ação. Sistematicidades morfológica, sintática e fonológica que o convocam a um movimento de fazer signo. Reparem no trecho de conversa, abaixo, entre G. e mim:

G: Ele trata de viver tecnicamente.

I: É como é que é viver tecnicamente?

G: Viver tecnicamente é você estudar o início da sua vida, você viver consciente. É você buscar a consciência na sua vida.

I: É como é que a gente busca essa consciência, você sabe?

G: Como é que você busca isso? É só você se mentalizar para isso. Você vai viver eternamente muito bem, compreendeu?

I: Você consegue fazer isso?

G: É, isso foi feito pela alma do espírito do trabalhador comum, tanto tempo, até a hora da mentalização das operações que foram necessárias no início da *mausa*, que é o início da *mausa*, que é que foi necessário, no certo através do uso técnico, sabe? Da lei técnica, sabe?

I: Uhm ...

G: Através da troca de palavras, compreendeu?

I: Uhm ... das palavras?

G: Atraves do código das palavras.

L: Que código é esse?

G: Os códigos das palavras, que são feitos para mentalizar que os seres se foi, compreendeu?

L: Que ... (G interrompe)

G: Que e a lei ... compreendeu?

L: Voce quis dizer que as palavras serviriam para curar?

G: Sim, sim, serviriam para curar em perfeito dominio. Porque essa palavra liberta os seres que passam em outro tempo. São seres moveis, em movimento fixo, compreendeu?

A conquista de um espaço de inteligibilidade no dizer encontra-se fortemente marcada pela estruturação sintática. As regras de estruturação sintática dos enunciados encontram-se preservadas na disposição funcional de categorias lexicais na estrutura. Os enunciados podem ser considerados bem-formados sob o ponto de vista da relação entre posições de categorias lexicais e funções sintáticas previsíveis na estrutura sintática.

Assim, o nome 'vida' exerce a função de núcleo do sintagma preposicionado 'da sua vida' e o 'viver' em sua forma infinitiva com funções de nome exerce a função de núcleo de sintagma nominal. Em seguida, encontram-se sintagmas adverbiais e sintagmas preposicionais previsivelmente bem-formados com o advérbio 'tecnicamente' e os adjetivos 'técnico' e 'técnica', respectivamente. O advérbio exercendo junto ao verbo a função

modificadora previsível e o adjetivo exercendo a função caracterizadora junto ao nome, núcleo do sintagma preposicional. Da mesma forma, os sintagmas verbais se constituem por um adjetivo com função modificadora de advérbio - 'consciente' - e por um nome 'consciência' que exerce a função de objeto junto ao verbo. Enfim, relações previsíveis entre sintagmas produzem um efeito familiar de organização sintática.

Assim, de uma maneira previsível é mantida a "respeitabilidade estrutural" da estruturação morfossintática dos enunciados. Isso torna o dizer familiar ao outro. A organização morfossintática previsível na língua constituída torna-se um dos pontos estruturais de sustentação do dizer, de compromisso com o sistema da língua. A estruturação previsível, contudo, coloca o outro numa outra posição perante essa língua. Porque se a organização morfossintática, por um lado, mantém um certo espaço de inteligibilidade, de reconhecimento de que aquela é a mesma língua do outro, por outro lado, essa mesma organização morfossintática convoca outra posição: aquela de estranhar as relações de efeitos de sentidos entre os itens lexicais que se encontram nas posições previsíveis pela sintaxe.

Estaria o nível morfológico compensando a desestruturação parcial na relação entre os efeitos de sentidos dos itens lexicais e a estruturação sintática? As seqüências de entradas lexicais derivadas regularmente de um mesmo morfema (viver/vida; técnico/tecnicamente; consciente/consciência; moveis/movimento; mentalizar/mentalizações) não provocariam efeitos de familiaridade que convocariam o outro a uma posição

perante a língua de procurar em sua semântica algo que se fizesse signo? "O sentido não é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher para obter *status* linguístico" (cf. Benveniste, 1988:130)?

Não seria essa mesma convocação a responsável por outra convocação que redundaria na frustração da expectativa ao se constatar que a língua constituída não garante significação qualquer e que portanto interdita a convocação de efeitos de interpretabilidade? O estranhamento não viria da convocação "esquizofrenica", de sinalizações opostas, de colocar o outro em duas posições paradoxais, uma que promete sentidos e outra que só tem a oferecer o não-sentido?

O "apego" ao morfema, como unidade gramatical básica de estruturação morfossintática dos enunciados, não seria uma condição de assujeitamento do sujeito na esquizofrenia à língua? Um sujeito na língua, afetado pelos efeitos da língua? Um sujeito da língua colocado numa relação particular com ela, como efeito de sua estrutura?

A unidade gramatical, o morfema, não poderia estar provocando um efeito controlador na organização dos enunciados no lugar de outra unidade gramatical, a sentença? A relação funcional e distribucional previsível entre categorias lexicais nos enunciados, como (V)/ (N), (ADV)/ (ADJ), (ADJ)/ (N), de motivação fundamentalmente sintática, não mostra que os efeitos da língua no sujeito e no outro podem ser semelhantes ao convocar a mesma posição perante a língua - essa é a minha língua (cf. Lemos, C. T. G., em "Língua e Discurso na Aquisição de Linguagem,

a sair, Anais do III Encontro Nacional de Aquisição de Linguagem, outubro de 1994, Porto Alegre) - e diferentes ao colocar o outro sob um outro efeito de 'essa não é a minha língua', posição que o sujeito na esquizofrenia desconhece?

Uma certa imposição estrutural da língua não produziria efeitos de promessas de sentidos, sentidos esses que reduziriam a semântica da língua constituída a apenas promessas de significação de motivação sintática? As categorias linguísticas não estariam apontando para uma materialidade própria que garante apenas uma condição significante, mas não uma condição de significação?

Uma visão de organização linguística como em Benveniste (1988, em "Os níveis da análise linguística") permite pensar melhor essa relação entre níveis. Será que a "compensação estrutural" na passagem para um nível hierarquicamente inferior, do nível sintático para o nível morfológico, é uma forma de se recuperar o espaço de inteligibilidade perdido no nível sintático ao se violarem regras de restrição de seleção? O nível morfológico estaria nesse dizer desempenhando uma função hierarquicamente superior num certo atravessamento de níveis em que o nível sintático perderia sua função mediadora entre forma e sentido?

O efeito de um saber da língua e o efeito de um saber na língua não seriam decisivos no julgamento de quais enunciados pertencem à língua constituída ou não? O espaço de inteligibilidade nesse dizer não se mantém no equilíbrio entre a estruturação e a desestruturação dos níveis da língua? A palavra,

tendo uma posição funcional intermediária de decompor-se em unidades morfológicas e de ao mesmo tempo ser significativa na estruturação com outras unidades de nível superior, como a sentença, não se tornaria uma unidade autônoma no dizer ao perder a sua identificação no interior de uma unidade significativa hierarquicamente superior? Essa ruptura significativa interníveis não demandaria outras relações de sentido que compensariam a impossibilidade de integração a uma unidade de nível superior, à sentença?

O nível sintático, sendo ao mesmo tempo lugar de ruptura, na relação com a semântica da língua constituída, e lugar de antecipação do previsível, na relação com o nível morfológico, perde de uma certa maneira a posição-chave na estruturação dos enunciados. Mas essa perda não compromete toda a ação da língua constituída ao ponto de inviabilizar o dizer como seu funcionamento. A ruptura na relação previsível entre níveis da língua constituída parece ser uma característica dos dizeres nas esquizofrenias. Uma ruptura que demanda uma "costura estrutural" outra. Reparem no dizer abaixo vindo de M:

"A Bianca tem que ficar calma. Porque ela bate com a cabeça na parede. e corta o braço. Não pode. Já estou gorda. Tenho que emagrecer, ficar de alta p/a as outras virem para cá. Já estou cansada de estudar. Chegou 1 mulher que reza pela gente. Embora é 1 coisa que eu quero. O negão estou estudando.

Eu estou estudando. Eu estou escrevendo. Não consegue



por favor me ajuda. A enfermeira vem aqui me chamar p/a jantar. Eu não gosto disto. Mas é importante se alimentar por causa da vida cheia que nós vimos até hoje. Se Deus quiser nós vamos nos salvar. Eu estou sobre controle. Minha perna não dói mais. Porquê ela costuma ser preta. Mas tudo bem. Eu tomo banho todos os dias. É meio chato de ficar aqui mas tudo bem. A Priscila está dormindo e as velhas também. Não sei onde está a Bianca. Ela está andando pra lá e pra cá. Tem 1 pessoa que não para de andar aqui na frente Apolo vem me ajudar Apolo Apolo Apolo Apolo Apolo Apolo Apolo Apolo Apolo Bianca já chegou e aquela morena também. Eu controlo o meu vida E ajudo a deles também. Todo mundo comeu. Eu também. Daquí a pouco vou dormir Por causa que é preciso tomar banho cedo ou de tarde. Os gatos são impossiveis mesmo. Agora vou pensar em outra coisa boa em escrever no próximo papel e bom de curtir a vida é um pouco de saudade também. Eu não sei se vou embora hoje. Sexta-feira ela vem me ver de licença. Por favor me ajudem por favor me ajudem.

O ponto forte de estruturação desse dizer também se encontra na organização sintática, apesar de algumas rupturas nas sentenças, umas sentenças se encaixando na interrupção de outras. Mas, diferentemente do dizer anterior, a organização sintática por não garantir por si so efeitos de interpretabilidade convoca uma instância hierarquicamente superior, o texto, enquanto

coerência do dizer. A visão de organização linguística em Benveniste ainda é melhor para articular o nível da sintaxe ao nível do texto.

A sentença, apesar de provocar efeitos de inteligibilidade, não é uma unidade completa que se garanta na semântica da língua constituída, como já se viu. O estranhamento desse dizer vem da estranha particularidade de oferecer sentidos que não se mantêm. O nível sintático, portanto, novamente não se garante na semântica. Há uma demanda de busca de espaço de interpretabilidade num nível outro: o nível do texto. Mas o que fazer com essas sentenças bem-formadas, se elas convocam o outro não como efeito da ação da língua constituída de que aquilo não é sua língua, mas de que aquilo não lhe faz signo apesar de ser a sua língua?

Nesse dizer, os efeitos da estrutura da língua no outro não o fazem estranhá-la, mas mesmo assim o levam a procurar em outro lugar algo que faça signo. A inclusão de certas repetições, como das palavras 'sim', 'não' e 'Apolo', e a escritura em cortes, como instantâneos do cotidiano (o local e a vida que M. leva no regime de semi-internato no hospital), mesclados com uma atitude de comentário de sujeito ('sujeito' aqui num sentido próximo de um "corpo falante") frente a seu próprio dizer pautado no cotidiano, provocam efeitos agregadores, efeitos de coesão, de sustentação da promessa de que algo vai significar. Mas isso se frustra porque as inclusões e a escritura em cortes provocam efeitos duplos: o efeito de se estar na língua constituída, na promessa de sentidos pela organização das sentenças, e o efeito

de se estar num lugar exterior à língua, por esses segmentos embutidos que deslocam o outro para outras relações não só com a língua constituída mas com algo que tem efeito de "exterioridade", com algo que se torna significativo em outro lugar.

Como comentei anteriormente em relação ao dizer vindo de G., o nível morfológico provoca efeitos organizadores, de equilíbrio, que sustentam o dizer por uma ação da língua constituída que compensa a desestruturação na relação entre a sintaxe e a semântica que a língua constituída promete. No dizer vindo de M., a unidade de organização básica não é o morfema, mas, a sentença. O desequilíbrio nesse dizer se dá entre o nível da sentença e o nível do texto. Ou seja, a desestruturação ao nível do texto é compensada pelo nível da sentença, com suas promessas de sentidos. Assim, tanto no caso do dizer vindo de M., quanto no caso do dizer vindo de G., a desestruturação de um nível superior parece ser compensada pela estruturação por um nível imediatamente anterior. Mas uma compensação que só garante ao outro um efeito de estar na sua língua.

Dessa forma, a ruptura na relação interníveis parece ser costurada pela primazia de um certo nível que provoca um efeito de organização do dizer sobre o outro e que o faz se colocar perante a língua reconhecendo-a como sua língua. Mas, ao mesmo tempo, produz um outro efeito de convocação de retorno sobre a ação da língua constituída que o convoca a buscar outro espaço de interpretabilidade onde o dizer faça signo para ele.

Uma unidade gramatical diferenciada se torna unidade

central de organização do dizer provocando paradoxalmente tanto efeitos de ruptura quanto de costura. A ruptura da previsibilidade na relação interníveis vem de uma unidade gramatical que imprevisivelmente assume um papel centralizador na organização do dizer. Efeitos de familiaridade vêm da previsibilidade, vêm da antecipação de que a ação da língua constituída traga promessas de sentidos. Efeitos de estranhamento vêm da frustração das expectativas: sentidos prometidos se esvaem pelas fendas das rupturas. As promessas ficam presas no estranhamento. Assim, a ação da língua constituída nos dizeres nas esquizofrenias provoca sempre efeitos sobre o outro que o coloca numa posição familiar perante a língua, reconhecendo-a como sua, porque sempre uma unidade gramatical, num determinado nível da língua, provoca um efeito de organização e compensa a desestruturação no nível hierárquico imediatamente superior, mantendo um certo espaço de inteligibilidade para o dizer.

O lugar da ruptura, portanto, nos dizeres nas esquizofrenias é variado e indica que o espaço da inteligibilidade pode tanto estar amarrado na unidade quanto na dispersão, na medida em que o espaço de inteligibilidade não é dado de antemão pela ação da língua constituída, apesar de suas promessas de organização e de sentidos. E quanto ao efeito de interpretabilidade, a semântica da língua constituída não garante nada e o contexto, também não. Ambos prometem mas não cumprem, convocando um outro lugar no qual o que é da ordem do lingüístico promove uma expectativa de outra coisa de outra ordem que provoque efeitos de sentidos e de coerência. Mas será que na

ordem do discurso, lugar do compreensível segundo Orlandi, no trabalho citado anteriormente, esses efeitos seriam dados de antemão?

1.2 O que subsiste por si mesmo no discurso que provoca efeitos de compreensão?

A condição de legitimidade do dizer pode não se restringir apenas à busca de espaço de inteligibilidade na ordem da língua constituída. Ao se frustrar com as promessas de sentidos que não se cumprem com a ação dessa língua, o outro é convocado a buscar num discurso-outro um espaço virtual de interpretação do dizer, um ato de interpretação que se cumpra na materialidade do dizer sem se descolar da estrutura. A estrutura linguística é a única garantia que o outro tem para não se sentir excluído de sua própria língua. Mas quando eu digo não ser excluído de sua própria língua eu quero dizer que essas promessas de sentidos que não se cumprem não colocam o outro numa posição perante sua língua de um mero manipulador de significantes destituídos de sentidos. E isso ocorre mesmo que a semântica da língua constituída não garanta nada.

Um dizer para ter um espaço de inteligibilidade exige também a filiação a certos domínios estabilizados de sentidos. Dessa maneira, o que seria da ordem do discursivo seria da ordem do antecipável. Uma antecipação na circulação de certos sentidos, uma certa expectativa de uma unidade referencialmente autônoma que subsista por si mesma no dizer e garanta sentidos. Mas que

referencialidade seria essa?

Retorno ao enunciado - "Eu sou o eletroencefalograma". Se uma atribuição de sentidos, atomizadamente, para o substantivo 'eletroencefalograma' poderia implicar uma determinada relação de referencialidade entre nome e coisa no mundo, como ponto de estabilização que poderia provocar efeitos de inteligibilidade e de interpretabilidade, o caráter referencial ou não de uma unidade não é uma característica intrínseca da unidade, mas um efeito de sentido pré-construído em outras relações discursivas - no sentido atribuído por Pécheux, 1988:171, de que o pré-construído "remete simultaneamente aquilo que todo mundo sabe".

Dessa maneira, segundo Henry, não há diferença fundamental entre "a teoria das restrições de seleção desenvolvida por CHOMSKY e as teorias que fazem apelo à noção de referência ..." (Henry, 1990:53). O Iprol - 'eu' - que se refere ao sujeito dito na enunciação, que, como N1, determinaria N2 (eletroencefalograma), vai fazer apelo à relação entre um "eu" e a referência do nome 'eletroencefalograma' na ordem das coisas do mundo. Tanto a restrição de seleção quanto a referência não impedem que o nome (substantivo) - eletroencefalograma - tenha apenas o funcionamento de substantivo mas não desempenhe o papel determinante do referente do pronome.

O caráter de referencialidade tem que ser de outra ordem, de uma ordem em que o caráter referencial ou não-referencial de uma unidade não seja "uma característica intrínseca desta unidade, mas como um efeito de sentido onde

intervem conjuntamente a sintaxe e fatores semânticos" (Henry, *op. cit.*:51). Os fatores semânticos a que se refere Henry dizem respeito a uma característica da referencialidade de "admitir substitutos sinônimos" (proposta por Milner, 1973):

"Por substitutos sinônimos, MILNER entende uma expressão que possa ser considerada como uma definição do estilo dos dicionários, isto é, uma definição que se quer não contextual." (Henry, *op. cit.*:52)

Se a atribuição de sentidos "atomizadamente" ao nome 'eletroencefalograma' não pode ser mantida na referencialidade pela determinação de uma relação entre nome e coisa no mundo, por essa noção de referencialidade implicada por uma substituição sinonímica, no "estilo dos dicionários", também não haveria possibilidade de substituição. Assim tem-se um duplo problema da definição das categorias (o nome substantivo, como substância, que existe por si mesmo, numa relação de referência entre nome e coisa, ou como possibilidade de substituição sinonímica) e da categorização das unidades em relação ao seu comportamento no discurso (a relação gramatical entre N1 e N2):

"A tentativa de caracterização das categorias lexicais delineada por Chomsky em *Aspects* repousa sobre a teoria das restrições de seleção que limitam as possibilidades de seleção de unidades lexicais. Esta teoria (restrições de seleção) conduz à atribuição para cada

formante lexical de um símbolo complexo C formado de um conjunto de traços ditos sintáticos (tais como, por exemplo, para um substantivo: comum, numerável, animado, humano etc.) ... A passagem de uma seqüência pré-terminal a uma seqüência terminal fica assegurada por uma regra lexical que especifica que um formante lexical não pode ser inserido na cadeia, se se quiser respeitar a gramaticalidade ..." (Henry, *op. cit.*:48)

Mas o problema está em que a infração à restrição de seleção não impede que o enunciado provoque efeitos de inteligibilidade na promessa de sentidos que vem da ação da língua constituída, especificamente da organização sintática previsível nessa língua. A categoria de substantivo, na citação acima, traz um outro fator paradoxal: como definir a substância por sua referencialidade fora do discurso (animado, humano etc...) e definir o comportamento dessa unidade na cadeia do enunciado frente a outra categoria (pronome) se o verbo é a base de escolha de nomes e adjetivos na teoria das restrições de seleção? Sobre o que se funda, então, o efeito de inteligibilidade no enunciado acima se a relação entre a categoria de substantivo e as outras categorias (verbo e pronome) se institui pelo próprio enunciado? A não-garantia de interpretabilidade devese à absorção da gramática pelo discurso?

A continuação de uma consideração dessa ordem exige que se restrinja teoricamente, por ora, o alcance da noção de discurso. E nisso, vou seguir ainda com Henry:

"Para nós, ao falarmos em discurso no que se segue, é num sentido totalmente diferente, que não o relaciona a um sujeito (nisto esta noção de discurso não se reduz àquela de fala) e se funda justamente sobre uma análise das relações entre língua e discurso". (Henry, *op. cit*:44)

Ora, pode parecer um contra-senso a utilização do termo discurso sem relacioná-lo ao sujeito (da Análise do Discurso). Afinal, os três níveis propostos nesse trabalho citado de Orlandi (inteligibilidade, interpretabilidade e compreensão), para a relação com a significação, tem o seu lugar a partir de um outro frente ao dizer. O sujeito no dizer se instala como efeito de sentido (o sujeito do discurso), numa função egóica de assujeitamento a algo determinado em outro lugar, num lugar de interdiscurso. Mas, para se estabelecer uma suposta fronteira entre o inteligível e o interpretável, em função da língua e do discurso, torna-se necessidade teórica retirar o sujeito do discurso, porque o que está em jogo na determinação da inteligibilidade frente à compreensão são duas concepções antagónicas de produção de sentidos: uma da ordem do código e outra da ordem do discurso (da ordem do comportamento das unidades do discurso). É nas características distintas da referencialidade onde quero chegar. Seguindo ainda Henry:

"A relação de paráfrase é constitutiva do efeito de sentido e da relação a um referente que implica este efeito. O efeito de sentido não está nas unidades mas em suas relações (...) é a substitubilidade de uma unidade num discurso dado que lhe confere neste discurso um caráter referencial e não o fato de que se possa definir, fora de contexto, a classe de seres susceptíveis de serem designados por esta unidade." (Henry, *op.cit.*:52):

Dessa maneira, 'eletroencefalograma' poderia provocar um efeito de sentido constitutivo de uma relação de paráfrase caso houvesse algum domínio estabilizado de significação que lhe conferisse autenticação de significação numa relação interdiscursiva. Mas como não há possibilidade de paráfrase, de substitubilidade por algo estabilizado que venha de qualquer domínio estabilizado, 'Eu sou o eletroencefalograma' torna-se um enigma. Naturalmente, que eu poderia propor algumas "soluções" para desvendar o enigma tais como substituir 'Eu sou o eletroencefalograma' por:

Eu sou maluco porque fiz o eletroencefalograma.

Eu sou uma máquina.

Eu sou o resultado de um exame.

Eu sou o meu diagnóstico.

Essas "soluções" na verdade amparam-se em "soluções"

produzidas em lugares estabilizados de significações, mas que não se constituem em unidades substitutas, unidades parafrásticas do enunciado original. Ou seja, esse enunciado só pode se relacionar com ele próprio. Se compararmos "eu sou o eletroencefalograma" com "ela é um avião", do ponto de vista da língua constituída, a estrutura de ambos enunciados é a mesma, o que difere um da outro é somente o ponto de vista discursivo. "Ela é um avião" permite uma substituição parafrástica, que vem de um domínio estabilizado de significação como "ela é gostosa", ou "ela é lindérrima" e por aí vai. 'Eu sou o eletroencefalograma' não faz série. Nasce e morre na enunciação.

Portanto, uma ação da língua constituída sobre si mesma ao não garantir sentidos interpela o outro como efeito de um lugar de exterioridade radical a essa língua colocando-o sob um efeito discursivo de antecipação de sentidos nos quais ele já se inscreveu como sujeito. Mas isso não ocorre diante do enunciado "Eu sou o eletroencefalograma".

Volto à lista de palavras de R. A ação da língua constituída sobre vários nomes próprios torna-se totalmente inocua já que os nomes próprios fazem parte de uma classe de palavras que se encontra numa posição exterior ao sistema da língua. Os nomes próprios são aqueles que possuem uma dimensão referencial, do tipo nome/coisa no mundo. Mas R. os reinscreve sob efeito da língua ao fragmentá-los e torná-los bases de suas formações anagramáticas. A ação da língua constituída então se volta para esses nomes "estrangeiros" ao sistema, redimensionando-os a partir de segmentos que se tornam unidades

significativas somente no interior do dizer. Mas essas unidades significativas não garantem quaisquer sentidos por si só, o que recoloca esses nomes próprios outra vez fora do sistema, mas desta vez enlaçando-os nas malhas discursivas de onde alguma significação pode ser antecipada. Vejam o que ocorre com o nome próprio COMETA:

COMETA    cometer - come-tí-dô, cometidô, comi tinha, cú-meterei,  
          cu-mete-Rei, cu-metido, cú-mitidô, comete, cumi-tia,  
          cu-metia

Nos estilhaços do nome COMETA, nome da empresa de ônibus especial que circula no local onde R. mora, percebe-se que os efeitos de sentidos são produzidos a partir basicamente de COMER e METER, efeitos esses antecipáveis a partir de uma certa circulação de sentidos numa certa formação discursiva que antecipa as significações de COMER e METER como formas de se referir ao ato sexual. Esses efeitos são discursivos e, mesmo se dando na virada do linguístico para o discursivo, são efeitos que mantêm o estranhamento, já que não provocam efeitos de interpretabilidade.

Com os nomes, BRIZOLA, SÁ E ANTHERO, por exemplo, a virada do linguístico para o discursivo não se mantém porque os três nomes remetem ao pai. O que poderia ser antecipável discursivamente se desfaz nas composições anagramáticas em que eles se transformam:

BRIZOLA Briza-ola

SÁ abreviatura de Sasa Mutema, (pessoas que se enquadravam como Sá, o meu pai anthero, o Governador brizola, como se eles tivessem pedido ao PDS, as pessoas do meu curso do impacto na Tijuca chamavam um colega deles e meu de Sá-Sá toda hora e eu também quando estava desorientado foi na época da minha crise Sasa mutema - mutema, monta em cima

ANTHERO Ante-ro

Com os nomes dos carros, há uma ruptura total com aquilo que os nomes dos carros poderiam ter efeitos a partir de quaisquer significações antecipáveis que os nomes desses carros como símbolos de *status social* ou não possam ter. Mas esses nomes se tornam significantes para o sujeito que, sob efeito da homonímia, da exigência de que algo se torne signo de outro signo, desautomatiza para o outro qualquer identificação antecipável que poderia vir dos lugares estabilizados onde esses nomes próprios se inscrevem:

CARAVAN cara vamos

DEL REI como se eu fosse o U Rei substituisse o Raul Del-Rei

GOI. como se eu tivesse marcado ponto seguindo os carros fizesse uma manobra certa a pé atravessando uma rua passando entre dois carros, passando do lado de uma árvore,

trocando de calçada normalmente quando eu visse uma pessoa que era contra os meus princípios "não risse para mim" quando risse era porque era a favor de mim principalmente, se fosse um sorriso amigo

PASSAT passa-te, chevete, che-ve, te

Essa concepção de antecipação de sentidos foi colocada por Pêcheux (1988) da seguinte maneira:

"... é a ideologia que, através do "hábito" e do "uso", está designando, ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser (...) é a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram, assim, sob a "transparência da linguagem", aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados." (Pêcheux, 1988:159-160)

Com os nomes próprios essa relação entre ideologia e produção de sentido fica complicada:

"nenhuma determinação pode ser aplicada ao nome próprio, pela excelente razão de que o nome próprio (sob a forma parafrástica: aquele que letcl) é

resultante, precisamente, da operação de determinação "levada ao extremo". (Pêcheux, *op. cit.*:99)

Ou seja, se a referência de um nome próprio é um objeto determinado, o que ocorre com os nomes próprios fragmentados na lista de palavras de R. ao perder a identificação a um só objeto? Como sair de um efeito de "exterioridade" na relação do nome próprio com o objeto e reentrar no sistema da língua constituída, afetado por sua estrutura, pelos fragmentos com suas promessas de sentido? Se a estabilidade referencial fica comprometida na relação de designação, se a ordem discursiva não autoriza qualquer substituição parafrástica e se, na ordem da língua constituída, as promessas de sentidos não se cumprem, que dizeres particulares são esses, que nos prendem em seus efeitos de estranhamento?

A insustentável situação do outro, uma situação à deriva, sob vários efeitos vindos dos dizeres nas esquizofrenias, comporta algo que vai além daquilo que a ordem da língua constituída e a ordem do discurso podem prometer enquanto promessas de sentidos. O compromisso simbólico que o outro poderia ter com esses dizeres sob efeito da estrutura da língua constituída e sob efeito da antecipação de sentidos de formações discursivas já estabilizadas se esvai pelo fundo falso da cartola dos dizeres nas esquizofrenias. A "proliferação imaginária" (retomando a expressão de Lacan) impede a entrada nesses dizeres.

## 2. OS DIZERES NAS ESQUIZOFRENIAS: UMA CARTOLA SEM FUNDO

O reconhecimento da particularidade dos dizeres nas esquizofrenias não deve ser considerado como uma ratificação exclusiva da diferença. O estranho conviver da semelhança com a diferença é que torna esses dizeres particulares. Não há como negar que o outro desses dizeres se reconhece nas formas de semelhança que a língua constituída e o discurso põem em ação. Alias, são essas formas e somente essas formas que permitem o reconhecimento da alteridade nos dizeres, em quaisquer dizeres. O reconhecimento da semelhança se dá pela escuta, via fala virtual, daquilo que é dito. O ato de escuta instala a estrutura enunciativa eu-tu necessária à legitimidade do dizer.

A estrutura enunciativa eu-tu, apesar de necessária à conformação da alteridade na legitimação dos dizeres, é regida pela identificação do eu ao tu. Ou seja, a alteridade é a identificação. A identificação é a alteridade. Tanto na ordem da língua constituída, quanto na ordem do discurso, essa estrutura é mantida sob a forma de "elementos fixados em posição de limite" (termos usados por Milner, 1978:20, para se referir ao real do equívoco que resiste na sistematicidade da ordem da língua).

Na língua, são as "singularidades heterogêneas" como os pronomes pessoais, os performativos, os insultos, as exclamações, os dêiticos de uma maneira geral que se situam nessa posição limite. Singularidades heterogêneas que incluem na ordem da língua aquilo que tem que ser deixado de fora para que a língua

tenha sua ordem própria: o sujeito.

No discurso, como observa Pêcheux, "uma sequência linguística limitada por dois brancos semânticos e que corresponde a condições de produção discursivas definidas" (Gadet e Hak *org.*, 1990:108) são os sentidos antecipáveis por essas produções discursivas definidas que se constituem nas formas de semelhança. Mas é ainda nessa mesma ordem que as zonas de esquecimento no discurso, propostas por Pêcheux, na "Análise Automática do Discurso", 1975 (Gadet e Hak *org.*, 1990), instalam formas em "posição limite" derivadas da heterogeneidade constitutiva vinda da inclusão do sujeito do inconsciente no discurso:

"Consideremos o que designamos respectivamente com o nome de "esquecimento no.1" e de "esquecimento no.2". Vemos que estes dois esquecimentos diferem profundamente um do outro. Constata-se, com efeito, que o sujeito *pode penetrar conscientemente* na zona do no.2 e que ele o faz em realidade constantemente por um retorno de seu discurso sobre si, uma antecipação de seu efeito, e pela consideração da defasagem que aí introduz o discurso de um outro. Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar "o que pensa" e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona no.2, que é a dos *processos de enunciação*, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por

oposição, o esquecimento no.1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por esta razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua (...) é de natureza inconsciente (...) Esta oposição entre os dois tipos de esquecimento tem relação com a oposição já mencionada entre a situação empírica concreta na qual se encontra o sujeito, marcada pelo caráter da identificação imaginária onde o outro é um outro eu ("outro" com o minúsculo), e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se refere ao que J. Lacan designa metaforicamente pelo "Outro" com O maiúsculo; neste sentido, o monólogo é um caso particular do diálogo e da interpelação." (Gadet e Hak *org.*, 1990:176-7)

É importante ressaltar que ambos os sujeitos incluídos por essas "singularidades heterogêneas como posições limites", na ordem da língua constituída e na ordem do discurso, remetem a uma subjetividade próxima à noção de indivíduo. Mesmo a referência ao "sujeito do inconsciente" em Pêcheux não foge ao destino de localizar a subjetividade num lugar de função egóica, no lugar de um sujeito pré-formado ao dizer. Vejamos como a questão do sujeito em Pêcheux é colocada por Leite:

"É portanto a consideração do sujeito em sua relação com o sentido que traz a inclusão do não-sistemático na teoria. É por presentificar algo da ordem do real, que

o sujeito (enquanto sujeito-efeito e não efeito-sujeito) introduz, neste contexto, um elemento capaz de romper com a sistematicidade (...) Resta entretanto compreender que o sujeito, enquanto referido ao real, não se resume ao estatuto de um sujeito do discurso, visto que este se apresenta já como efeito de sentido, mas aponta para o resto da divisão inalienável produzida pela ação da linguagem, um sujeito afetado pelo inconsciente, justo por falar *alíngua*". (Leite, 1993:190)

O sujeito do discurso e, eu diria, o sujeito da língua a que se referem as "singularidades heterogêneas", já são constituídos como efeitos de sentidos, sentidos prometidos, que antecedem a entrada do sujeito no dizer. Isso se mostra em *close* quando se está diante de um dizer na esquizofrenia e se esbarra com o imprevisível, o não-prometido, juntamente com o previsível, o prometido. Que se está numa especificidade outra que não a da língua constituída e a do discurso, não há dúvida. A questão está em como entrar na oposição revelada pela identificação vs. alteridade constitutiva do dizer e considerar esse elemento terceiro que surge além das fronteiras do sentido e do não-sentido. Porque sentido há, mesmo que não seja capturado. A oposição sentido/não-sentido torna-se perturbadora na consideração do outro como um outro NA língua e não como um outro da língua e como um outro NO discurso e não como um outro do discurso.

A solução de se elejar no lugar da alíngua contempla essa possibilidade terceira. Por tratar-se de uma especificidade outra, a instância do real se apresenta num ponto de toque com o imprevisível da língua e com o imprevisível do discurso. A alíngua e da ordem do real. Altera substancialmente a direção teórica da questão sobre os dizeres nas esquizofrenias porque a primazia na organização do dizer muda de lugar e sai da organização própria em que a língua constituída entraria em ação para uma organização de outra ordem: a ordem dos significantes, no sentido lacaniano do termo. A primazia fica com a cadeia de significantes, com a cadeia sintática de significantes que monta o dizer.

O deslocamento da ordem da língua constituída e da ordem do discurso para a ordem do real (a ordem da alíngua) é um deslocamento curioso. As condições materiais de base para a ordem do real são as sistematizações fonológicas, morfológicas, semânticas e sintáticas da ordem da língua constituída, assim como a repetição de sentidos antecipáveis por formações discursivas determinadas na ordem do discurso. Se o outro na língua e o outro no discurso, pela escuta via fala virtual dos dizeres nas esquizofrenias, instalam-se num lugar à deriva ao serem jogados para a ordem do real, essa é uma condição da impossibilidade de se manter na oposição identificação/alteridade. O dizer é sempre um dizer para o outro, mas se esse outro é jogado para fora pela ordem do real, ele só o é porque a questão do sentido está em jogo. Mas não do sentido em oposição ao não-sentido, mas de um sentido que se coloca como

impossível de ser capturado.

G. relatou ao médico que o acompanhava que precisava fazer uma consulta com um *fetologista*. Ao ser perguntado o que ele sentia, G. respondeu que precisava que seu *penáculo* fosse examinado. Ao ser perguntado o que era *penáculo*, G. respondeu que *penaculo* era o que ele tinha entre as pernas. O médico, então, ponderou que o caso dele tinha que ser encaminhado para um proctologista, já que ele era um homem. Ponderou ainda que os problemas genitais das mulheres eram tratados pelo ginecologista. G. insistiu e disse que queria que seu *penáculo* fosse examinado por um *fetologista*.

*Penaculo* e *fetologista* são palavras que colocam o outro numa ordem além da dicotomia sentido/não-sentido, como os outros dizeres nas esquizofrenias já considerados antes. As duas palavras provocam estranhamento porque se reconhece que, apesar de não se poder capturar os seus sentidos, essas palavras trazem consigo elementos da língua portuguesa, com seus sentidos prometidos. A primazia no encadeamento morfológico dessas palavras vem da ordem da língua? Ou vem da ordem do real, da ordem da alíngua?

Milner, em *L'amour de la langue* (1978), situa a língua em relação à alíngua (*lalangue*) assim:

"... de ce que la vérité ne se dise pas toute, on peut aussi concluire que la vérité n'est rien d'autre que ce à quoi les mots manquent; or, les mots manquent toujours, et le pas-tout qui marque la vérité en tant

qu'elle doit être dite, marque aussi la langue, en tant que tout dire vrai passe par elle. D'où il suit que, comme la vérité elle-même, la langue touche au réel. Dès lors, la thèse que la langue supporte la langue en tant que pas-toute se laisse traduire directement en: *la langue supporte le réel de la langue*" (Milner, 1978:28-9, ênfase do autor)

A verdade, a que se refere Milner, é esse sentido que escapa ao outro diante dos dizeres nas esquizofrenias e que o coloca numa outra ordem: a ordem do real. *Penáculo e fetologista* são formações ou composições anagramáticas como as de R. com sua lista de palavras. Essas composições anagramáticas estariam nessa confluência da língua com a alíngua: a primazia da ordem da cadeia dos significantes, na organização das formações, juntamente com as imposições da língua constituída, com sua organização própria. Vejamos como a questão dos anagramas em Saussure é colocada por Milner para a articularmos com aquilo que estou chamando formações ou composições anagramáticas, as quais dariam aos dizeres nas esquizofrenias uma certa especificidade:

"Saussure, appliquant la méthode classique d'examen des textes, découvre un premier principe ... qu'il faut ajouter un principe gouvernant le choix des phonèmes; c'est le principe de l'anagramme: dans un vers saturnien, les phonèmes sont choisis à partir d'un nom, lié de manière cruciale au sens narratif du vers ...

ces principes ... ne peuvent être rapportés à l'Aléatoire, et comme de plus ils sont non nécessaires, il faut leur supposer une cause spécifique: un savoir, explicite et conscient, dont l'absence de toute trace doit être attribuée à un secret (...). Dès lors, Saussure était en présence d'un réel incontournable, mais dont la philologie ne pouvait rien faire: il n'y avait plus des principes non nécessaires, mais une propriété toujours repérable dans les textes - non plus le savoir oblitéré de spécialistes disparus, mais le savoir inconscient de la langue elle-même." (Milner, *op. cit.*:88-9)

A imposição do real no dizer pode ser refletida no dito de Lacan de que tudo que não é simbolizado aparece no real. O princípio de "escolha" nas composições anagramáticas vem desse real que se impõe, mas que se enquadra na ordem da língua constituída. A língua enquadra a alíngua, a alíngua enquadra a língua nesse sentido. A escolha não é aleatória porque se os sentidos nas formações anagramáticas escapam ao outro isso não significa que o dizer não responda às demandas de um fazer signo, demandas que vêm do real. O fato de não se fazerem signo não significa que não haja sentidos no dizer. Há o determinismo de uma certa ordem no dizer, mesmo que esse dizer pareça condenado à deriva.

Continuando com os anagramas de Saussure, na leitura de Milner:

"La première chose à remarquer, c'est qu'à proprement parler, l'anagramme dénie le signe saussurien:

- l'anagramme n'est pas différentiel: chacun des anagrammes repose sur un certain nom, dont il redistribue les phonèmes. Mais il est clair que ce nom (propre ou commun), bien qu'il soit une unité linguistique, n'est pas traité dans ce qu'il a de différentiel: il a une identité propre, un Soi, qu'il ne tire pas du réseau d'oppositions ou la linguistique le saisirait.

- l'anagramme n'est pas contingent ni arbitraire: sa fonction consiste à imposer une nécessité aux phonèmes du vers, les soustrayant au hasard qui marque les unités lexicales.

- le nom en anagramme fonctionne comme un "sens" et non comme un signifié; c'est en tant que chose du monde - et non comme élément d'une langue - qu'il est la désignation globale de tout le vers." (Milner, *op. cit.*:89)

Na parte II, vimos como nomes e formas fônicas nas formações anagramáticas funcionavam como um sentido (SA, U, RÔ, RA, CO, AMARELO, BRIZOLA etc.), como uma identidade própria, como um elemento positivo, e não-diferencial como um elemento da língua constituída. Vimos também que não havia nada de contingencial na composição anagramática das palavras: uma certa

ordem impunha a composição, com a repetição de sentidos, apesar de inassimiláveis.

O anagrama se revela ambíguo e as formações anagramáticas também: de um lado, há a participação da homofonia na ordem da língua constituída, e, de outro lado, essas mesmas homofonias são inassimiláveis nessa mesma ordem. Como afirma Milner:

"O anagrama só pode restituir a contingência requerida segundo as propriedades regulares do signo: (1) de uma parte ele é inteiramente formulável em termos de fonemas e supõe uma análise fundada, sobre o princípio que torna contingência a homofonia; (2) de outra parte, ele nomeia um real que excede toda fonologia possível, pelo incontornável de seu real, colocando a língua no excesso - essa função de excesso é a alíngua." (Milner, *op. cit.*, tradução minha):

A ambigüidade vem da homofonia pertencer e não pertencer à ordem da língua constituída. E é essa a questão-chave na posição do outro diante dos dizeres nas esquizofrenias: "é a minha língua" - posição em que a homofonia está na ordem da língua constituída, mas também "não é a minha língua" - posição em que a homofonia está fora da ordem da língua constituída. Questão que não se pretende solucionar. Se COMETA e AMARELO por homofonia viram outra coisa, a questão está em que isso provoca efeitos no outro, efeitos que podem levar à exclusão daquele

dizer e à exclusão do sujeito na esquizofrenia. Dizeres são efeitos, nada mais do que isso.

## CONCLUSÃO

O enfoque sobre os efeitos dos dizeres nas esquizofrenias sobre o outro visou exatamente a incluir a semelhança na consideração desses dizeres, restituindo a eles os seus lugares de dizeres legítimos apesar da diferença. Sobre a diferença, pesa tradicionalmente a responsabilidade da distinção e da exclusão desses dizeres. E foi exatamente esse peso que este trabalho pretendeu atenuar ao incluir a semelhança como provocadora de efeitos sobre o outro, assim como a diferença. A semelhança em convívio com a diferença.

Não há, portanto, o que concluir nesta tese. Este trabalho não defendeu nenhuma hipótese acerca da esquizofrenia, nem pretendeu indicar um outro instrumento de distinção entre dizeres. Procurou sim fazer algumas considerações acerca de uma forma de dizer que provoca estranhamentos. Um dizer que apresenta particularidades e similitudes com outros dizeres, mas um dizer que também, por se tornar estranho, pode vir a se transformar num instrumento de exclusão.

## NOTAS

1. Uma mágica num teatro infantil tem esse sabor de "reconstrução do truque" que tem um efeito de compreensão apesar de não neutralizar o efeito de mágica. Um David Coperfield com todo seu aparato tecnológico, a meu ver, impede a circulação de efeitos que constitui a mágica. Não há como "reconstruir o truque". O efeito pode ser de deslumbramento, mas jamais será mágico.

2. Discuto o efeito de coerência nos dizeres nas esquizofrenias, no artigo inédito apresentado no IV congresso da ASSEL, na UFF, em setembro de 1994, "O dizer coisa com coisa: o efeito de coerência do texto produzido pelo outro".

## BIBLIOGRAFIA

- ANDREASEN, N. 1982. "There may be a schizophrenic language", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 588-589
- ASARNOW, R.F. and WATKINS, J.M. 1982. "Schizophrenic thought disorder: linguistic incompetence or information-processing impairment?", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 589-590
- BARTHES, R. 1981. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro:Francisco Alves
- BENVENISTE, E. 1988. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, São Paulo:Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas
- BEVERIDGE, A. W. and BROWN, K.. 1985. "A critique of Hoffman's analysis of schizophrenic speech", *Brain and Language*, 24, 174-181
- BOILER, F. 1982. "A neurologist looks at 'schizophasia'", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 591-592
- BUCKINGHAM, Jr. H. W. 1982. "Can listeners draw implicatures from schizophrenics?", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 592-594
- CAMERON, N. 1944. "Experimental analysis of schizophrenic thinking" in: *Language and Thought in Schizophrenia*, New York:ed. J.S. Kasanin
- COHEN, B.D. 1982. "Schizophrenic speech as cognitive stuttering", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 596

- DASCAL, M. and FRANÇOSO, E. 1983. "The pragmatic Turn in Psycholinguistics: problems and perspectives", mimeo.
- DENIS, J. P. 1991. "Glossolalie. langue universelle, poésie sonore", *Langages*, 88, 75-104
- DERRIDA, J. 1978. "Cogito and the History of Madness" in: J. Derrida, *Writing and Difference*. Chicago: The Un. of Chicago Press
- \_\_\_\_\_. 1973. "Linguística e Gramatologia" em: *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva
- \_\_\_\_\_. 1967. "A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas" em: *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva
- FRENCH, T. M. and KASANIN, J. 1943. "A psychodynamic study of the recovery of two schizophrenic cases" in: TOMKINS, S. S. (org.), *Contemporary Psychopathology*. U. S. A.: Harvard University Press
- FREUD, S. [1972 (1919)] *O Estranho*. Obras Completas, Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago
- \_\_\_\_\_. [1972 (1925)] *Uma nota sobre o bloco mágico*. Obras Completas, Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago
- \_\_\_\_\_. [1972 (1905)] *Os chistes e sua relação com o inconsciente*, Obras Completas, Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago
- FOUCAULT, M. 1991. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva
- GADET, F. e BAK, E. (orgs.) 1990. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp

- GADET, F. et PECHEUX, M. 1981, *La langue introuvable*. Paris: François Maspero
- GOLDSTEIN, K. 1943. "The significance of psychological research in schizophrenia" in: S. S. Tomkins, *Contemporary Psychopathology*. U. S. A.: Harvard University Press
- HAFNER, H., GATTAZ, W. F. and JANZARIK, W. 1987. *Searches for the causes of schizophrenia*. Germany: Springer-Verlag
- HARQUE, C. 1988. "Da anulação a emergência do sujeito: os paradoxos da literalidade no discurso (elementos para uma história do individualismo)" em: E. Orlandi et. al. *Sujeito e Texto*. São Paulo: EDUC
- HANFMANN, E. 1943. "Analysis of the thinking disorder in a case of schizophrenia" in: S. S. Tomkins, *Contemporary Psychopathology*. U. S. A.: Harvard University Press
- HENRY, P. 1977. "La linguistique dans le champ et hors du champ de la complementarite" in: *Le mauvais outil*. Paris: Klincksieck
- \_\_\_\_\_ 1990. "Construções relativas e articulações discursivas", *Caderno de estudos lingüísticos*, 19, 43-64
- HOFFMAN, R. E. 1986. "Tree Structures, the work of listening, and schizophrenic discourse: a reply to Beveridge and Brown", *Brain and Language*, 27, 385-392
- HOFFMAN, R. and SLEDGE, W. 1984. "A microgenetic model of paragrammatisms produced by a schizophrenic speaker", *Brain and Language*, 21, 147-173
- HOFFMAN, R. E. et al. 1982. "Apprehending schizophrenic discourse: a structural analysis of the listener's task",

*Brain and Language*, 15, 207-233

HOLANDA, A. B. de 1a. edição. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira

JAKOBSON, R. 1985a. "Poetry of Grammar and Grammar of Poetry" in *Verbal Art, Verbal Sign, Verbal Time*. U. S. A.: University of Minnesota Press

\_\_\_\_\_ 1985b. "Linguística e Poética" in: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix

KASANIN, J. S. 1944. *Language and Thought in schizophrenia*. New York: Norton

KNIGHT, R. A. and SIMS-KNIGHT, J. E. 1982. "Evaluating pigeonholing as an explanatory construct for schizophrenics' cognitive deficiencies", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 601-603

KUFFERLE, B. 1984. "Schizophrenie und Sprache: Die klinischen Beschreibung - neuere linguistische Untersuchungen" in: Dressler, W.U. und Wodak, R. (Hrsg.), *Normale und Abweichende Texte*. Hamburg: Helmut Buske Verlag

LACAN, J. 1988. *Seminário 3: As Psicoses*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor

\_\_\_\_\_ 1987. "Crítica da personalidade psicológica" em: *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária

\_\_\_\_\_ 1978. "A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud" em: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva

\_\_\_\_\_ 1978. "Seminário sobre a Carta Roubada" em: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva

- \_\_\_\_\_. 1978. "Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano" em: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva
- \_\_\_\_\_. 1978. "Tempo lógico e a asserção de certeza antecipada - um novo sofisma" em: *Escritos*. São Paulo: Perspectiva
- \_\_\_\_\_. s/d. "As formações do inconsciente". Transcrição de J. B. Pontalis, versão resumida, mimeo
- LEAPER, C. and EMMOREY, K. 1985. "The discourse of thought-disordered schizophrenic children", *Brain and Language*, 25, 72-86
- LEITE, N.V.A. 1993. "O acontecimento na estrutura: o real da língua na teorização sobre o discurso: a hipótese do inconsciente", tese de doutorado, UNICAMP, IEL
- LEMOS, C. T. G. 1994 (a sair). "Língua e Discurso na Aquisição de Linguagem", Anais do III Encontro Nacional de Aquisição de Linguagem, 1994, Porto Alegre
- \_\_\_\_\_. 1992. "Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio". *Substratum*. vol. 1, no. 1, 121-135
- LEMOS, M. T. G. 1994. "A língua que me falta: uma análise dos estudos em aquisição de linguagem", tese inédita de doutorado, UNICAMP, IEL
- MANCUSO, J.C., SARBIN, T.R. and HEERDT, W.A. 1982. "Schizophrenic language: an ephemeron hiding an ephemeron", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 605-607
- MANNONI, O. 1992. *Um espanto tão intenso: a vergonha, o riso, a morte*. Rio de Janeiro: Campus
- MCDUGALL, W. (org.) 1926. *Outline of Abnormal Psychology*.

U. S. A.: Charles Scribner's Sons

MILNER, J. C. 1989. *Introduction à une science du langage.*

Paris: Éditions du Seuil

\_\_\_\_\_ 1983. *Les noms indistincts.* Paris: Éditions du Seuil

\_\_\_\_\_ 1982. "A Roman Jakobson, ou le bonheur par la symétrie" in: J. C. Milner, *Ordres et raisons de langue.*

Paris: Éditions du Seuil

\_\_\_\_\_ 1978. *L'amour de la langue.* Éditions du Seuil, Paris

NOVAES, M. 1994 (a sair). "O dizer coisa com coisa: o efeito de coerência do texto produzido pelo outro". Anais do IV congresso da ASSEL, na Universidade Federal Fluminense, em setembro de 1994, Niterói

\_\_\_\_\_ 1991. *Linguagem e Cognição: um estudo através da afasia e da acalculia, dissertação de mestrado inédita, UFRJ*

OLTMANN, T. F. 1982. "Criteria for evaluating hypotheses regarding information processing and schizophrenia", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 610-611

ORLANDI, E. P. 1988. "O inteligível, o interpretável e o compreensível" em *Discurso e Leitura.* Campinas, São Paulo: Cortez editora

OSTWALD, P. F. 1978. "Language and Communication Problems with Schizophrenic Patients - a review, commentary, and synthesis" in: FANN, W. E. et al. (ed.). New York: Spectrum Publications Inc., N. Y.

PÉCHEUX, M. 1990. *O discurso: estrutura ou acontecimento.* São Paulo: Pontes

\_\_\_\_\_ 1988. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do*

óbvio. Campinas: Editora da UNICAMP

- POKORNY, A. D. 1978. "The course and prognosis of schizophrenia"  
in: Fann, W.E. et al. *Phenomenology and Treatment of Schizophrenia*, N. Y., Spectrum Publication
- ROUDINESCO, E. 1989 (vol.1), 1988 (vol.2). *História da Psicanálise na França*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- RUTTER, D. R. 1982. "Language in schizophrenia: a social psychological perspective", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 612-613
- SAUSSURE, F. de *Curso de Linguística Geral*, 9a. edição. São Paulo: Cultrix
- SCHWARTZ, S. 1982. "Is there a schizophrenic language?", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 579-588
- \_\_\_\_\_. 1982. "If there were such people as schizophrenics, what language would they speak?", *The Behavioral and Brain Sciences*, 5, 615-620
- STAROBINSKI, J. 1974. *As palavras sob as palavras (os anagramas de Ferdinand de Saussure)*. São Paulo: Perspectiva
- VIDAL, G., BLEICHMAR, H. e USANDIVARAS, R.J. 1977. *Enciclopedia de Psiquiatria*. Buenos Aires: Editorial El Ateneo
- WYKES, T. and LEFF, J. 1982. "Disordered Speech: differences between manics and schizophrenics", *Brain and Language*, 15, 117-124